





**Fazendo  
Antropologia no  
Alto Solimões**



# COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

## Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

## Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

## Membros

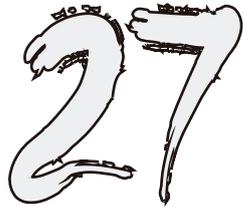
Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Alfredo González-Ruibal (Universidad Complutense de Madrid – Espanha)  
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)  
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)  
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)  
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Ananguera – Osasco/SP)  
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)  
Denia Roman Solano (Universidad de Costa Rica - Costa Rica)  
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)  
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)  
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM)  
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)  
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)  
Gilse Elisa Rodrigues (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)  
Graziele Açolini (UFGD – Dourados/MS)  
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)  
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)  
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)  
Karel Henricus Langermans (Ananguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)  
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)  
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)  
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)  
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)  
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)  
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)  
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)  
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)  
Michel Justamand (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)  
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)  
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)  
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)  
Renata Senna Garrafoli (UFPR – Curitiba/PR)  
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)  
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)  
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)  
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)  
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)  
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)  
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

## COMITÊ EDITORIAL DA OBRA

Adailton da Silva (UFAM - Benjamin Constant/AM)  
Gilse Elisa Rodrigues (UFAM - Benjamin Constant/AM)  
Josenildo Santos de Souza (UFAM - Benjamin Constant/AM)  
Michel Justamand (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Tharcisio Santiago Cruz (UFAM - Benjamin Constant/AM)

Antônio Carlos Batista de Souza  
Michel Justamand  
Tharcísio Santiago Cruz  
organizadores

**Fazendo  
Antropologia no  
Alto Solimões**



**ALEXA**  
Embu das Artes - SP  
2020



© by Alexa Cultural

**Direção**

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

**Editor**

Karel Langermans

**Imagem de Capa**

Ronal Santillan Gonzales

**Revisão Técnica**

Michel Justamand, Adailton da Silva e Tharcísio Santiago Cruz

**Revisão de língua**

Sandra Oliveira de Almeida, Shigaaki Ueki Alves da Paixão e

Vânia Cristina Cantuário de Andrade

**Editoração Eletrônica**

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S428a - SOUZA, Antônio Carlos Batista de  
J276m - JUSTAMAND, Michel  
C579t - CRUZ, Tharcísio Santiago

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 27, Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand, Tharcísio Santiago Cruz, Alexa Cultural: São Paulo, EDUA: Manaus, 2020

14x21cm - 196 páginas

ISBN - 978-65-87643-42-7

1. Antropologia - 2. Estudos de casos - 3. Solimões (AM) - I. Sumário  
II Bibliografia

CDD - 301

Índices para catálogo sistemático:

Antropologia

Solimões (AM)

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610  
Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores

**Alexa Cultural Ltda**

Rua Henrique Franchini, 256  
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140  
alexa@alexacultural.com.br  
alexacultural@terra.com.br  
www.alexacultural.com.br  
www.alexaloja.com

**Editora da Universidade Federal do Amazonas**

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,  
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM  
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio  
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte  
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290  
E-mail: ufam.editora@gmail.com

## ***Homenagem aos mortos pelo Covid-19***

*Prestamos nossas respeitadas homenagens a todas e todos que, infelizmente, morreram em batalha contra a COVID-19 na Tríplice Fronteira (Brasil-Colômbia-Peru), na região do Alto Solimões, no Amazonas, no Brasil e em outras partes do mundo.*

*No caso brasileiro, infelizmente, passam de 145 mil mortes, nesse momento, com poucas perspectivas de término das mortes desnecessárias.*

*Nesse volume, homenageamos especialmente um egresso, formado em Antropologia na UFAM, em Benjamin Constant, servidor público da cidade, pesquisador, pai, companheiro, Francisco Nilton Rebouças de Almeida, que, infelizmente, nos deixou.*

*A COVID levou.*

*Francisco Nilton, presente,  
Sempre!*

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## CONSELHO EDITORIAL

### **Presidente**

Henrique dos Santos Pereira

### **Membros**

Antônio Carlos Witkoski  
Domingos Sávio Nunes de Lima  
Edleno Silva de Moura  
Elizabeth Ferreira Cartaxo  
Spartaco Astolfi Filho  
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

### **COMITÊ EDITORIAL DA EDUA**

Louis Marmoz Université de Versailles  
Antônio Cattani UFRGS  
Alfredo Bosi USP  
Arminda Mourão Botelho Ufam  
Spartacus Astolfi Ufam  
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra  
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3  
Cesar Barreira UFC  
Conceição Almeida UFRN  
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP  
Gabriel Conh USP  
Gerusa Ferreira PUC/SP  
José Vicente Tavares UFRGS  
José Paulo Netto UFRJ  
Paulo Emílio FGV/RJ  
Élide Rugai Bastos Unicamp  
Renan Freitas Pinto Ufam  
Renato Ortiz Unicamp  
Rosa Ester Rossini USP  
Renato Tribuzy Ufam

### **Reitor**

Sylvio Mário Puga Ferreira

### **Vice-Reitor**

Jacob Moysés Cohen

### **Editor**

Sérgio Augusto Freire de Souza

## Perpetrando a diferença no Alto Solimões – FAAS 27

*Antônio Carlos Batista de Souza*

*Michel Justamand*

*Tharcísio Santiago Cruz*

A Coleção Fazendo Antropologia no Alto Solimões – FAAS completa mais um ano de produções em 2020. Temos agora 8 anos de trabalhos produzidos. Nesse período apresentamos para o público 26 volumes escritos. Ali são apresentados temas variados e complexos. Tratam de educação, saúde, matemática, engenharia, biologia, história, arqueologia, entre outras temáticas e, áreas do conhecimento científico e da sabedoria popular. Mas essencialmente, abordam temáticas relacionadas com as demandas humanas. A Antropologia é quem ofereceu o caminho teórico e metodológico para inúmeras dessas produções.

A compilação é dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand desde 2012. Mas é partilhada por mais dois colegas Adailton da Silva e Tharcísio Santiago Cruz. Os quatro debatem e indicam os trajetos que a coleção deve seguir. Decisões editoriais são tomadas por esse coletivo. Outros dois colegas participavam desses momentos, Cristian Faria Martins e Rafael Pessôa São Paio (*in memoriam*). Nos momentos iniciais, não tínhamos clareza do que seria. Não sabíamos que a produção acanhada de um livro, desprezioso, como foi o Fazendo Antropologia no Alto Solimões, hoje, o volume 1 da coleção, viesse a se tornar o ponta pé inicial dessa, já prestigiosa, coleção na região.

A ideia inicial de construção do FAAS partiu dos docentes do curso de Antropologia no Alto Solimões, como possibilidade de difusão de ideias, a partir de estudos, pesquisas e elaborações teóricas, ou seja, são textos fundamentados na

grande área de ciências Humanas que alcançaram outros olhares e discussões no Brasil e, em países da América do Sul como: Colômbia e Peru.

A coletânea já foi organizada, inicialmente, por docentes do Instituto de Natureza e Cultura – INC, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em Benjamin Constant, onde tivemos nosso vínculo institucional. Egressos do curso de Antropologia e de outros cursos da unidade do Alto Solimões também ofereceram suas contribuições tanto na organização quanto com escritos/artigos que se transformaram em capítulos. Além, desses, técnicos da instituição ofereceram suas contribuições nos volumes como organizadores e ou com tópicos.

Nós, Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, os organizadores, da presente obra, temos o prazer de tornar público o novo volume da coleção FAAS, o 27. Esse conta com 10 (dez) capítulos. Os escritos foram ajuntados baseados em convites que os organizadores lançaram em suas listas nas redes sociais que participam. Dali surgiram mais de 40 artigos. Desses foram selecionados os que seguem. Informamos que os outros estão em nosso radar de publicações e devem ser publicados nas próximas edições da coleção. Ainda esse ano estão previstas outras.

A nossa ideia enquanto organizadores é apresentar para o público em geral uma obra que seja baseada no local, mas que se comunique com o externo. Por isso, partimos da interdisciplinaridade e da ampliação da abrangência geográfica das temáticas. As edições têm diálogos com outras regiões e até com temas de outros países.

Assim, vejamos os temas abordados...

Versam sobre planejamento educacional e pandemia; as condições insalubres dos carregadores de mercadorias da feira Manaus moderna; estratégias geopolíticas e colonização; descolonização, etnografia dialógica, redes de colaboração intelectual e conhecimento tradicional; precarização e trabalho;

Islã e educação; educação e capoeira em Benjamin Constant; Física Moderna, ensino médio e escolas públicas no estado do Amazonas; Sindicato, covid e fakenews; e por fim, Indicadores, análise, rentabilidade e endividamento.

Feitas as devidas apresentações dos porquês do livro e como surgiu, mais as suas temáticas... Desejamos a todas e todos, ótima leitura e que das reflexões perpetradas surjam ideias uteis para as suas vidas!

Esses são os nossos mais sinceros votos!

*Agosto de 2020  
Atibaia/Manaus*



## **Solidão**

*Vitor Luiz Alves*

O meu estorvo se chama solidão, cercado de pessoas,  
Mas sempre me senti tão só!

Um exílio auto intitulado, imposto, forçoso, traz um sentimento de desgosto.  
Me olho no espelho, o sentimento é abissal,  
mas essa misantropia sempre foi normal.

A pior companhia eu que tenho é a solidão, e ela me acompanha desde então.  
Aconchegante? Não! Sufocante. Angústia, ansiedade, aflição e ânsia.  
No mérito da minha mente, a solidão nunca foi tão contundente.

Esmolei ajuda pra Deus, mas ele nunca me ouviu...  
O capitalismo me vendeu estereótipos, depois me suprimiu.  
O maldito corporativismo me iludiu, a ponto que, tudo se esvaiu!

Me resta agora é a falta do ar, e a cada segundo,  
me leva um pouco mais de vida.  
Essa boca seca não me impede de falar, mas essa corda sim.

Minha vista está tão embaçada, não sinto, apenas espasmos involuntários.  
Agora consigo me enxergar,  
e vejo o intermúndio, sem indulgência ou pena.



## **Sumário**

**Perpetrando a diferença no Alto Solimões – FAAS 27**

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz

- 9 -

**Solidão**

Vitor Luiz Alves

- 13 -

**As Possibilidades de Planejamento Frente à Pandemia: Relatos de Experiências de Professoras da Rede Estadual do Amazonas**

Andreza da Silva Dorzanio e Luana Gonzalez de Paiva

- 17 -

**O Subterrâneo e Invisível da Geografia da Saúde: as Condições Insalubres dos Carregadores de Mercadorias da Feira Manaus Moderna**

Antonio Carlos Batista de Souza, Artemis de Araújo Soares e Ana Paula Bastos da Silva

- 31 -

**O Forte Encantado: Narrativas Divergentes e Estratégicas Geopolíticas de Colonização na Amazônia Central**

Camila Garcia Iribarrem

- 43 -

**O “anjo exterminador” da Antropologia e a contribuição de June Nash para a etnografia dialógica**

Guilherme Gitahy de Figueiredo

- 67 -

**Impactos da Covid-19 na vida dos trabalhadores do precariado**

Joyce Freitas Araújo Firmino

- 85 -

**Fundação Darüşşafaka: o Islã na educação turca**

Thamirez Lutaif

- 101 -

Antropologia e capoeira: os dez anos do projeto  
Educação e Capoeira em Benjamin Constant

Tharcisio Santiago Cruz

- 111 -

O ensino de física moderna nas escolas  
públicas do Amazonas

Wagner Batista Cabral

- 125 -

Sindicato, Covid-19 e Pós-Verdade

Ana Cristina Alves Balbino e Michel Justamand

- 139 -

Análise Econômico-Financeira de uma Pequena Indústria Familiar  
do Segmento de Gelados Comestíveis

Lady Anne Frota Fernandes e Edileuza Lobato da Cunha

- 153 -

Sobre as/os autores/as

- 181 -

Sugestões de leitura

- 187 -

Coleção FAAS - Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand

- 187 -

Coleção FAAS TESES - Fazendo Antropologia no Alto Solimões -  
Teses

Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand

- 188 -

Coleção Carmen Junqueira

Dirigida por Michel Justamand e Renan Albuquerque

- 189 -

Coleção Arqueologia Rupestre

Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand

- 180 -

Coleção Diálogos Interdisciplinares

Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand

- 190 -

## **As Possibilidades de Planejamento Frente à Pandemia: Relatos de Experiências de Professoras da Rede Estadual do Amazonas**

*Andreza da Silva Dorzanio  
Luana Gonzalez de Paiva*

### **Introdução**

O trabalho pedagógico é um caminho de mão dupla, que exige dos profissionais da área da educação um olhar que contemple as necessidades da realidade escolar para que se efetive um bom funcionamento. Nesse sentido, planejar é uma ação que envolve observar as atividades cotidianas para que se organize projetos e se estabeleça metas para alcançar os objetivos traçados.

Nesse contexto ao iniciarmos o ano letivo professores, pedagogos e gestão escolar se preparam para acolher alunos veteranos e novatos, porém para que aconteça este momento, é necessário que antes do início das aulas, a instituição promova reuniões pedagógicas para discutir um planejamento capaz de envolver todos os atores educacionais, para a construção do processo de ensino-aprendizagem nas escolas.

Quando pensamos em educação como um processo de construção no desenvolvimento dos alunos, atribuímos ao planejamento sua fundamental importância para que se estabeleça práticas educativas que possam desempenhar estratégias em âmbito escolar e possibilite aos educandos uma educação significativa e que se ressignifique as possibilidades de aprendizagem, para que o mesmo tenha compreensão do mundo que o cerca e a gestão possa alinhar os projetos e atividades na área educacional.

Diante do fator planejamento como cerne da questão educativa, o qual possibilita efetivas ações das práticas peda-

gógicas de forma eficiente, viemos nos ater há um acontecimento que ninguém esperava e interferiu em nosso contexto educacional, um problema global que denominamos de Pandemia de Covid -19, um vírus contagioso que surgiu na cidade de Wuhan na China e se propagou nos demais países e teve início no Brasil em 26 de fevereiro de 2020, após a confirmação do primeiro caso de um homem de São Paulo que retornou da Itália e testou positivo para SARS-COV-2, causador da COVID-19, desde então esse vírus se disseminou e a transmissão comunitária foi confirmada em todo território nacional.

A pandemia afetou a economia do país, todos os estados brasileiros, comércios, escolas e famílias sem distinção, até chegar ao nosso *locus* da pesquisa no Amazonas, um estado com 62 municípios e no qual adentraremos nas escolas da capital, para elucidar a suspensão das aulas a partir desse momento, respectivamente no dia que os jornais locais noticiaram o primeiro caso confirmado de Coronavírus no estado em 13 de março, de uma mulher que retornava de Londres, a cidade ficou em alerta quanto aos casos de transmissão comunitária.

### **O contexto educacional de aulas não presenciais no período de Pandemia**

Nesse período o Governador do Estado se manifestou sobre o caso no dia 16 de março, nesta data, as escolas funcionaram normalmente com as aulas presenciais e no final da tarde, o mesmo anunciou nos jornais, a situação preocupante que pairava sobre a população manauara, nesse ínterim, as aulas da rede pública ficaram suspensas, inicialmente por quinze dias a partir de 17 de março, a medida fez parte do plano de prevenção ao combate ao Covid-19 (Coronavírus), o decreto foi assinado e publicado no Diário oficial do estado.

Ficamos por uma semana sem aulas até o Governo se pronunciar sobre uma alternativa para dar seguimento aos conteúdos programáticos, nesse período foram verificadas ações que possibilitassem continuar o ensino com os alunos da

Rede Pública, e surgiu a iniciativa de colaboração entre redes em tempo de enfrentamento do novo Coronavírus, buscou-se soluções para garantir o direito à educação básica, pois o intuito era que todos tivessem acesso.

Ao adentrarmos na situação do ensino no estado, observamos que por parte do governo, o respectivo acesso das transmissões televisivas, bem como a internet tinha a intenção de atender as famílias em diferentes localidades do estado do Amazonas. No entanto, devido termos a maior floresta tropical do planeta e os vários municípios, comunidades ribeirinhas espalhadas pelo território e, implicou algumas áreas de difícil acesso, tornou-se um desafio, por isso optou-se pela TV aberta, no qual a maioria teria a possibilidade de acompanhar as aulas ministradas.

Frente ao cenário delicado que o país enfrenta, assim como os demais no exterior, o ano de 2020 tornou-se um desafio em todos os âmbitos, especificamente na educação no qual as secretarias foram submetidas a tomar medidas emergenciais e para continuar o ensino, verificamos que o estado do Amazonas por ser muito amplo e ter enfrentado problemas de logística para transmitir o ensino em localidades vulneráveis, muito embora tivesse um sistema de transmissão que foi implantando há 13 anos, o Centro de Mídias de Educação no Amazonas (CEMEAM) para atuar na mediação tecnológica.

A utilização desse recurso que atendia às comunidades, tornou-se essencial nesse processo de aprendizagem, aulas não presenciais, essas aulas são transmitidas diariamente para a capital via satélite para as comunidades ribeirinhas e rurais, dessa forma todos os componentes curriculares seriam transmitidos pela TV encontro das águas, antiga TV Cultura do Amazonas, na qual os alunos precisariam sintonizar os canais em seu televisor, e configurar no Projeto alternativo para utilizar nesse período de pandemia: “ Aula em Casa”, e também aqueles que têm acesso a internet seria disponibilizado as plataformas digitais pelo aplicativo Mano para que todos os alunos acompanhassem a programação escolar.

Do ponto de vista antropológico, a educação, nos permite compreender o cenário atual quanto aos povos e a diversidade cultural de diferentes grupos, pois partimos do pressuposto que em outras localidades a probabilidade de terem acesso à internet é maior, em virtude da condição de vida e realidade dos alunos, porém em nossa região as particularidades se sobrepõem, pois, o ethos amazônicos, as figurações remetem a uma cultura e condições socioeconômicas diferentes, no que diz respeito a uma análise e compreensão da educação em determinadas regiões do país.

Verificamos quando as aulas foram suspensas, as secretarias de educação recorreram a um plano de diretrizes, no qual ocorreu o diálogo que é um ponto comum para o indivíduo ter uma vivência harmoniosa em determinado grupo, que distingue os aspectos de socialização e aprendizagem. No primeiro atribuímos a transmissão de conhecimentos por meio do ambiente que vivemos pois adquirimos habilidades e o segundo se internaliza em uma apropriação de herança cultural, em que nos apropriamos de saberes e aos estudos técnicos dos grupos sociais. Conforme Galli (1993), “ações como essas predominam o diálogo entre antropologia e educação que são pedagógicas e diversas e podem ser relativizadas para serem melhor compreendidas.”

Inicialmente o programa idealizado seguiu as regras do Conselho Nacional de Educação e Conselho Estadual de Educação em que foi instituído o regime de aulas não presenciais, os conselhos permitiram contabilizar as cargas horárias das aulas remotas válidas para o calendário letivo. Nesse período os gestores foram orientados a formar grupos alternativos para manter o meio de comunicação entre os alunos, e como pedagoga em uma instituição relatamos que foram criados grupos por nível de ensino no Whatzap para que mantivéssemos contato com os discentes e enviássemos diariamente a frequência para controle e obtenção da participação dos alunos, bem como dos professores que também são submetidos

ao controle de frequência por meio do formulário google para confirmação de acompanhamento.

Por meio do programa Aula em Casa os alunos têm acesso às aulas de um canal aberto de televisão, também podem optar pelo aplicativo Mano para fazer interações com os professores. A TV transmite quatro canais, sendo que cada um deles é responsável pela transmissão de aulas relativas a cada série ou ano escolar.

Mediante a pandemia tivemos que nos reinventar e readaptar as nossas práticas cotidianas, e como profissional da educação também conciliar o trabalho com os afazeres domésticos no mesmo espaço domiciliar.

Os profissionais começaram a trabalhar em Home Office para continuar suas demandas escolares, os professores seguiram seus trabalhos com preenchimento em diário digital de conteúdos e planejamentos semanais conforme a programação do Aula em casa, as pedagogas realizando o acompanhamento dos planejamentos semanais e auxiliando os professores quanto as coordenadas pedagógicas durante esse período de regime de aulas não presenciais, dando suporte aos alunos e, no administrativo com a direção e a gestão escolar supervisionando todos os segmentos bem como o pedagógico, em sequência de atender às demandas solicitadas pela coordenação distrital.

Todos esses percalços desencadearam um novo planejamento para que pudéssemos garantir o ensino aos alunos, porém de forma remota e ocorreu todo um estudo e planejamento do Conselho Estadual e coordenadorias para encaminhar os próximos passos das nossas práticas pedagógicas. Ao adentrar no planejamento como base no ensino de forma estruturada e ordenada para efetivação das propostas escolares. Consideramos no planejamento educacional:

Que na educação, temos diferentes níveis de planejamento, conforme a abrangência e o olhar dos envolvidos. O mais amplo é o nível que planeja as políticas educacionais, que norteia todos os outros níveis. Trata-se do planejamento do sistema da educação, "planejamento que é feito em nível nacional, estadual ou municipal. In-

corpora e reflete as grandes políticas educacionais, enfrenta os problemas de atendimento à demanda, alocação e gerenciamento de recursos, etc.” (VASCONCELLOS, 2012, p. 95).

Ressignificar o planejamento pedagógico, condiz encerrar o projeto político pedagógico como instrumento para nortear as propostas previstas em uma fase delicada que estamos enfrentando, torna-se um desafio de formação continuada nas práticas escolares, para revermos nossas ações quanto ao retorno das aulas presenciais. Após a suspensão, tivemos que repensar as nossas práticas educativas, buscando uma alternativa para que nos mantivéssemos conectados com os nossos alunos da escola.

Mencionamos a experiência desse período relatado por pedagogas da Rede Estadual Pública do Amazonas, no qual ambas acompanharam esse processo de aulas não presenciais em configurações diferentes, pois serão retratadas as ações pedagógicas que foram desempenhadas em decorrência do Coronavírus.

As educadoras convergiram em melhorias para o processo de ensino-aprendizagem, pois enquanto uma tem uma análise da coordenação geral da Seduc de uma visão macro para verificar as ações previstas para as escolas das diferentes localidades, outra abrange uma percepção das particularidades de uma escola pública em virtude de seu trabalho educativo estar diretamente em contato com os alunos e de estar acompanhando o processo de aulas remotas, juntas, buscam em consenso uma compreensão das possibilidades do planejamento para mediação do ensino na educação pública.

Durante esse período descrevemos nossas práticas metodológicas que ocorrem no ensino remoto, subsidiadas com o auxílio “Aula em Casa”, no qual as escolas receberam as diretrizes curriculares de regime de aulas não presenciais da Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC) que encaminhou após a suspensão de aulas, um planejamento as coordenadorias distritais que são responsáveis

pelas escolas lotadas e distribuídas por cada zona da cidade, à equipe gestora da escola que recebeu às orientações, encaminhou os procedimentos aos professores, pedagogos e gestores para que mantivéssemos contato com os alunos e oferecêssemos o suporte necessário relacionado aos conteúdos ministrados.

As práticas metodológicas propostas norteavam que os professores acompanhassem a programação Aula em Casa, para realizar seus respectivos planejamentos embasados nos conteúdos transmitidos pela TV encontro das águas, as suas atividades nesse período seriam o Diário Digital e os planejamentos pedagógicos, e as orientações sugeridas que os professores aplicassem atividades complementares como exercício de fixação, indicação de leitura, links relacionados aos conteúdos, vídeos e capítulos dos livros ofertados pela escola.

O programa Aula em Casa ao ser apresentado pelo secretário de educação Luís Fabian, tornou-se uma ferramenta de ensino remoto com parceria entre duas esferas, que a princípio seria voltada apenas para os alunos da Rede Estadual aos discentes dos anos finais e ensino médio, porém devido à necessidade dos demais estudantes, ampliou-se com Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Manaus e que atendeu alunos do 1º ao 5º ano e atingiu 180 mil da rede municipal, quanto às atividades em algumas escolas da Semed os professores montaram apostilas impressas para distribuir aos pais quando fossem a escola e poderiam retirar para dar suporte aos seus filhos.

Quanto a Seduc alguns docentes encaminharam atividades complementares por formulário disponibilizado pela plataforma de Aprendizagem Virtual I (AVA), realizaram indicação de leituras, vídeos e exercícios de fixação relacionados a programação do Aula em Casa, em que o aluno poderia registrar suas atividades por fotos e enviar por e-mail ou no Whatsapp particular do docente, e assim o professor poderia verificar a participação dos alunos, pois o segundo a SEDUC

quando retornar as aulas presenciais, o docente poderá realizar atividades que atribuam notas avaliativas. Nesse processo de regime especial e remoto identificamos que as modalidades ofertadas, possibilitam que o professor se atualize e aprenda a utilizar os recursos digitais como uma ferramenta de aprendizagem.

As aulas produzidas pelo CEMEAM da Seduc são transmitidas para todos os segmentos como educação infantil com contação de histórias, jogos e outros, de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II e 1º ao 3º Ano do Ensino Médio, a mesma se expandiu devido a praticidade em atender a todos os alunos, inclusive aqueles que não tem acesso a internet e firmaram parcerias com outros estados como São Paulo, Espírito Santo e Sergipe devido à necessidade de garantir estudos aos alunos, buscaram se adequaram ao ensino remoto também nessas localidades.

### **Os protocolos de prevenção ao Covid-19 para o retorno às aulas presenciais**

Diante dos desafios nesse período de aulas não presenciais, a população manauara enfrentou em meados de abril um colapso na saúde, devido à Covid- 19 que se aproximou em torno de quase 100% dos leitos ocupados, e no mês de junho ocorreu uma breve redução de casos confirmados, o que possibilitou ao governo rever a abertura dos comércios e comunicar as retomadas das atividades de forma gradativa por meio de 5 ciclos, respectivo às atividades não essenciais, o que ocasionaria, se ocorresse, um controle sobre a disseminação do vírus na capital.

As instituições de ensino seriam as últimas a serem reabertas, com a previsão das particulares iniciarem conforme as etapas anunciadas pelo governo que seria em julho, porém nas escolas públicas ,devido à realidade e condições serem diferentes para atender o público de jovens e crianças e, muitos pais de famílias estarem vulneráveis, não possuem condições

para obter equipamentos de proteção, nesse caso a intervenção do Estado, necessita dar o suporte necessário para manter o funcionamento das atividades escolares.

A preocupação da população na capital é notória, visto que ainda há casos de confirmação de vírus, mesmo que de forma reduzida e, continua a ser uma ameaça a vida de todos, pois ninguém está imune até que se tenha uma vacina, no mês de junho os jornais locais demonstraram que o número de óbitos reduziu, porém, a única prevenção recomendada e eficaz pelos órgãos competentes é o isolamento social.

Mediante a conjuntura econômica é perceptível a necessidade de muitas famílias, que precisam trabalhar, mas por outro lado há preocupação de alguns que pensam em deixar os seus filhos na escola, quanto as particulares afirmam estar preparadas para retornar, em contrapartida ainda há uma grande parcela de pais de alunos, que demonstram insegurança em retornar com seus filhos para a escola e optam para que o ensino remoto continue com suas crianças e jovens.

Diante de todos esses fatores que impossibilitam a realidade das escolas públicas de retornar nesse período, consideramos ainda as condições dos servidores do grupo de risco que não poderão retornar de imediato, os alunos que apresentam comorbidades permanecerão em suas casas, mediante todos estes aspectos ainda torna-se um desafio atender os protocolos necessários para alinhar ao funcionamento escolar.

Nesta conjuntura é necessário um investimento nas escolas, pois precisamos repensar e injetar em recursos que antes não faziam parte do campo educacional, como máscaras, álcool em gel, desinfecção frequente do ambiente, por várias vezes ao dia, entre outras especificidades ao âmbito escolar, na possibilidade do retorno, várias medidas precisam ser adotadas e protocolos de prevenção verificados na escola com os alunos e servidores.

Quanto a possibilidade de retorno segundo o secretário de educação do Amazonas, as propostas pedagógicas

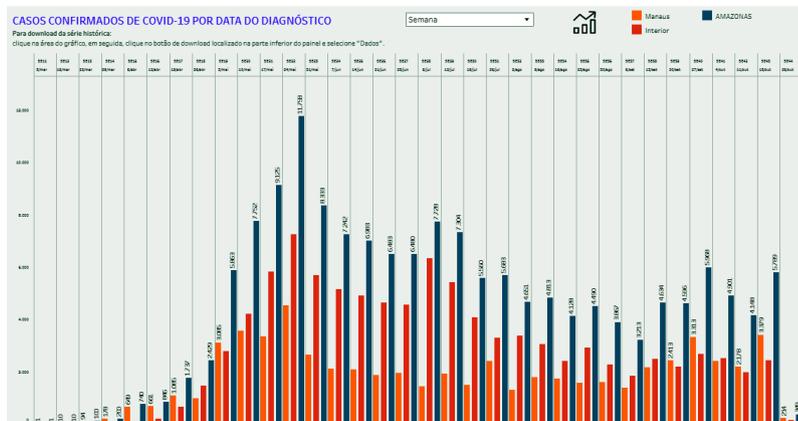
ênfatizam que os alunos serão submetidos a uma avaliação diagnóstica de todos os componentes curriculares, nesse momento os discentes serão avaliados quanto a perspectiva da aprendizagem nesse período, e somente em aulas presenciais que seriam desempenhadas avaliações que atribuísem notas com temáticas embasadas pela programação transmitida no Aula em Casa.

Enquanto isso, o governo enviou um formulário de enquête para os alunos, pais e servidores com o intuito de analisar se a maioria se sente seguro para retornar as atividades escolares presenciais e por meio dessa amostragem que seria possível verificar se estariam de acordo com as propostas de retorno nas escolas.

Em entrevistas aos jornais locais o secretário de educação apresentou as propostas para o retorno que seria realizado de forma escalonada e a cada quinze dias, seria retomada um segmento, iniciando pelo Ensino Médio com a metade de alunos por turma, nesse contexto a gestão diretiva e pedagógica deveriam verificar a distribuição de alunos por salas, após quinze dias retornariam os alunos dos Anos Finais (6º ao 9º) e por último os alunos do (1º ao 5º) dos anos iniciais.

O que varia entre a retomada das turmas é o espaçamento em torno de duas semanas, que foi orientado pela Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS/AM), para que a escola possa acompanhar nesses 14 dias, se ocorreria algum caso de contágio, sendo o tempo necessário para identificar a manifestação do vírus. Quanto ao retorno no interior já apresenta um quadro preocupante pois demonstrou crescimento no período de junho em casos confirmados de Covid-19 (Figura 1), então o governo nessas áreas não tem previsão.

Figura 01. Painel de Monitoramento da Covid-19



## Considerações finais

Nesse escopo percebemos a interrupção no funcionamento das atividades escolares em decorrência do Coronavírus, que se concentra a uma configuração descrita no processo de desenvolvimento da sociedade, que conforme Elias (2004) “não correspondem a uma vontade geral ou individual, no qual são os processos cegos, e podem ser atribuídas as situações que surgem de forma não planejada, que agem sobre as pessoas e grupos que dão a direção aos processos sociais”.

Portanto, diante dos fatores que estabelecem as medidas de prevenção, a comunidade educativa, presenciamos um processo cego que nos atingiu, e desencadeou a seguirmos um novo normal para retornar as aulas presenciais, que seria de forma híbrida, com turmas alternadas para evitar a lotação nas salas e manter o respeito respectivo ao distanciamento social nas escolas.

Entretanto identificamos que ainda há algumas lacunas que precisam ser sanadas quanto aos equipamentos de proteção (EPI's), principalmente a distribuição de viseiras para os alunos, professores e administrativos, a instalação de pias nos ambientes externos para que os alunos higienizem suas mãos, e o uso de tapetes com produtos desinfetantes, nesse sentido o distanciamento social é fundamental para que tenhamos um funcionamento que atenda as perspectivas, do contrário permaneceremos por mais tempo em ensino remoto, até que se obtenha os recursos necessários para seguirmos os protocolos de prevenção.

## Referências Bibliográfias

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos: a questão cardeal da sociologia**. *Publicações Dom Quixote*. Lisboa, 2004.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1998.

GALLI, Matilde C. **Antropologia cultural e processo educativo**. 1ª ed., Scandicci (Firenze). Nuova Italia, 1993.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. 22<sup>a</sup> ed. São Paulo: Libertad Editora, 2012.

### **Artigos eletrônicos**

Movimento Colabora Educação. <http://movimentocolabora.org.br/2020/04/16/programa-aula-em-casa-do-amazonas-disponibiliza-conteudos-didaticos-a-comunidade-escolar-via-te-ve-aberta-e-canais-digitais/>.

Fundação de Vigilância e Saúde. Painel de Monitoramento da Covid-19, 2020.[http://www.fvs.am.gov.br/indicadorSalaSituacao\\_view/60/2](http://www.fvs.am.gov.br/indicadorSalaSituacao_view/60/2). Acessado em 30 de jun.2020.



# **O Subterrâneo e Invisível da Geografia da Saúde: as Condições Insalubres dos Carregadores de Mercadorias da Feira Manaus Moderna**

*Antonio Carlos Batista de Souza  
Artemis de Araújo Soares  
Ana Paula Bastos da Silva*

## **Introdução**

Através de uma investigação subjetiva associada a fontes bibliográficas, este artigo analisou as condições corporais insalubres de uma categoria cuja atividade econômica está diretamente ligada ao trabalho árduo, braçal, sofrido e oculto cotidianamente realizado na Feira Manaus Moderna. Localizada no centro de Manaus, com o nome oficial de Feira Municipal Coronel Jorge Teixeira, essa feira é considerada o principal entreposto comercial de abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros, tanto para a capital quanto para muitas cidades do interior do Amazonas.

Atividades que exigem desses trabalhadores um esforço sobre-humano que ultrapassa muitas vezes os limites de suas capacidades físicas. O manuseio de cargas acima dos níveis ergonomicamente recomendáveis, dentro daquilo que o ser humano poderia suportar na fisiologia do trabalho pode ocasionar danos crônicos e agudos à saúde osteomuscular. Na sociologia do corpo

os usos físicos do homem dependem de um conjunto de sistemas simbólicos. Do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva; ele é o eixo da relação com o mundo, o lugar e o tempo nos quais a existência toma forma através da fisionomia singular de um ator (LE BRETON, 2012, p. 07).

No caso em questão, um dos principais problemas posturais são as dores nas costas. Objetivamente, este estudo

pretende contribuir através do registro dessas informações com o resgate da importância do trabalho dos mesmos e, por conseguinte, servir de referência para a tomada de políticas públicas na área de saúde preventiva. O corpo é objeto de constante preocupação. Neste particular,

O homem mantém com o corpo, visto com o seu melhor triunfo, uma relação de terna proteção, extremamente maternal, da qual retira um benefício ao mesmo tempo narcíseo e social, pois sabe que, em certos meios, é a partir dele que são estabelecidos os julgamentos dos outros. Na modernidade, a única extensão do outro é frequentemente a do olhar: o que resta quando as relações sociais se tornam mais distantes, mais medidas (LE BRETON, 2012, p. 78).

### **O corpo invisível**

Desde os tempos imemoriais, usamos símbolos – mensagens sintéticas de significado convencional. São como ferramentas especializadas que a inteligência humana cria e procura padronizar para facilitar a sua própria tarefa – a imensa e incansável tarefa de compreender.<sup>1</sup>

Na busca da compreensão das práticas polissêmicas implícitas na geografia da saúde, nos riscos ambientais e na economia marginal, este estudo analisou uma atividade econômica diretamente ligada ao trabalho árduo, braçal, sofrido e oculto cotidianamente realizado pelos carregadores da Feira Manaus Moderna.

Qualquer questionamento sobre o corpo requer antes a construção de seu objeto, a elucidação daquilo que subentende. O próprio corpo não estaria envolvido no véu das representações? O corpo não é uma natureza. Ele nem sequer existe. Nunca se vê corpos. Nessas condições o corpo corre risco de nem mesmo ser um universal. E a sociologia não pode tomar um termo como se apresenta na doxa para fazer dele um princípio de análise sem antes apreender sua genealogia, sem elucidar os imaginários sociais que lhe dão nome e agem sobre ele, e isso não só em suas conotações (a coleta dos fatos analisados pelos sociólogos é rica nesse domínio), mas também na denotação raramente questionada (LE BRETON, 2012, p. 24).

---

1 WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal. 56 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Dentro dessa consolidada atividade econômica, na zona portuária de Manaus, realiza-se práticas corporais remotas e insalubres por parte dos carregadores dessa feira. Calcula-se que 20% da produção estadual de carne, verduras, frutas e peixes passem por essa feira. Além de ser o principal ponto de recebimento de mercadorias oriundas de outros estados e países. Entre feirantes cadastrados, vendedores ambulantes, taxistas, moto taxistas, lavadores de carro, carregadores e flanelinhas estima-se que cerca de 5 mil trabalhadores vivam de atividades realizadas nesse centro de abastecimento. É considerado juntamente com o Mercado Municipal Adolpho Lisboa parada obrigatória por parte dos turistas que queiram conhecer aspectos da culinária e gastronomia regional. “O corpo marcado pelo pecado original de não ser um puro objeto da criação tecnocientífica” (LE BRETON, 2012). Reiterando nessa ideia Merino (1996) afirma que<sup>2</sup>:

Apesar dos avanços da tecnologia, e a mecanização das tarefas, muitas atividades continuam sendo realizadas manualmente. Ainda hoje, cargas além dos limites tolerados, são manuseadas e movimentadas pelo homem. Este é o caso dos sacos de adubo, farinhas, cimento, atividades portuárias, agrícolas e florestais, onde o trabalho manual com cargas pesadas é uma constante.

O manuseio de cargas acima dos níveis ergonomicamente recomendáveis, dentro daquilo que o ser humano poderia suportar na fisiologia do trabalho pode ocasionar danos crônicos e agudos à saúde. “O corpo é hoje frequentemente percebido como um arcaísmo, a relíquia indigna de uma condição humana que entra na era da pós-humanidade” (LE BRETON, 2012).

Neste percurso metodológico justificamos a utilização de verbetes como *subterrâneo* e *invisível*, apresentados inicialmente no título deste artigo. Essas expressões, aqui utilizadas, estão diretamente relacionadas às práticas econômicas e corporais ligadas ao trabalho informal.

2 MERINO, Eugênio. Efeitos agudos e crônicos causados pelo manuseio e movimentação de cargas no trabalhador. Florianópolis – Santa Catarina: UFSC, 1996. Dissertação.

O trabalho informal inclui todas as atividades econômicas desprovidas de registros oficiais. De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), existem mais de 300 milhões de trabalhadores informais no mundo, sendo que mais de 30 milhões são brasileiros. No Brasil, essa atividade é consequência do excesso de tributos, crise econômica dos últimos tempos, burocracia para atuar legalmente, desemprego estrutural, entre outros fatores.

As atividades realizadas pelo emprego informal estão presentes no setor terciário da economia e podem ser classificadas como setor de serviços. O trabalho desse setor informal basicamente se resume ao comércio nas ruas e pequenos negócios praticados por vendedores ambulantes, camelôs, feirantes, lavadores de carros etc. Inserem-se nesses exemplos, também, os trabalhadores que não possuem registro como os pedreiros, os faxineiros, os encanadores, os eletricitistas etc.

Nos últimos anos, devido à desaceleração da economia e o fechamento de empregos formais verificou-se um crescimento das atividades informais em razão do aumento das taxas de desemprego. Outros fatores verificados referem-se ao processo de mecanização e informatização nas indústrias.

Partindo do conceito didático, entende-se por trabalho informal qualquer tipo de atividade sem vínculos registrados na carteira de trabalho, o que torna esse trabalhador desprovido de todas as garantias sociais como remuneração fixa, férias, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), auxílio saúde, licença maternidade, seguro-desemprego e aposentadoria. No Brasil, fatores como excesso de burocracia, excesso de tributos, desemprego e dificuldades de se manter uma microempresa acabam empurrando esses trabalhadores para atividades informais.

Destarte, na economia, os termos subterrâneo e invisível refere-se a trabalhadores que ligados à informalidade não geram vínculo empregatício, são desprovidos de registros oficiais, mas que sustentam uma parcela da população que por

falta de oportunidades de emprego passa a viver à margem da informalidade. Desta forma, não são considerados pelos economistas como desempregados. Encaixam-se no setor terciário em uma modalidade que pouco contribui para a Previdência Social, pagando menos impostos do que os setores formais, acarretando diretamente ao governo dificuldades em ampliar a arrecadação.

Do ponto de vista da qualidade de vida e de trabalho estão vulneráveis às intempéries climáticas (sol e chuva) e às condições da rua, por vezes, insalubres, próprias da rua: má alimentação, poluição ambiental (ruídos) etc. Daí partimos para a concepção de “invisibilidade”, pois mesmo gerando emprego e renda, parecem estar à margem do sistema econômico. Pouco valorizados. Pouco reconhecidos. Triplamente pressionados, como constata Durães (2004):

*Primeiro*, pela própria atividade que o “aprisiona”, no sentido da busca pela sobrevivência, não tendo quem lhe substitua em caso de impossibilidade de ir trabalhar. Parcialmente “presos” na atividade, na busca intensiva pela sobrevivência. Tem-se longas jornadas de trabalho, trabalhando entre 6 a 7 dias por semana. Assim, ser informal é comportar resistência física e moral. *Segundo*, sofrem a pressão coercitiva da fiscalização municipal, que através de práticas regulamentadoras provocam a existência de situações tensas e conflituosas, dificultando a “batalha” pela sobrevivência, tornando-se na verdade, muitas vezes, um verdadeiro entrave para a realização da atividade. *Terceiro*, tem-se a pressão inexorável do envelhecimento, que certamente deixa o trabalhador tenso e pensativo sobre sua realidade imediata e sem muitas perspectivas sobre o futuro que para o trabalhador é incerto e indesejado (DURÃES, 2004, p. 80).

Ao remetermos o conceito de invisibilidade para o estudo ergonômico dos carregadores da Feira Manaus Moderna, no que tange suas práticas de saúde insalubre, observa-se que por estarem na informalidade, além de desprovidos dos benefícios sociais, acabam não entrando nas estatísticas dos estudos de acidentes de trabalho relacionados às atividades de manuseio e movimentação de cargas no estado do Amazonas.

## O corpo oculto

E as mãos tecem apenas o rude trabalho. E o coração está seco. Mas na sombra teus olhos resplandecem enormes. És todo certeza, já não sabes sofrer. Pouco importa venha à velhice, que é a velhice? Teus ombros suportam o mundo e ele não pesa mais que a mão de uma criança.<sup>3</sup>

O corpo é o primeiro e mais natural instrumento do homem. O mais exatamente, sem falar de instrumento, o primeiro e mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico do homem é seu corpo (MAUSS, 2003). A saúde do homem no trabalho visando a uma maior produtividade deve, inicialmente, partir da hipótese de uma harmonia entre corpo e mente; mente e corpo. “Mens sana in corpore sano”. A necessidade da coerência entre corpo e espírito para uma melhor qualidade de vida. Em harmonia com a saúde. Para além de um corpo perfeito, aglutinando-se o bem estar psicológico e sociocultural.

O corpo deixa de ser apenas natureza primeira para se tornar um grande campo experimental das visões, das esperanças e expectativas mais elevadas e das fantasias mais prodigiosas. De corpo espontâneo, esquivo, insubmisso, resistente e natural ele evolui paulatinamente para corpo intencional, obediente, conhecido, dócil e artificial, lavrado, colonizado, transfigurado e edificado pelas mais diversas culturas (BENTO, 2012).

Do abstrato ao concreto, observa-se na zona portuária de Manaus, na figura dos carregadores de mercadorias, uma saúde corporal precária, porém imprescindível para a dinâmica do porto, uma vez que são eles que levam a mercadoria dos passageiros e viajantes das ruas para dentro dos barcos. Alguns impressionam pela força e destreza com que equilibram os produtos transportados (GOMES; SCHERER, 2011).

Nessa teia de relações sociais, esses *carregadores-de-tudo* fazem do imprevisto sua essência. Da força física tecem

---

3 ANDRADE, Carlos Drummond de. Os ombros suportam o mundo. “Nova Reunião”, José Olympio Editora - Rio de Janeiro, 1985.

uma complexa articulação com o mundo do trabalho ao qual estão inseridos. Talvez em nenhuma outra atividade no mundo do trabalho o verbo carregar seja o suprassumo de força e resistência. Com baixíssima escolaridade e como estratégia de sobrevivência resta-lhes como única atividade laboral essa extenuante e arriscada ocupação.

### **Condições insalubres do corpo**

Em uma pesquisa análoga sobre os carregadores do Mercado do Ver-o-Peso, em Belém do Pará, os autores chegaram a reflexões similares quanto às condições degradantes desses trabalhadores, pois:

A análise profissiográfica dos carregadores referentes às dores mencionadas e localizadas nas diversas partes do corpo mostram indícios de inadequação de condições de trabalho, os quais podem causar danos à sua saúde. O trabalho essencialmente braçal utilizado nestas atividades analisadas é rudimentar e praticado há mais de quatro séculos sem as mínimas condições laborais oferecidas a um trabalhador. Não há, portanto, qualquer facilitação mecânico-instrumental, como guindastes, carregadeiras e outros equipamentos para que esta atividade seja realizada com mais conforto, eficiência e segurança e, conseqüentemente, com menos desgaste físico.<sup>4</sup>

O sofrimento psíquico, face à incerteza no futuro. As marcas do tempo, que trazem com eles, as doenças. O rosto envelhecido e cansado pelas brutalidades impostas ao corpo personificam o “elo perdido” entre as múltiplas Amazônias. A Amazônia da modernidade (das capitais) e a pré-Amazônia (do interior), do atraso e do descaso.

A “primeira Amazônia”, das metrópoles. É a região especialmente trabalhada pela civilização. Para a qual convergem navios, aviões, visitantes e imigrantes, além das rendas e da produção de extensas áreas. A outra Amazônia é a das cidades do interior, tanto as que se encontram em fase de desenvolvimento ou são sedes municipais, muitas delas apenas com

---

4 ROCHA, João Bosco de Assis et al. Carregadores de Açai: Análise ergonômica do trabalho de carregadores de Açai do Mercado Ver-o-Peso em Belém do Pará. Universidade Federal do Pará-UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2011. Artigo.

o rótulo de cidades, onde o povo em geral não tem condições econômicas para custear o fornecimento de água encanada, luz ou telefone. Assistência médica restrita, educação deixa muito a desejar. A “terceira Amazônia” é a grande área onde vivem os extrativistas, agricultores, pescadores e garimpeiros: são os habitantes das vilas, povoados, aldeias, sítios, seringais e castanhais. Uma massa imensa, em completa desagregação social, vivendo em condições subumanas.<sup>5</sup>

Os estudos de Gomes e Scherer (2011) coadunam com a afirmação acima ao destacar que:

Eles se originam principalmente de municípios do interior do Amazonas. Em termos percentuais temos: 72,72% do estado do Amazonas, e 27,27% de outros estados, como o Pará e Maranhão. Apenas um dos carregadores entrevistados é natural da cidade de Manaus, e dos dez que migraram para esta cidade 54,54% já vivem na mesma há mais de 30 anos, e, para muitos deles todo esse tempo foi dedicado ao trabalho portuário degradante na beira-rio da cidade de Manaus.

Nesse contexto adverso, despossuídos dos meios de produção, secundarizam o cuidado com o corpo; secundarizam os cuidados com a saúde. Despossuídos das técnicas e dos mecanismos de proteção, ignoram os riscos de acidente de trabalho, posto que, precisam transportar sobre suas cabeças uma necessidade mais urgente: vender sua força de trabalho. Num subir e descer de cargas, da rua ao porto, do porto à rua, mas que no fim como assevera Scherer (2005):

Não é uma escolha, é um mundo que parece flutuar ao acaso das circunstâncias, sem explicitar suas relações com estruturas de poder e dominação. É um mundo no qual não existe contrato formal de trabalho, direitos sociais, representação profissional e sindical, é um mundo onde as necessidades e interesses não podem universalizar-se como demandas e reivindicações coletivas.

O corpo é a anatomia do nosso destino, o santuário e altar da nossa transcendência e sublimação. Com ele queremos

---

<sup>5</sup> BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. Manaus: EDUA, 2007.

e podemos manter uma relação ótima com a vida, merecendo por isso um cuidado especial. Não se pode viver em permanência nos excessos que ele permite, mas também eles não devem ser inteiramente dispensados (BENTO, 2012).

As representações do corpo são representações da pessoa. Quando mostramos o que faz o homem, os limites, a relação com a natureza ou com os outros, revelamos o que faz a carne. As representações da pessoa e aquelas, corolários, do corpo estão sempre inseridas nas visões do mundo das diferentes comunidades humanas. O corpo parece explicar-se a si mesmo, mas nada é mais enganoso. O corpo é socialmente construído, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam seu funcionamento ou nas relações que mantém com o homem que encarna. A caracterização do corpo, longe de ser unanimidade nas sociedades humanas, revela-se surpreendentemente difícil e suscita várias questões epistemológicas. O corpo é uma falsa evidência, não é um dado inequívoco, mas o efeito de uma elaboração social e cultural (LE BRETON, 2012, p. 26).

Nesse sistema de montagens simbólicas aonde se ganha o sustento de cada dia na força e na coragem, vem-nos à mente aquela lembrança herdada de nossos bisavós, talvez o fantasma bíblico do cansaço como castigo inevitável para expiar o pecado original (DE MASI, 2000).

### **Considerações Finais**

O homem deficiente é um homem com estatuto intermediário, um homem do meio-termo. O mal-estar que suscita vem igualmente da falta de clareza que cerca sua definição social. Ele nem é doente nem é saudável, nem morto, nem completamente vivo, nem fora da sociedade, nem dentro dela, etc. Sua humanidade não é posta em questão e, no entanto, ele transgride a idéia habitual de humano. A ambivalência que a sociedade mantém a seu respeito é uma espécie de réplica à ambiguidade da situação, a seu caráter durável e intocável.<sup>6</sup>

Para se analisar as condições de trabalho dos carregadores devem ser levados em consideração os seguintes fatores: condições degradantes de trabalho, saúde, qualidade de

<sup>6</sup> LE BRETON, David. A sociologia do corpo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 75.

vida a que estes sujeitos encontram-se expostos, ocasionadas e/ou agravadas pelo transporte inadequado do peso por entre as pontes dos barcos e as escadarias do porto e, sobretudo, ao condicionamento ao enorme esforço físico no qual se traduz o trabalho cotidiano.

As demissões têm empurrado cada vez mais, trabalhadores à informalidade, no Brasil, deixando-os mais vulneráveis a uma recessão econômica. Perdem seus empregos com carteira assinada, passam a viver de “bicos” ou trabalham como autônomos enquanto procuram uma nova oportunidade. Um dos efeitos negativos dentro da economia é o de muitas vezes deixarem de contribuir para a previdência social, bem como a incerteza quanto a uma aposentadoria na velhice.

Submetidos à periculosidade de um trabalho que ao menor descuido pode acarretar acidentes que podem atingir não apenas a carga, mas, sobretudo o próprio trabalhador e, inseridos no contexto adverso que caracteriza o mercado de trabalho na atualidade, os carregadores de bagagens da Manaus Moderna estão sujeitos a um trabalho sem nenhuma proteção social. Contudo, tal problemática nunca apresentou muita visibilidade política e social, ficando secundarizada pelo poder público (GOMES; SCHERER, 2011).

Do simbólico ao concreto, em múltiplos sistemas socioculturais, em todas as civilizações, nas artes, nos esportes, na religião, no comer, no falar, no pensar e no agir, houve e sempre haverá noções e formas de nos relacionarmos com o corpo.

Diante desse quadro heterogêneo, a tarefa da antropologia ou da sociologia é compreender a corporeidade enquanto estrutura simbólica e, assim, destacar as representações, os imaginários, os desempenhos, os limites que aparecem como infinitamente variáveis conforme as sociedades (LE BRETON, 2012, p. 30).

Ao voltarmos os olhos para os carregadores de mercadorias da Feira Manaus Moderna, vemos o quanto ainda estamos distantes das profecias trazidas com a ciência e a informa-

ção, a de que “está a chegar ao fim uma sociedade que, durante séculos, se constituiu com base no trabalho físico, duro e custoso. Comerás o pão ganho com o suor do teu rosto” (BENTO, 2004).

### Referências Bibliográficas

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Os ombros suportam o mundo**. “Nova Reunião”, José Olympio Editora - Rio de Janeiro, 1985.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. Manaus: EDUA, 2007.

BENTO, Jorge. **Desporto Discurso e Substância**. Porto: Campo das Letras – Editores, S.A., 2004.

BENTO, Jorge. **Corrida contra o tempo: posições e intervenções**. Belo Horizonte: Casa da Educação Física e Unicamp – Centro de Estudos Avançados, 2012.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Ed. da UnB, 2000.

DURÃES, Bruno José. **Trabalho Informal, Sofrimento e Alienação no século XXI: o trabalho nas ruas de Salvador**. Salvador (BA), 2004. Disponível em: <http://www.flexibilizacao.ufba.br/MonografiaBruno.pdf>. Acesso em: 26 de jun.2017. Monografia.

GOMES, Maria Milene de Souza; SCHERER, Elenise Faria. **O mundo do trabalho no cais do porto da Manaus Moderna: o carregador de bagagens e o trabalho precário**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. Code, 2011.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MAUSS, Marcel, “**Les techniques du corps**”, *Journal de Psychologie*, XXXII, ne, 3-4, 15 mars - 15 avril 1936. (Trad. Bras. Paulo Neves. São Paulo, Cosac Naify, 2003).

MERINO, Eugênio. **Efeitos agudos e crônicos causados pelo manuseio e movimentação de cargas no trabalhador.** Florianópolis – Santa Catarina: UFSC, 1996. Dissertação.

ROCHA, João Bosco de Assis et al. **Carregadores de Açaí: Análise ergonômica do trabalho de carregadores de Açaí do Mercado Ver-o-Peso em Belém do Pará.** Universidade Federal do Pará-UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2011. Artigo.

SCHERER, Elenise. **Baixas nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus.** Manaus: EDUA, 2005.

WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. **O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal.** 56 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

# **O Forte Encantado: Narrativas Divergentes e Estratégicas Geopolíticas de Colonização na Amazônia Central<sup>1</sup>**

*Camila Garcia Iribarrem*

## **Introdução**

Do alto do terraço reformado após as obras de revitalização do Paço Municipal, observar a margem do rio tão próximo ao calçamento de pedra da Rua Bernardo Ramos, suas casas e telhados coloniais à beira rio, transporta-nos a essas reflexões por um fluxo de imagens sobrepostas, uma arqueologia da paisagem adormecida pelo mistério de um forte desaparecido, uma igreja carmelita que desvaneceu seus escombros. Vejo uma canoa passando longe, sol a “pino” em meio ao rio, luz incandescente na água escura. Quanta água, quantas histórias nelas submersas e, porque não dizer, que seriam elas as protagonistas dessas histórias? Entre as gentes que vivem em suas margens elas parecem enfocar sempre o papel principal, ainda que seja na fluidez antagonica de suas cheias e vazantes.

De acordo com historiadores, Mesquita (2006); Freire (1994); Bittencourt (1969); Corrêa (1964); Batista (2007); Reis (1934; 1989), Monteiro (1994; 2000), a fundação da cidade se iniciou no século XVII, por volta de 1669, a partir da construção de um forte erguido pelos colonizadores portugueses para resguardar o território de ataques de outros estrangeiros. O Forte parece ter sido estrategicamente posicionado nas intermediações entre a confluência dos maiores cursos d’água existentes, onde convergem desembocaduras e afluências de todos os outros canais de drenagem e veículos de interligação da Bacia Amazônica com outras regiões que integram limites entre

---

<sup>1</sup> Apresenta-se uma versão do capítulo inicial subtintulado “As águas, o forte, a barra: fronteiras coloniais”, da minha dissertação de mestrado “Visões de Mundo : uma etnografia do fazer arqueológico no Paço da Liberdade – Manaus-AM”.

territórios na época ocupados por outros estrangeiros. A oeste e noroeste pelos espanhóis colonizadores do Peru, Colômbia, Venezuela; e ao norte pelos holandeses e franceses, nos países hoje conhecidos como Guiana e Suriname.

A ocupação da área e constituição de um pequeno povoado então chamado Lugar da Barra, onde atualmente se localiza a capital do Amazonas, ocorreu nos arredores do fenômeno natural “encontro das águas” dos Rios Negro e Solimões, ponto onde as águas escuras do Negro se encerram junto às águas barrentas do Solimões, que a partir, desse marco passou a ser chamado Rio Amazonas (AB’SABER 2003; 2004; 2010). Esses dois grandes rios interagem como veículos de interligação entre fronteiras de ocupação do período colonial, onde a nascente do Rio Negro em que desponta entre os limites territoriais da atual Colômbia e Venezuela, mais especificamente no Lago Manoa, assim chamado em 1535 por Francisco Orellana conforme registros de Humboldt (1852); Sautchuck (2000), referindo-se a confluência do canal de Cassiquere, localizado à margem esquerda do Orinoco e o rio Guáini, que intercepta o Solimões, proveniente da região cisandina do Peru (Cordilheira dos Andes), atualmente chamado Apurímac, alternando outras nomenclaturas até atingir o território de ocupação portuguesa, onde se coadunam formando uma extensa rede aquaviária cujo percurso de afluentes e rotas de navegação adentravam diferentes regiões da bacia amazônica, historicamente ocupada por colonizadores europeus que se confrontavam pela hegemonia territorial.

Ao observar cartograficamente que a formação hidromorfológica das bacias do Amazonas e Orinoco, culmina no encontro das águas dos rios Negro e Solimões, fica mais explícita a visão de que a localização escolhida para construção de um Forte, próximo a esse “encontro das águas”, não foi mera conveniência. A posição vicinal do Forte e povoado, onde hoje está localizada a cidade de Manaus, na desembocadura dessas vertentes, é estreito de passagem obrigatória para quais-

quer embarcações que percorram os únicos rios plenamente navegáveis que acessam territórios estrangeiros e adentram a Amazônia. Analisando as rotas navegáveis para acessar regiões estrangeiras, a partir do extremo norte existe a opção do Rio Branco que acessa a Guiana, e como afluente do Negro é necessário que se navegue por ele passando por Manaus para chegar a outras regiões do interior ou seguir em direção leste até Belém via Rio Amazonas.

Outras rotas navegáveis possíveis ao sul do Amazonas, como os Rios Juruá, Tarauacá, Tefé, Coari, Purus, Madeira e o Tapajós na região do Pará, são afluentes do próprio Rio Amazonas, sendo este sua fronteira de transição entre o extremo norte e a direção nordeste do território Brasileiro, o que reforça a ideia de que Manaus foi escolhida como zona de defesa e ataque do domínio colonial, distinta por sua singularidade geopolítica como ponto estratégico e incontornável para adentrar ao território ou prosseguir em outras rotas fluviais pela Amazônia.

Considerando o ponto de vista eurocêntrico do século XVI, destacado pela imposição do velho continente em suas rotas de navegação, tais demarcações se instauraram como fronteiras políticas, de ataque e defesa do poder e soberania entre as monarquias expedicionárias dominantes: Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Holanda. Nesse contexto, a região central da Bacia Amazônica, posicionada entre a costa litorânea ao norte do continente e os limites de aprofundamento para interior do território, permite a suposição de que sua localização tenha sido uma escolha estratégia do ponto de vista geográfico, reunindo características essenciais para assegurar o controle e domínio territorial Português.

Outro elemento sinalizador para essa hipótese sobre a ocupação da localidade se relaciona à construção do Forte, a Fortaleza da Barra do Rio Negro, cuja data exata de sua fundação apresenta leituras diversas, possivelmente, devido às dificuldades de interpretação das cartas e documentos histó-

ricos relacionados. O mistério sobre a existência e localização do Forte, compreendido como marco fundador da colonização local, permanece envolto em hipóteses até hoje não comprovadas. Sua exata localização, descrita por Monteiro (1994), reiterada por Reis (1934), Freire (1994), não apresenta vestígios materiais de que tenha sido erguido naquele local. As dificuldades em encontrar vestígios arqueológicos que comprovassem empiricamente sua localização exata e certa nebulosidade sobre as referências históricas entre datas e erguimentos do forte, é que deram vazão a descrição de “forte encantado”, pois foi assim que registrei diversas vezes na fala do arqueólogo Marcus Corrêa, já que na linguagem popular o termo “encantado” faz referência aos seres invisíveis ou habitantes de outros mundos, Corrêa (2011), dizia que o Forte era mais presente na memória histórica de constituição social da cidade, do que do ponto de vista da arqueologia, cujas pesquisas e escavações empreendidas não encontraram remanescentes de sua localização exata.

### **Desconstruindo hipóteses: um outro olhar sobre localização do Forte**

Em 2002, o governo do Estado contratou uma equipe de arqueologia, coordenada por Paulo Eduardo Zanettini e Eduardo Góes Neves (USP) para desenvolver o Programa Arqueourbs, cujo enfoque pretendia resgatar elementos de cultura material, em especial as ruínas da muralha de pedra e elementos bélicos da antiga Fortaleza. A pesquisa, desempenhou abertura de vários cortes arqueológicos com base na documentação histórica que apontava a localização do sítio, estendendo a busca por toda área possível de ser investigada no centro histórico da cidade, incluindo a Praça Dom Pedro II, onde está registrado o sítio arqueológico Manaus, cemitério indígena pré-colonial apontado no cadastro nacional de sítios arqueológicos (CNSA- IPHAN) pela sigla AM-01.

Foram utilizados, além de uma malha de prospecção abrangente para busca de artefatos, equipamentos de tecnolo-

gia avançada como GPR (Ground Penetrating Radar) que detectam materiais em subsolo, via emissão de ondas sonares e eletromagnéticas que produzem imagens virtuais dos elementos soterrados, geralmente utilizados na busca de elementos de grande escala, como ruínas e edificações, sem, no entanto, obterem o sucesso específico sobre evidências materiais do antigo Forte. Essa pesquisa aplicada encontrou na área da alfândega no centro histórico de Manaus, (local apontado por Mario Ipiranga Monteiro como terreno de construção do Forte), evidências de um muro em arenito, comum nas construções de arquitetura europeia do século XIX em Manaus (a exemplo do Teatro Amazonas, Paço Municipal, entre outros edifícios), não sendo possível atribuir-lhe resultados contundentes sobre ser este material remanescente da primeira fortificação.

A ausência de indicadores mais precisos sobre a localização do Forte da Barra do Rio Negro, me levaram a investigar outras possibilidades que pudessem apontar novas hipóteses para sua localização. Perscrutando imagens cartográficas de um antigo mapa de autoria de Tenreiro Aranha (1852), (Figura 01) e navegando em imagens satélites pela bacia amazônica, observei como poderia se localizar, do ponto de vista político-geográfico, mais estrategicamente posicionado, um forte nessa região. Confrontei alguns dados históricos e verifiquei que contradições entre relatos e estudos publicados, da mesma forma que confundem sua precisão espacial, trazem à luz outros parâmetros indicativos sobre alternativas possíveis para o local de sua construção. De acordo com Monteiro (1994; p.25, 26),

Aos 3° 8' 7" latitude S e 60° 61' 34" longitude O Greenwich, na altura de 44,99 metros sobre o nível do mar, ergueu-se lentamente, colgada a barreira da margem esquerda do Rio Negro, um simulacro de fortaleza, de forma quadrangular, em pedra e barro [...] Duas peças de bronze e duas de ferro, respectivamente de calibres um e três guardavam as cortinas numa ameaça surda e inútil ao invasor suspeitado. [...] Esse forte ficava precisamente a três léguas da foz do Rio Negro, num cômodo suave, barreira, como era chamada à época, mais ou menos no local onde se encontra hoje a Fazenda Pública.

A descrição apontada por Monteiro (1994), também é encontrada nos relatos de Reis (1934; p.46), citando Alexandre Rodrigues Ferreira (1786), que detalha a existência de dois igarapés, que contribuem para leitura geográfica do posicionamento do Forte.

Está a fortaleza fundada na frente de uma povoação de índios e alguns moradores brancos, a qual se divide em dois bairros, ao longo da margem boreal: ambos eles ocupam uma porção da barreira que medeia entre dois igarapés da tapera dos Maués e dito dos Manaós. Porém a porção da barreira, que serve de base ao primeiro bairro, onde estão situadas a matriz e ambas as residências do reverendo vigário e do comandante é mais alta e mais avançada sobre o rio, do que a do segundo bairro, onde só há 8 casas. Uma outra é bordada de grandes lajes de pedras com pouco sensíveis interrupções.

As descrições sobre a posição geográfica do forte quando confrontadas cartograficamente com a localização atual da Fazenda Pública de Manaus, (edifício da Alfândega, arqueologicamente investigado pelo já mencionado Programa Arqueourbs, não sugerem tais feições geográficas expostas por Monteiro e se diferem do mapa desenhado por Tenreiro Aranha (1852)). Para elucidar essa comparação, apresento em imagem a perspectiva dos dois mapas, com sinalização em estrela sobre a suposta localização do Forte:



Seguindo as feições cartográficas da região do centro histórico de Manaus, com base nas feições geomorfológicas apontadas pela altura das barreiras descritas nos relatos, busquei virtualmente uma área próxima com terreno sob uma elevação que justificasse a localização de um Forte, que junto a outro relato de Ipiranga (1994, p.41) sobre o canhão que ele mesmo identificou junto à área militar da antiga Ilha de São Vicente para onde teria sido transferido, no passado a guarda militar, possivelmente com alguns materiais residuais do Forte, onde diz que: “quando estive na presidência do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, vasculhando certa vez as ruínas do antigo hospital militar, dei com um canhão pequeno, que cedido pelo Coronel Nobre foi recolhido ao Museu daquela instituição e lá se encontra com algumas balas de vários calibres. Penso que esse canhão seria um dos remanescentes do Forte”.

Essa observação me levou a aproximar a hipótese sobre essa antiga área militar, onde hoje se localiza uma base da marinha, que associada a grande semelhança cartográfica atual com o antigo mapeamento da Fortaleza, e a suposta altitude que propiciaria sua construção (aproximadamente 20m na atual cartografia), me levaram a hipótese de que essa edificação teria sido erguida praticamente em frente a essa base militar, mais especificamente próximo a lateral da entrada do rio que a margeia, onde é possível notar a semelhança entre as feições da cartografia (Figura 02). A partir dessa hipótese o forte poderia ter sido construído próximo à área onde hoje se encontra a usina termelétrica de Aparecida, à margem do Rio Negro. No passado, a antiga fábrica da cervejaria Miranda Corrêa (figuras 03).

Figuras 03. Área da antiga fábrica da cervejaria Miranda Cor-rêa vista pela ponte Senador Fabio Lucena



Imagem: Camila Iribarrem – Jan/2017

Entretanto, nunca houve pesquisas nessa área que pudessem elucidar comprovações sobre essa perspectiva. O único Programa de arqueologia urbana, já citado neste estudo, que investigou possíveis vestígios sobre a localização do forte, não prosseguiu com prospecções arqueológicas na área apontada por essa hipótese, onde hoje se encontra o bairro de Nossa Senhora Aparecida. Ainda que a fortaleza possa ter sido destruída pelas intempéries, já que, conforme os relatos, sua construção havia sido erguida em pedras e barro, não foram encontrados vestígios que indiquem suas estruturas de fundação, ou outros remanescentes de cultura material que apontem sua existência nos locais antes pesquisados.

Figura 04. Ilustração comparativa da cartografia antiga e outra hipótese sobre a localização do Forte



Fonte: Google Earth 2016 – Imagem em fotocópia digital

Cabe ressaltar, que a importância sobre a localização do forte, não se recobre apenas por sua condição histórica enquanto marco de origem do povoamento da região, ou como espaço destinado a proteção e guarda territorial. Mais que uma construção guarnecida por poucos armamentos contra ataques estrangeiros, o Forte da Barra de São José do Rio Negro, pode ser interpretado enquanto símbolo de poder da ocupação portuguesa, cuja imposição de sua localização dentro das terras do povo Manao, e a preocupação com a criação de um vilarejo composto por indivíduos de outras etnias ao redor do forte, suscita uma estratégia de ocupação no intuito de enfraquecer a sociedade que habitava o local, predominante desde a extensão do Rio Negro até o Rio Branco, mantendo intenso comércio com os holandeses ao norte, na Guiana.

### **A ocupação multiétnica como estratégia de desterritorialização**

A concepção do Lugar da Barra como vilarejo que acompanhava o Forte do Rio Negro, esconde uma das mais violentas e sangrentas histórias de massacres e extermínio de gru-

pos étnicos extintos. A ocupação da região, a partir da imposição de um símbolo bélico como a fortaleza e a criação de um aldeamento multiétnico, formado por indivíduos de diferentes grupos indígenas, em geral descidos<sup>2</sup>, escravos, apartados de suas famílias de origem e transferidos para o local condicionados a viverem em contradição a sua cultura original, representa a face da violação cultural e invasão territorial que a ocupação portuguesa promoveu entre os diversos povos amazônicos e os habitantes originários da região, em especial os Manaós, cuja resistência ao domínio português levou a total extinção de uma das maiores sociedades existentes na Amazônia antiga. Como retrata Freire (1994:169), “Os Manáo resistiram a invasão de seu território com armas na mão, até serem completamente varridos do mapa, confirmando um mito da tribo de que seu mundo seria destruído por um grande fogo”.

Sobre os povos que habitavam o Rio Negro, de acordo com a pesquisa de Freire (1994,p.164), estes “pertenciam em sua maioria ao troco linguístico Aruak. Os registros das etnias que foram descidas para formação do novo núcleo populacional da Barra, apontavam as etnias Baré, Passé e Baniwa. Segundo Reis (1934, p.40), “os Barés vinham do Japurá; os Banibas no Içana e Ixié; os Passés, os últimos desse contingente do Japurá”. Três deles se destacaram historicamente, enfrentando-se ao conquistador: os Manáo, que emprestaram o nome a atual capital do Amazonas, os Baré e os Tarumã.” Documentos históricos investigados por Reis (1906, 1998), baseados na carta de 1660 do padre Antônio Vieira à Rainha Luiza Francisca de Gusmão, apontam que o princípio da colonização da região de Manaus, ocorreu a partir dos primeiros contatos dos Jesuítas com o povo Tarumã, no Rio Negro, os quais foram “catequizados” e agrupados em uma missão próxima a boca do rio Tarumã. Essa mesma missão de acordo com a crítica de Freire (1994), teria reunido um importante número de indígenas

---

2 Relativo a “descimento”, nomenclatura explicativa sobre as expedições missionárias religiosas e militares dos séculos XVII e XVIII, para designar a imposição colonialista de transferir indígenas de suas aldeias de origem para outros locais de interesse da ocupação dos europeus na América do Sul.

escravizados, transferidos para outras localidades, entre elas a cidade de Belém, além de ter sido a partir da escravização dos Tarumã que se ergueu a Fortaleza do Lugar da Barra. Segundo Freire (1994, p. 167);

Entre 1657 e 1661, os jesuítas comandaram várias tropas anuais de resgates, descendo mais de 5 mil índios do Rio negro para Belém, depois de estabelecerem um arraial provisório – um curral de índios – na boca do Rio Tarumã, afluente do Negro. Esses índios encurralados no arraial, provavelmente com outros trazidos do Xingu, serviram de mão de obra para a construção da Fortaleza de São José do Rio negro (1669), ao redor do qual se iria constituir um núcleo populacional denominado “Lugar da Barra”, onde logo depois seria erguida uma ermida coberta de palha, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Entretanto, as investidas portuguesas encontraram grandes dificuldades na colonização do Rio Negro, em especial devido à impetuosidade dos Manáo, amplamente descrita entre viajantes, jesuítas e militares portugueses. Dominantes em inúmeros aldeamentos do Rio Negro, esse povo foi também descrito como guerreiro e altivo, dominantes entre outras etnias e liderados por um dos emblemáticos guerreiros considerado lendário pela luta por seu território e cultura nativa, o Manáo Ajuricaba. Sua fama se espalhou entre monarcas e colonizadores, fazendo com que fatores controversos se discorram sobre sua liderança e assassinato. Supostas parcerias comerciais, em especial a troca de escravos e armas entre os Manáo e os Holandeses, associada à persuasão de Ajuricaba em reunir outros povos contra a ocupação portuguesa, como os aguerridos Maiapenas da zona das cachoeiras, conforme informações obtidas em Reis (1906,1995), fizeram de Ajuricaba agente e protagonista da luta do povo Manáo durante o primeiro século de ocupação colonialista.

Nesse sentido, relatos apontam que os carmelitas contribuíram insistentemente na catequização dos Manáo, com papel relevante em tentativas de negociação diplomática entre essa etnia e o próprio Ajuricaba, destacadas como proveito-

sas para os colonizadores. Todavia o domínio populacional e político que esse grupo étnico representou, apontado por tantos cronistas e viajantes, certamente ameaçava a hegemonia do poder colonial, que além da violência física impetrada em guerras bélicas travadas para dizimar essa sociedade, utilizou ainda a violência ou coação psicológica, minando<sup>3</sup> o território desses povos, condensando agrupamentos populacionais de indígenas descidos de diversas partes da Amazônia, que Freire (1994) denominou “curral de índios”, no qual compreendo ter sido uma estratégia de desterritorialização<sup>4</sup>, ou seja, uma forma de desapropriação de territorialidades coletivas (MALDI, 1997; LITTLE, 2002), de ruptura dos vínculos identitários com o caráter simbólico do território, cujo mecanismo se constituiu em um modelo de ocupação multiétnica como forma de imposição do domínio territorial português. Como apontado por Fraxe (2000, p.29), “para cada revolta indígena havia um assentamento fortificado com o nome de aldeamento.”

Essa contínua imposição dos padrões de vida europeus se estabeleceu na região como modelo de qualidade de vida suplantando quaisquer considerações culturais que caracterizaram os modos de viver da população nativa, com discriminação e substituição dos aspectos primordiais de sua cultura, incluindo os sentidos de religiosidade de seus ritos e deuses pela catequização católica; suas habitações adequadas ao clima e sistema simbólico da floresta pelas edificações e arquitetura europeia; suas formas de comer, vestir, alimentar-se, criar, constituir família e viver em sociedade sob um sistema comunitário, subjugado pelos valores culturais da supremacia colonialista.

---

3 Sentido figurado de enfraquecer ou arruinar de uma forma lenta e dissimulada; corroer lentamente; consumir ( Infopédia –Dicionários Porto Editora 2017)

4 Conceito geopolítico relativo a perda material e imaterial de território geográfico por indivíduos ou coletividades; perda de patrimônio cultural material /imaterial a partir da ruptura de vínculo espacial (HAESBAERT, 2004)

## **A colonização do lugar da Barra: um novo assentamento sobre sítios arqueológico Milenares**

Considero uma das expressões mais explícitas dessa imposição cultural, a imagem das urnas funerárias de antigas sociedades amazônicas, sobreposta pela construção de arquitetura europeia do Paço da Liberdade, edifício histórico localizado na área tombada como região histórica onde foi iniciada a colonização da capital. A partir de um processo de escavação arqueológica nesse local, a exposição do material arqueológico pré-colonial sobreposto pelos artefatos do período colonial é uma imagem marcante, uma composição arqueológica singular que também reflete o etnocentrismo no desenvolvimento da cultura urbana da capital.

Não seria exagero dizer que Manaus está assentada sob um gigantesco sítio arqueológico. Não exatamente um único sítio, mas uma sequência deles, os quais muitos se uniam entre territórios que foram habitados por antigos povos da Amazônia. Essa perspectiva de uma Amazônia antiga de elevado índice demográfico, pode ser verificada entre documentos e relatos históricos que narram a saga de militares e religiosos pela Amazônia, com destaque para os relatos do Frei Cristovam d'Acuña, sobre a viagem de Pedro Teixeira (1639), oficialmente registrado no livro “Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de Las Amazonas”, editado em Madrid (1641), onde descreve detalhes das aldeias densamente povoadas de “milhares de índios” no percurso de todo o Rio Amazonas e Negro, por onde navegaram esses viajantes. Assim como esses, outros documentos históricos que revelam a massa populacional existente na Amazônia do século XVII, arqueólogos que pesquisaram a região de Manaus constataram a partir dos vestígios encontrados em sítios da região, essa mesma realidade.

A região do Iranduba, localizada na zona rural de Manaus que hoje se caracteriza como uma área de expansão urbana, principalmente após a construção da Ponte sobre o Rio Negro, inaugurada em outubro de 2011 por sua condição

menos impactada entre o período de 1995 à 2011, foi base de um programa acadêmico de pesquisas arqueológicas, o PAC, (Programa Amazônia Central), coordenado pelo Prof. Dr. Eduardo Góes Neves-USP, que desenvolveu inúmeras pesquisas na região, fundamentando a formação de arqueólogos atuantes na região de Manaus, como Carlos Augusto da Silva, Helena Lima, Fernando Costa, Bruno Marcos Moraes, Anne Rap, Claide Moraes e outros alunos da USP que iniciaram suas pesquisas em arqueologia nessa região.

Entre as produções de pesquisas desenvolvidas por esse programa, uma das características evidentes sobre o tema é a densa massa de vestígios cerâmicos encontrados em quaisquer sítios referentes à região. Ainda que se possa atribuir a esses antigos habitantes qualidades de exímios oleiros, a profusão de material arqueológico cerâmico apontada nos registros de pesquisas, é incomparável a outras zonas do Brasil, seja nordeste, centro oeste, sudeste ou sul geográficos. Nesse aspecto, argumento que a região norte brasileira, atualmente, detentora do menor índice de densidade demográfica, na contramão de sua posição de maior população indígena do Brasil, possa ter sido na antiguidade uma das zonas territoriais mais densamente povoadas por antigas sociedades que já habitavam a América antes da invasão europeia.

Como já apontado em outros estudos sobre arqueologia nos arredores de Manaus, Lima (2008); Lima & Moraes (2010), Lima; Silva & Moraes (2011), ainda que o registro de materiais arqueológicos já tivessem sido observados no século XIX, como a ilustração das circunferências das urnas funerárias evidenciadas na área do Sítio Manaus, zona central onde hoje encontra-se a Praça D. Pedro II, por Paul Marcoy (2001), as pesquisas arqueológicas de caráter científico se iniciaram na região em meados do século XX, com os primeiros registros de sítios locais realizados pelo pesquisador alemão Peter Paul Hilbert em 1968. Os primeiros artefatos por ele identificados incrustados em um barranco próximo ao encontro das águas,

deram origem a titulação de uma fase arqueológica denominada Paredão, correlacionando o material arqueológico em evidência sob uma grande “parede sedimentar de terra” - o Paredão.

Entretanto o prosseguimento e sistematização desses estudos que envolveram não somente a região de Manaus, mas também a Amazônia entre 1970 e 1983 com o Programa Nacional de pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica, o PRONAPABA, coordenados pelo arqueólogo Mário Simões do Museu Paraense Emilio Goeldi, adotaram a abordagem determinista dos pesquisadores norte americanos Betty Meggers e seu companheiro Clifford Evans, precursores na década de 50 dos estudos arqueológicos que compreenderam as terras baixas da América do Sul, dentre as quais, regiões da Colômbia, Equador, Guianas e uma vasta investigação sobre a bacia amazônica brasileira levando a cabo o modelo difusionista pautado nas teorias neo-evolucionistas da ecologia cultural norte americana. Os maiores representantes desta escola, Robert Lowie e Steward (1948), formularam o conceito de cultura de floresta tropical, onde o ambiente equatorial da floresta amazônica atuaria como determinante ecológico de subsistência impedindo o crescimento demográfico das populações existentes e conseqüentemente sua complexidade cultural.

A primeira metade do século XX até o início da segunda guerra mundial, período marcado pela imposição colonialista e a estruturação capitalista, também se refletiu nos procedimentos e atuação das organizações científicas em prol de interesses políticos das nações dominantes. Sob a perspectiva do determinismo ecológico, e difusionismo cultural, o casal Betty Meggers e Clifford Evans, principia uma nova etapa na história da arqueologia amazônica, a partir de 1959, com as primeiras escavações na foz do Rio Amazonas. Seus trabalhos influenciaram outros pesquisadores e se propuseram a comprovar a partir da disseminação do pensamento difusionista aplicado as terras baixas da América do Sul, propondo que a

origem do povoamento da Amazônia teria partido dos Andes e se espalhado através de migrações pelas Guianas até a Amazônia Brasileira, onde é possível serem observados traços de difusão nas cerâmicas arqueológicas entre outros processos culturais.

Para esses pesquisadores essa cultura de proveniência andina havia declinado culturalmente em função das limitações do ambiente de floresta tropical (MEGGERS,1954), justificando toda narrativa da antropologia ecológica ou ecologia cultural de Julian Stewart publicada em seu famoso *Handbook of South American Indians*. Como argumento à teoria difusionista e a ideia de que não seria possível a existência de sociedades complexas na Amazônia, e conseqüentemente grandes densidades demográficas em sociedades extintas na região, Meggers e Evans elaboraram outros modelos teóricos aplicáveis a justificativa proposta pela problemática do ambiente de floresta tropical, como a dicotomia de várzea e terra firme, propondo uma dinâmica paradoxal entre os dois ambientes, um como provedor de condições prósperas para a subsistência humana (várzea), e outro limitador ambiental para a sobrevivência de sociedades por longos períodos (terra-firme) (MEGGERS,1991).

Seus postulados, apesar de criticados e sobrepujados por novas teorias antropológicas que ascenderam ao pensamento difusionista, constituíram a essência dos debates travados sobre a história de ocupação da Amazônia pré-colonial, deflagrados posteriormente por outros pesquisadores como Anna Roosevelt, que incansavelmente criticou o determinismo ecológico, buscando dados empíricos que derrubassem os pressupostos de Meggers sobre a hipótese de difusão cultural na Amazônia. Roosevelt (1991,1995) e Donald Lathrap (1970), que partindo de um pensamento diametralmente oposto ao de Meggers, expôs um paradigma revolucionário para arqueologia amazônica, com seu modelo cardíaco, partindo do pressuposto que a Amazônia Central seria um centro de origem das

principais inovações tecnológicas a agricultura e a cerâmica (GOMES,2002; NEVES 2012).

Em Manaus, muitos sítios arqueológicos foram destruídos em benefício desse crescimento urbano que a cidade obteve no decorrer das últimas décadas, desde as construções de arquitetura europeia favorecidas no período de exportação da borracha ou ciclo econômico da borracha, compreendido entre o final do século XIX (1870) e o início do século XX (1912),que manifestaram uma expressão cultural de raízes europeias, a Belle Èpoque, extensiva às principais capitais Brasileiras. Manaus, nessa época, detinha uma das maiores rendas per-capitas devido a abundante exploração do látex da seringueira no interior do Amazonas, recebendo grande parte das obras e infraestrutura urbana referente a esse período. Destacaram-se a administração do governador Eduardo Gonçalves Ribeiro (1890-1896), responsável por grande parte das obras e aterramentos na região central da capital.

No local onde foi construída a Praça D. Pedro II (1852) e o primeiro palácio da cidade, o Paço Municipal (1884), também chamado na atualidade Paço da Liberdade, erguido durante a administração de Lobo D'Almada, está localizada a zona central de um dos mais importantes sítios arqueológicos locais, o Sítio, Manaus local de sepultamento e habitações de antepassados das populações nativas. Por volta de 1893, a Praça D. Pedro II, sofreu novas intervenções urbanísticas, com a construção de um coreto *Art Nouveau*, uma fonte de bronze, além do aterramento das vias do entorno e plantação de mudas ornamentais, propostas na reurbanização empreendida por Eduardo Ribeiro, que se configurou como mais uma interferência contundente para deterioração do cemitério indígena pré-colonial submerso entre as camadas de aterro que receberam tais obras. De acordo com o levantamento de Mesquita (2006, p.276) citando o historiador Agnelo Bittencourt, “quando o governador Eduardo Ribeiro mandou nivelar as ruas em torno da praça, descobriu-se uma grande quantidade de urnas

funerárias indígenas, levando-o a concluir que o núcleo principal do cemitério ficava sob a praça”.

Ainda que muitas pesquisas contemporâneas forneçam indicadores empíricos sobre a larga ocupação pretérita da Amazônia, a criação do paradigma sobre o vazio populacional existente na atualidade com base nas teorias neo-evolucionistas neoevolucionistas que impregnaram conceitos gerais sobre a região Amazônica como território insólito a sobrevivência humana, parece fundamentar uma justificativa contrária a constatação do massacre histórico na colonização das américas e a extinção da maior parte das populações autóctones que povoaram a região. Há ainda, uma estreita relação com a implantação dos conceitos neoliberais, que a exemplo de Manaus, pode-se dizer que aderiu a implementação desse modelo social com a implantação da Zona Franca de Manaus (1967) durante a ditadura militar (1964-1985), condensando na região da capital um polo industrial, cuja efetivação ocorreu elevando a expansão urbana sem planejamento em detrimento da valorização de vestígios culturais pretéritos, provocando uma alienação na memória social das gerações subsequentes sobre as origens desses antepassados amazônicos.

## **Referências**

AB’SÁBER, A. N. **A cidade de Manaus** In: AB’SÁBER, A. N. *A Amazônia do Discurso á práxis*. 2ed. EDUSP, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Zoneamento fisiográfico e ecológico do espaço total da Amazônia Brasileira**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, p.15-24, 2010

\_\_\_\_\_. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento*. 2ª ed. Manaus: Editora valer, Edua e Inpa. 2007

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa. 2007

BITTENCOURT, Agnelo. **Contribuição para chorographia política do Estado do Amazonas.** Manaus: Typ. Palais Royal. 1908

CORRÊA, Luiz de Miranda. **Manaus: aspectos de sua arquitetura.** Rio de Janeiro: SPVEA. 1964

CORRÊA, Marcus Vinicius de Miranda. **Cápsula do tempo: Arqueologia da Arquitetura da Catedral Metropolitana de Manaus.** Biblioteca 24 horas: São Paulo, 2011

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro.** 2.ª Ed. organizada, atualizada, anotada e ampliada por Francisco Jorge dos Santos *et alli*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas e Editora do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 2007.

FRAXE, Therezinha J. P. **Homens Anfíbios: Etnografia de um campesinato das águas.** São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000. 192p.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Barés, Manáos e Tarumãs.** In História em novos cenários: Amazônia em Cadernos, v.2, dez 1993/1994. Manaus

GOMES, Denise Maria Cavalcante. **Cerâmica Arqueológica da Amazônia: Vasilhas da Coleção Tapajônica MAE-USP.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Acervo, 3).

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HILBERT, Peter Paul. **Archäologische Untersuchungen am Mittleren Amazonas.** Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1968

HUMBOLDT, Alexander von. **Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Regions of America**. Volume 2. Thomasina Ross, translation. 1852: London.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.

Disponível em [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br). Último acesso 21/04/2017

LATHRAP, Donald W. **O Alto Amazonas**. 40.a ed. Verbal Lisboa: Portugal, 1970.

LIMA, Helena Pinto & MORAES, Bruno Marcos. **Produção de conhecimento e preservação em debate: aspectos da arqueologia na cidade de Manaus**. Revista de Arqueologia, Volume 23. N 1: 90-107, 2010.

LIMA, Helena Pinto. **História das Caretas**. A tradição borda incisa na Amazônia Central. Tese (Doutora em arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA, Helena Pinto; SILVA, Carlos Augusto da & MORAES, Bruno Marcos. **Sítios do encontro: arqueologia do entorno do encontro das águas**. Somanlu, ano 11, n. 2, jul./dez. 2011

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia., Brasília, 2002.

MALDI, Denise. **De confederados a barbáros: a representação da territorialidade e das fronteiras indígenas nos séculos XVIII e XIX**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 1997, v. 40 nº2.

MARCOY, Paul. **Viagem pelo Rio Amazonas**. Tradução, introdução e notas de Antônio Porro. 1ª Edição em Português. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, Secretaria da Cultura, Turismo e Desporto e Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

MEGGERS, Betty & Evans, Clifford. **An experimental formulation in the tropical Forest Áreaof South America**. Essays

in *Precolumbian Art and Archaeology*. Cambridge: Harvard University, 1961.

MEGGERS, Betty. **Cultural Evolution in Amazônia**. Anthropological Papers. University of Michigan n. 85, 1991.

\_\_\_\_\_ **Environmental Limitations on the Development of Culture**. *American Anthropologist*, v 56, 1954.

MESQUITA, Otoni. **Manaus História e Arquitetura (1852-1910)**. 3ª Ed. Manaus. Editora Valer, Prefeitura de Manaus e Uninorte, 2006

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **A Capitania de São José do Rio Negro (Antecedentes históricos e fundação)**. 3ª ed. Ilustrada: Editora Valer. Manaus. 2000

\_\_\_\_\_ **Fundação de Manaus**. 4ª ed aumentada: Editora Metro Cúbico. Manaus. 1994

NEVES, Eduardo Góes. **O Velho e o Novo na Arqueologia Amazônica**. *Revista USP – São Paulo*, n 44, p 86-111, dezembro-fevereiro 1999-2000.

REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. (Coleção reconquista do Brasil. 2ª série; v.145)

\_\_\_\_\_ **Manáos e outras Villas**. Instituto Geographico e Histórico do Amazonas. Manaus, 1934.

ROOSEVELT et Al. **Eight Millennium Pottery from a Prehistoric Shell Midden in the Brazilian Amazon**. *Science*, New Series, Vol. 254. No 5038. pp1631-1624 (Dec,13.1991).

ROOSEVELT. Anna C. **Early Pottery in the Amazon. Twenty years of scholarly obscurity**. In *the Emergency of Potttery: Technology and innovation in ancient societies*: W K Barnett and J W Hoopes, pp 115-131. Smithsonian Series in archaeological inquiry. Smithsonian Institution. Washington, 1995.

SEC-AM. **Arqueourbs: Ações de Comunicação**. Secretaria de Estado e Cultura. Governo do Amazonas. Manaus. 2002.

SIMÕES, Mário F. 1974. **Contribuição à Arqueologia dos Arredores do Baixo Rio Negro**. In: Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica. Resultados Preliminares do 5.º ano, 1969-70. Pub. Avulsas. Museu do Pará Emílio Goeldi Belém, 26: 165-188 il.

STEWART, Julian H. **Handbook of South American Indians**. Boletim Bibliográfico de Antropologia Americana (1937-1948) Vol.4, no 3, pp.227-231

ZANETTINI et al. **Projeto Arqueourbs: Forte São José da Barra do Rio Negro e Adjacências –Caderno Técnico**. Secretaria de Estado e Cultura. Governo do Amazonas. Manaus. 2002.

SAUTCHUK, Jaime. **Expedição da Universidade de Brasília refaz trajeto do explorador alemão Alexander von Humboldt (1769 - 1859) 200 anos depois e revela que o maior rio da Venezuela é também um dos formadores do Amazonas**. Ciência: Folha de São Paulo. São Paulo, domingo, 15 de outubro de 2000. Disponível em [www.folha.uol/fsp/ciencia](http://www.folha.uol/fsp/ciencia)



## O “anjo exterminador” da antropologia e a contribuição de June Nash para a etnografia dialógica<sup>1</sup>

Guilherme Gitahy de Figueiredo

Em 2019 faleceu a estadunidense June C. Nash aos 92 anos de idade. Antropóloga social, feminista e militante em diversos movimentos sociais, começou sua trajetória no final dos anos 1950 com uma etnografia clássica no México, onde as comunidades indígenas Maias pareciam colaborar com os pressupostos tradicionais da antropologia que, segundo Bazin (2008) e Bensa (2006), levam à produção de estranhamentos e descrições globalizantes do “outro exótico”. Segundo Nash (2006), eram comunidades que se fechavam ao mundo e aferavam-se às tradições como modo de proteger sua autodeterminação.

Na medida em que foi acompanhando as transformações vividas pelo município da etnia Maia Tzeltal chamado Amatenango Del Vale e outros vizinhos, sensibilizou-se cada vez mais com a impossibilidade de se compreender as transformações na vida comunitária sem o estudo de processos históricos nacionais e mundiais, cuja influência pode ser encontrada ao longo dos séculos e que, nas últimas décadas, tem sido crescente nos destinos e estratégias de resistência das comunidades locais. Como parte das homenagens póstumas à autora, este capítulo visa extrair contribuições de sua obra “*Visiones mayas: el problema de la autonomía en la era de la globalización*”, de 2006, para a crítica da etnografia clássica e a proposta de etnografia dialógica que podemos elaborar a partir dos estudos de Bazin (2008), Bensa (2006), Fabian (1983, 2001), Said (2003) e Pacheco de Oliveira (2013).

<sup>1</sup> Nova versão do texto escrito para a disciplina “Antropologia do Colonialismo”, ministrada por João Pacheco de Oliveira e Priscila Faulhaber no Museu Nacional da UFRJ em 2010. Um agradecimento especial vai a Leda Maria Caira Gitahy, Cássio Brancalione e Fábio Márcio Alkmin, que ajudaram na revisão.

O trabalho está dividido em duas partes: a primeira trata das contribuições dos fundadores da antropologia e das críticas feitas à etnografia clássica por Bazin (2008) e Fabian (2001), a partir das quais tecem suas propostas de etnografia dialógica. A crítica de Bazin (2008) a Geertz (1989) é particularmente importante, pois a obra do último pode ser considerada de transição: questiona a etnografia clássica e deu passos importantes rumo a uma etnografia em que o diálogo tem sua importância intensificada. É por isso que a análise do seu trabalho permite a Bazin (2008) polemizar pontos importantes para ampliar o papel do diálogo na pesquisa, discussão que é complementada com contribuições de Bensa (2006), Fabian (1983, 2001), Said (2003) e Pacheco de Oliveira (2013). Na segunda parte entramos na obra de June Nash (2006), para encontrar ali evidências da importância do contato íntimo e duradouro da pesquisadora com grupos particulares e da sua circulação entre grupos diversos para uma proposta ampliada de etnografia dialógica, capaz de tecer redes de colaboração intelectual intercomunitárias e transnacionais e de facilitar a incidência dessas redes na ciência e universidades.

### **“O anjo exterminador” da antropologia**

Kuper (1978) nos ajuda a imaginar como, em princípios do século XX, ainda era comum a realização de expedições de pesquisa que coletavam dados biológicos dos povos indígenas, como se fossem espécies distintas do *Homo Sapiens*. Acreditava-se que eram “irracionais”, “desorganizados”, “infantis”, ideias presentes até hoje no senso comum. As teorias científicas racistas gozavam de grande prestígio e as teorias evolucionistas, se consideravam esses povos parte da humanidade, era somente para atribuir aos diferentes a posição de “primitivos”: alguma mágica teria conservado eles fora do tempo, sem história.

É inegável a contribuição dos pioneiros da antropologia moderna para valorizar os diversos povos do mundo. Durkheim (2003 [1911]) vê nos povos primitivos os

fundamentos da humanidade que não podem ser observados no Ocidente, onde eles teriam sido ocultados pela sofisticação social. Dessa forma, propõem que todas as sociedades têm regras e instituições e que são, em seus fundamentos, iguais. O que mudam são os tipos de regras e instituições. Malinowski (1978 [1922]) abriu o caminho para a pesquisa dialógica, ao postular a impossibilidade de se compreender o comportamento de outros povos sem se levar em conta os seus pontos de vista, e sem uma convivência suficientemente duradoura que torne esta aproximação possível. A experiência de campo o levou a questionar a suficiência do estudo das regras sociais que surgem da observação indutiva, a exemplo do método de Durkheim. Ele afirmou que, para além das regras, importa observar as maneiras diversas como elas são seguidas em cada situação social, de modo que é preciso descrever algumas destas situações. A compreensão da variação nessas maneiras, por sua vez, depende do diálogo: é necessário documentar as falas e, através delas, analisar as motivações das pessoas. Boas (2005 [1930]), noutra perspectiva, teorizou o caráter mutável das culturas em contraste com o comportamento de origem biológica. Sendo a cultura todo comportamento humano reproduzido na educação e que varia no tempo e espaço, a comparação entre os povos ajuda a diferenciar os comportamentos culturais dos biológicos, estes imutáveis e transmitidos na procriação da espécie humana. Refutou assim as bases científicas do racismo, que existe apenas enquanto fenômeno cultural que pode ser combatido na educação. Metodologicamente, propôs a combinação da etnografia com a história. Esta é capaz de reconstituir a genealogia das “formas culturais” (ideias, invenções, instituições), enquanto a primeira estuda a maneira como o indivíduo vive sob essas formas, suas reações e influência sobre elas.

Dessas contribuições, a que se tornou paradigmática para o trabalho etnográfico é a de Malinowski (1978 [1922]), que leva o leitor a imaginar-se isolado em uma aldeia muito distante e sem contato com a “civilização”. A consequência é

a tendência de se ignorar na pesquisa as relações entre o povo pesquisado e processos históricos e geopolíticos decisivos, como o colonialismo, que também englobam o trabalho do pesquisador. A prática antropológica consolidou-se no século XX com um estilo romântico que tende a recortar o seu objeto na localidade, tomá-lo como distante, “outro” e “exótico” e, por fim, inventar interpretações e teorias mais afinadas com tradições do pensamento milenar ocidental do que com a aprendizagem que o antropólogo possa ter em contato com seus interlocutores.

Inspirado nas inovações da linguística e no pensamento do sociólogo Max Weber, Geertz (1989 [1973]) realizou uma crítica importante a este modelo de pesquisa. Um ponto central em sua teoria é que, ao se etnografar uma “cultura”, não se pode confundir os comportamentos, relações, artefatos e outros objetos apreciados por um povo com os “significados” que são atribuídos a eles por meio de uma linguagem. A cultura é precisamente esta “teia de significados”, que ele também chama de “concepção” de uma coletividade. Assim, embora a “observação” permita uma “descrição superficial” dos comportamentos que é importante para a etnografia, o que efetivamente define este método é a “descrição densa”: a interpretação dos significados que, tecidos entre si, formam o código cultural. Na medida em que um mesmo comportamento pode ser interpretado de diferentes formas (significados distintos sendo atribuídos a partir de códigos diferentes), fica mais difícil a reprodução de estereótipos essencialistas.

Além disso, a teoria de Geertz (1989) afasta a etnografia de sua matriz metodológica oriunda das ciências naturais, de onde vem a tendência a se distinguir sujeito e objeto, sendo o sujeito o ocidental, e os demais povos parte da natureza-objeto idealmente dominada por ele (Quijano, 1992 e Pratt, 1999). Ao precisar o estudo da cultura como sendo a interpretação do código utilizado por uma sociedade em suas práticas cotidianas, Geertz (1989) reduziu a importância de técnicas da

lógica formal europeia, como por exemplo a indução (que era fundamental para Malinowski), e ainda de metáforas como a natureza enquanto máquina com suas causas e efeitos. Como intérprete de códigos utilizados na ação social, o etnógrafo aproxima-se dos estudos literários. Ler a sociedade é como ler “*um manuscrito estranho*” (Geertz, 1989, p. 20). E o texto etnográfico não pode ser muito coerente, pois a sociedade não o é. O antropólogo beira, desta forma, à ruptura com a coerência, que é o princípio mais fundamental da ciência de origem europeia. Para ele o texto etnográfico e as narrativas nativas são equivalentes, pois ambas são frutos de interpretações. A diferença é que o antropólogo não conhece o código da sociedade que está investigando, e por isso precisa basear-se nas interpretações dos nativos e em contextualizações para fazer a sua interpretação. A interpretação do antropólogo é de “*segunda e terceira mão*” (Geertz, 1989, p. 25).

Para Bazin (2008), se a distinção de Weber e Geertz entre comportamento – a ser descrito - e seu significado – a ser interpretado – ajudou a afastar as ciências humanas das ciências naturais, desenvolvendo uma metodologia própria, por outro lado tem como consequência o afastamento do etnógrafo dos seus sujeitos de pesquisa, reduzindo-os novamente a objetos, agora objetos da interpretação. Quando primeiramente os comportamentos são descritos sem se considerar o seu sentido, e somente depois o antropólogo inventa interpretações para o que seriam estes significados, opera-se um duplo movimento. Primeiro um estranhamento quase total, uma exotização, da qual surgem descrições descoladas das regras sociais (os tipos de pessoas e tipos de ação que as regras possibilitam) que permitiriam uma descrição objetiva. Depois um preenchimento artificial dessas descrições com interpretações feitas a partir dos “dados” registrados e da autoridade do antropólogo, e não da interação com os sujeitos que permitiria o conhecimento objetivo das regras. Aqui vale destacar a preocupação de Fabian (2001) com o processo da escrita etnográfica: não é

mera transcrição, não é exatamente o mesmo tipo de produção que faz o nativo, pois nela estão presentes elementos oriundos de uma literatura colonialista que tendem a ser reproduzidos numa transcrição ingênua. É preciso, portanto, que a produção do texto etnográfico seja não apenas fruto do diálogo com sujeitos da pesquisa, mas seja ela mesma realizada de um modo dialógico, retirando assim o peso da literatura científica. Como mostra Bazin (2008), este diálogo precisa aproximar e não distanciar o pesquisador dos sujeitos de sua pesquisa. A ênfase na alteridade tende a fazer com que o etnógrafo negligencie tudo o que é familiar entre o seu mundo e o dos nativos, e também as relações coloniais entre eles.

Outra contribuição importante para se entender a dificuldade dos pesquisadores em produzir textos etnográficos em diálogo direto com outros saberes está na obra de Said (2003). Ele demonstra os processos de redundância na história do pensamento social ocidental, que ao longo dos séculos reproduziu estereótipos sobre o que seria a essência dos orientais. Um dos mecanismos mais importantes desse processo é a tradição de citação dos “clássicos”. Toda nova obra tem a obrigação de citar outras anteriores, consideradas consagradas, mas não se exige que ocorra o diálogo com os povos do Oriente. Destes, acaba por apenas selecionar “evidências” convenientemente escolhidas, na medida em que geram efeitos de confirmação dos estereótipos. Trazendo esta análise para a situação da antropologia contemporânea, podemos afirmar que a fidelidade institucional compromete as novas gerações de pesquisadores com a centralidade da citação dos clássicos na escrita etnográfica. Eles reproduzem, assim, uma das principais condições da ciência ocidental cuja análise é esboçada por Illich (1973): a separação institucional da ciência em relação a outras formas de saber e sua reivindicação do monopólio do conhecimento comprovadamente objetivo, na qual repousa a autoridade do cientista. Para cumprir com o seu compromisso institucional, o cientista precisa produzir textos que fazem sentido para os seus

pares, que compartilham um mesmo repertório de referências teóricas e metodológicas. Não é necessário que o conhecimento produzido faça sentido para os nativos. Daí que Geertz (1989) sinta a necessidade de distinguir entre as observações de comportamentos sem sentido e a interpretação posterior dos significados em textos que dialogam com a academia.

Essa situação dos antropólogos lembra o filme “*O anjo exterminador*” de 1962, de Luis Buñuel, no qual os convidados de uma festa não conseguem sair dela por apego às convenções sociais que se tornaram um fim em si mesmas. Durante todo o filme fazem tentativas para deixar o recinto e nada os impede de sair, a não ser as suas próprias cortesias. Said (2003) nos permite pensar nos antropólogos ocidentais como convidados da festa de Buñuel, presos que estão às suas próprias tradições eruditas e às rotinas institucionalizadas que as reforçam e protegem de influências externas. Segundo Pacheco de Oliveira (2013), a imagem clássica do etnógrafo que busca mundos exóticos para se familiarizar, extrair dados e depois retornar ao mundo da ciência ocidental para analisá-los permanece na identidade dos antropólogos. As situações concretas de pesquisa, porém, mudaram profundamente. Quando um pesquisador chega a uma aldeia ou bairro indígena, encontra lideranças formadas nas universidades e que podem questionar o seu trabalho e cobrar contrapartidas como projetos de extensão em saúde e educação escolar indígena. Frequentemente, o próprio antropólogo é também indígena. Em sua proposta de etnografia dialógica, afirma que o que ocorre em campo é a formação de uma “comunidade de comunicação”: é necessário explicitar e analisar os processos de interlocução e as condições e técnicas concretas que produzem o conhecimento etnográfico e, a partir daí, repensar as tradições teóricas e metodológicas para que possam ocorrer novos avanços.

Bazin (2008) propõem ao etnógrafo reduzir a distância entre ele e o sujeito diferente dele. O elemento crucial para a pesquisa é a interação com os nativos, na qual o pesquisador aprende as regras sociais que definem quem são os sujeitos e

quais são as possibilidades de ação. A convivência obriga o pesquisador a aprender as regras sociais e, com o tempo, começa até a arriscar algumas práticas conforme as regras aprendidas, assim como um jogador aprendendo um novo jogo. Para realizar o estudo das ações socialmente reguladas, o etnógrafo se vale dos relatos dos agentes, que precisam ser considerados em sua polifonia e a partir de diferentes contextos históricos e de interlocução em que foram produzidos. Os relatos são ações, em que os agentes inventam a partir de elementos narrativos compartilhados e mobilizam, assim, relações de poder. Bensa (2006), por sua vez, refina esta perspectiva ao propor o estudo não da produção histórica dos relatos propriamente ditos, mas dos “acontecimentos”. Estes precisam ser diferenciados das contingências materiais que Deleuze chama de “acidentes”. Os acontecimentos estão ligados ao tempo e à ação de agentes movidos por intenções. Nos acontecimentos ocorre um processo de transformação: há um antes, um depois e algo novo. Além disso o acontecimento, para existir, precisa ser relatado. Há inúmeras versões de cada acontecimento, e cabe à antropologia abordar a tensão entre as várias versões.

A redução da distância também é proposta por Fabian (1983). Se Benjamin (1985) alertava para o equívoco fundamental da história moderna, que perdeu a capacidade de ouvir os antepassados ao negligenciar a tradição oral e substituir a memória social por métodos cientificistas do historiador-cientista natural, Fabian (1983) leva esta reflexão para a etnografia. O diálogo etnográfico, para ser possível, exige do pesquisador a participação no tempo dos sujeitos da pesquisa: deve ver a si mesmo como “coetâneo” dos seus interlocutores, e não o representante de uma categoria humana supostamente mais evoluída. Ora, aqui vale questionar se a maioria das metodologias, na medida em que expressam um compromisso fundamental do antropólogo com o tempo e as tradições eruditas e colonialistas da academia, não são elas mesmas o principal impedimento para se entrar no tempo dos sujeitos com quem se pesquisa.

O pensamento e a prática de pesquisa na vida de June Nash (2006) aproximam-se e complementam estas propostas

de etnografia dialógica. A descrição que faz do seu trabalho de campo no México permite entrever a preocupação em aprender as regras sociais e sintonizar seu tempo com o tempo nativo:

“Com la excepción Del reloj de la iglesia, que no siempre era mantenido en funcionamiento, mi reloj era el único que medía el tiempo; el sacristán de la iglesia solía consultarme en las grandes celebraciones para tocar las campanas justo a las doce. Dado que la respuesta que la gente daba si se les preguntaba sobre el por qué creían que Amatenango era el centro Del universo era que el sol brillaba directo sobre sus cabezas, sentía una especial responsabilidad por mantener mi reloj em hora.” (NASH, 2006: 68)

Mas a importância do seu trabalho está nos desdobramentos desta aproximação. Além dos indígenas do México, passou a trabalhar com mineiros da Bolívia e operários dos EUA ao longo de seis décadas a partir do final dos anos 1950. Ao acompanhar as transformações e agenciamentos desses grupos, foi notando que era impossível compreender esses processos sem o estudo das transformações econômicas e políticas globais. Trata-se de uma outra maneira de reduzir metodologicamente a distância entre o seu mundo e o do nativo, uma vez que ambos passam a ser vistos como conectados nos “*circuitos ampliados*”, onde “*todas as relações sociais se encontram*” (Nash, 2006, p. 65). Por outro lado, afirma que os grupos indígenas possuem sim diferenças culturais e um certo isolamento tecnológico que os tornam menos vulneráveis à anestesia dos meios de comunicação de massa e das ideologias. A globalização neoliberal torna os centros do capitalismo mais frágeis, quando comparados à resistência desses grupos, enquanto que o repertório de tradições diferenciado dá a estes margem de manobra para formular estratégias de resistência mais eficazes.

### **A antropologia entre a dominação globalizada e a resistência local**

June Nash (2006) cita como seus predecessores imediatos Ruth Benedict, Robert Redfield e Clide Kluckhohn.

Como ela relata, começou a carreira de antropóloga fiel aos pressupostos da etnografia clássica e estudando um município indígena que se afinava muito bem a eles: Amatenango del Vale, nos Altos de Chiapas, México, onde chegou pela primeira vez em 1957. Este município rural da etnia Maia Tzeltal era endogâmico, fechado para o mundo externo, acreditava que o centro do universo estava no umbigo do seu povoado e projetava sobre o mundo externo a sua cosmovisão, que supunha um estado de harmonia. Para preservar esta harmonia, conflitos eram tratados através de acusações de bruxaria. Porém, a crise agrária dos anos 60 deslocou a solução de conflitos da bruxaria para as expulsões massivas de comunitários com direito à terra. O conflito entre os caciques tradicionais, cooptados pelo corporativismo do Partido Revolucionário Institucional (que era então, na prática, o partido único), e as novas lideranças jovens e alfabetizadas, começou a ter como uma de suas consequências um grande número de assassinatos. Até 1990 as expulsões nos municípios Chamula, Chenalhó, Zinacantán e Amatenango atingiram a cifra de 40 mil.

Foi fingindo do aguçamento destes conflitos e tendo que reconhecer a importância dos processos globais nas transformações das comunidades locais que Nash (2006) escolheu o seu novo campo etnográfico: a comunidade mineira boliviana de Oruro. Chegou lá em 1967, logo após os massacres cometidos pelo General René Barrientos. Contraponto à experiência em Amatenango, os mineiros bolivianos não só abriam-se ao mundo como consideravam-se uma vanguarda para transformações mundiais. Inspirados no marxismo, analisavam o papel estratégico que as minas tinham para o capitalismo mundial e tiravam proveito disto em suas lutas. O terceiro campo de pesquisa definiu-se como um contraponto em relação aos dois anteriores, e nasceu das interrogantes que os mineiros lançavam à autora sobre as corporações internacionais. Reconhecendo as ameaças que a “Nova Ordem Mundial” trazia para os comunitários do México e da Bolívia, resolveu pesquisar em 1981 os

trabalhadores de sua própria terra natal: o município de Pittsfield, em Massachussets (EUA), bem quando o neoliberalismo emergia. Foi com esses três campos de pesquisa, aos quais foi retornando ao longo de décadas, que Nash (2006) desenvolveu sua prática etnográfica e teorias. Em “*Visiones Mayas*”, mostra-se seduzida pela força do neozapatismo, movimento autonomista e anti-capitalista que eclodiu nos territórios do seu campo no México. É, para ela, a experiência de resistência local com maior capacidade de fazer frente às novas formas de dominação capitalista, graças ao seu diferencial de poder valer-se de ricas tradições para propor alternativas morais, sociais, políticas e econômicas ao neoliberalismo.

Para a compreensão do livro de Nash (2006) é importante mencionar o “*Espaços de Esperança*”, do geógrafo marxiano britânico David Harvey (2004). A obra atualiza a reflexão marxista à luz do contexto neoliberal, fazendo uma ponte entre a análise dos processos de dominação global e a necessidade de se levar em conta as diferenças culturais locais. Para ele, a tradição marxista vive a situação paradoxal de ter saído de moda justamente quando o cenário econômico mundial aproximou-se das teorias de Marx. Uma ideia que retoma do pensador do século XIX é que o capitalismo somente pode se reproduzir através da expansão territorial, englobando potenciais fatores econômicos e criando novos mercados. Porém, a dinâmica com que o capitalismo avança ou é repellido varia em função não apenas de aspectos econômicos, como a divisão internacional do trabalho, mas também da diversidade cultural. O conceito que talha para este fenômeno é o de “desenvolvimento geográfico desigual”. O capitalismo atinge de maneira diversa e é enfrentado também com diferenças em cada localidade, de modo que as diferenças culturais podem ser tomadas como diferenças espaciais. O ponto fraco desta teoria é que a história é associada primordialmente aos processos globais do capitalismo, enquanto o espaço torna-se uma dimensão sincrônica e heterogênea que reproduz o conceito de “cultura” da tradição culturalista norte-americana. Como demonstrou Wolf (2005),

os diversos povos do mundo não passam a fazer parte da história apenas quando são colonizados e resistem à expansão do capitalismo mundial: não há povos sem história. Qualquer tentativa de uma história geral ou de estudo da economia capitalista precisa levar em conta a diversidade dos processos históricos e suas conexões. Além disso, Fabian (1983) alerta que o conceito sincrônico e heterogêneo de “cultura” da antropologia tende a reproduzir o etnocentrismo europeu associado às distâncias espaciais<sup>2</sup>.

Nash (2006) faz o movimento inverso. Parte da etnografia da cultura local (sem abandonar o tempo) para estabelecer, a exemplo dos mineiros com quem tanto aprendeu, uma ponte com as teorias e autores (entre os quais Harvey) que analisam os processos de dominação capitalista global. Se os mineiros realizavam isto visando a formulação de estratégias de resistência, a autora afirma fazer o mesmo porque sem este debate seria incapaz de compreender as transformações e estratégias comunitárias ao longo do tempo. Nash (2006) cita Rosa Luxemburgo para mostrar a atualidade de um pensamento muito próximo do apontado por Harvey: é fundamental para o capitalismo, mesmo nas modernas economias industriais, o avanço para subjugar e destruir economias tradicionais, abrindo as portas para a troca de bens e a produção capitalista. Isso ajuda a compreender, segundo a autora, a militarização que a globalização leva para as sociedades que resistem à integração

---

<sup>2</sup> Na obra “O tempo e o outro”, Fabian (1983) faz uma importante crítica pós-colonial da história do pensamento antropológico. Um dos mitos de origem da antropologia é que ela nasceu da crítica do evolucionismo (pensar a história como linear, colocando certos povos da Europa como sendo os mais evoluídos), e ao propor o relativismo como antídoto contra o etnocentrismo. O autor mostra que isso não foi suficiente. Parte da antropologia adotou um conceito de cultura sem história (sincronia) e espacialmente heterogêneo (cada lugar teria uma “cultura” diferente), que segue reproduzindo o etnocentrismo ligado às distâncias espaciais, que é a outra face do evolucionismo. Neste, os povos tidos como mais primitivos tendem a ser os mais distantes no espaço. A negação da história leva a se negligenciar, por exemplo, o estudo das conexões entre grupos locais e processos globais como o colonialismo. Por outro lado, variadas pesquisas recentes e Wolf (2005) demonstram que grupos que vivem em um mesmo lugar podem ser mais diversos que outros distantes entre si. A diversidade está presente no interior de um mesmo grupo (repertórios variados de linguagens e identidades), e afinidades podem ser encontradas entre grupos socialmente diversos, o que explica por exemplo as alianças políticas entre povos indígenas e ONGs ambientalistas não indígenas.

aos mercados capitalistas. É dessa forma que o neoliberalismo promove a integração econômica associada ao aumento das desigualdades. Além disso, o capitalismo financeiro avançou sobre o capitalismo industrial, e investimentos em países em “desenvolvimento” tiveram como resultado o grande aumento das dívidas externas e do pagamento de juros. A desvalorização das moedas nacionais aumentou a desigualdade internacional, e a queda dos salários contribuiu para a baixa na qualidade de vida, o aumento do crime, etc.. Finalmente, a globalização levou à diminuição nas “margens de subsistência”, com a instalação de empresas capitalistas em territórios camponeses e de caçadores-coletores-cultivadores, a redução das economias de subsistência, a crescente dependência alimentar e a queda no orçamento das nações e mesmo na economia familiar, uma vez que aumentaram os recursos usados para se pagar os juros das dívidas. A autora afirma que as transformações mais brutais estão ocorrendo nas zonas “marginais” do capitalismo, nas sociedades tradicionais mas, em compensação, estas passaram a ter um poder maior de intervenção nos processos globais. Exemplo disso é o abalo que o levante neozapatista conseguiu impor ao capitalismo mexicano por diversas vezes.

Para fazer frente ao avanço neoliberal, Nash (2006) deplora a incapacidade de resistência dos trabalhadores de Pittsfield. O macarthismo, que neutralizou as formas mais combativas de sindicalismo, e o monopólio dos meios de comunicação de massa, são alguns dos fatores que contribuíram para a incapacidade destes trabalhadores para opor estratégias coletivas de resistência ao desemprego e a outros impactos do neoliberalismo em suas vidas. Por outro lado, a experiência dos mineiros bolivianos mostra a importância de estratégias coletivas, da organização e da luta valendo-se dos pontos fracos do capitalismo para se conquistar direitos para os trabalhadores. Mas é na Chiapas do neozapatismo que a autora encontra a resistência mais eficaz. O relativo isolamento ajudou a preservar as tradições indígenas da ideologia dominante capitalista: os

Maias fechavam-se ao mundo como forma de garantir sua autodeterminação. Mas, diante da deterioração dos seus direitos e o aumento da repressão, passaram a se valer até das tecnologias de comunicação e informação para se inserir na sociedade civil nacional e internacional e construir a luta por “autonomia” e por “um mundo onde caibam muitos mundos”. Foi nessa situação que a diferença cultural passou a servir de repertório privilegiado para antepor ao capitalismo alternativas econômicas, políticas e morais.

Nas práticas comunitárias dos Maias, a autora chama a atenção para o que chama de “economia substantiva”, ou seja, relações econômicas em que predominam finalidades comunitárias e de parentesco. Na política, destaca os “*centros alternativos de governabilidade que promovem a estabilidade*” (Nash, 2006, p. 32). Unificando as alternativas políticas e econômicas que estão sendo desenvolvidas em Chiapas está a moral indígena que, ao contrário do individualismo da ética protestante, enfatiza o coletivismo. Este é um dos motivos para a adoção do discurso voltado aos direitos humanos como forma de luta, além da possibilidade de se estabelecer alianças com redes de solidariedade internacional que também se pautam por discursos voltados a esses direitos. A etnógrafa destaca, ainda, que a mulher possui um papel central na construção dessas alternativas econômicas, políticas e morais. Não apenas porque possui um papel crucial na reprodução social em diversas sociedades como também por ser, em Chiapas, a principal responsável pela transmissão das tradições. O avanço na condição feminina foi uma das principais conquistas do neozapatismo: num contexto de forte dominação de gênero, as mulheres entraram para o movimento e conquistaram espaço para lutar por direitos iguais aos homens, encorajando as demais mulheres a lutar também.

### **Os/as antropólogos/as ainda saindo de seus gabinetes**

Um dos aspectos que mais chama a atenção na trajetória e na obra de Nash (2006) é que ela mostrou-se aprendiz e capaz de se inserir no tempo nativo, condição fundamen-

tal também discutida por Bazin (2008), Bensa (2006), Fabian (1982) e Pacheco de Oliveira (2013). Conseguiu desvincular-se paulatinamente de suas tradições acadêmicas para levar a sério o que vinha aprendendo ao lado dos seus sujeitos de pesquisa. Não abandonou a academia mas, para poder acompanhar os interlocutores, teve que se reposicionar no interior da mesma. Há um claro paralelo entre o processo de aprendizagem dos Tzeltal para formular estratégias de inserção na sociedade civil nacional e internacional e a aprendizagem de Nash (2006) para elaborar estratégias no interior da academia, que lhe permitissem abordar etnograficamente os processos políticos e econômicos globais. Com os mineiros da Bolívia, por exemplo, aprendeu muito sobre o marxismo, a apropriação dele pelos mineiros, e as possíveis apropriações que ela mesma poderia fazer para a antropologia.

A autora ressalta que a sua primeira etnografia deu-se a partir das técnicas e teorias clássicas da antropologia, e isso nos leva a enfatizar novamente a contribuição fundamental dos pioneiros, sobretudo aqueles que deram ênfase para o trabalho de campo em detrimento da chamada “pesquisa de gabinete”. Sabemos que Malinowski (1978) não foi o primeiro, embora sua obra tenha se tornado um ícone. Um ponto da descrição que este autor faz da pesquisa etnográfica merece especial atenção: o antropólogo deve ficar muito tempo entre os nativos, o suficiente para que ganhe a confiança dos seus novos conhecidos e que as práticas cotidianas deixem de alterar-se pela presença dele. Precisa também escolher um local suficientemente distante para que não seja possível fugir dos sujeitos da pesquisa quando estes se tornam uma companhia insuportável. Quando isso acontece o antropólogo deve sair sozinho pela floresta, pois a solidão logo o impele a ligar-se afetivamente com seus companheiros. Comentários como este conferiram credibilidade ao texto de Malinowsky (1978), na medida em que mobilizam as imagens do “estado de natureza” de Rousseau ou de um Robson Crusóé, tão caras ao imaginário europeu. Mas há um outro elemento importante, difícil de ser

notado por quem não possui a experiência de campo: passar muito tempo convivendo com um grupo social, sem contato com o grupo de origem, obriga o pesquisador a ligar-se afetivamente a ele. Ao fazê-lo, envolver-se emocionalmente também com seus códigos ou regras. Em alguma medida, começa a tornar-se um deles, a comprometer-se com eles e suas estratégias. Esta característica da prática etnográfica provavelmente tem sido, desde o começo do século XX, a principal fonte para a renovação contínua da disciplina, no sentido de depurar-se das influências eurocêntricas e colonialistas para construir conhecimentos com mais objetividade. Não por acaso, a história da teoria e do método em antropologia tem a marca da disputa entre diferentes propostas de combate ao racismo e ao etnocentrismo.

No caso da obra de Nash (2006), a ênfase no contato íntimo e contínuo com um grupo social está combinada com a valorização da circulação do pesquisador por diferentes grupos sociais, tanto nas margens quanto nas metrópoles, já que grande parte das estratégias desses grupos dizem respeito a processos históricos e geográficos comuns. Ao aprender com grupos diversos, que têm em comum a necessidade de resistência à globalização neoliberal, a autora teceu uma rede de colaboração e produção de saberes sobre a resistência e as várias facetas do neoliberalismo que forneceu a ela a diferença intelectual necessária para se reposicionar no interior da academia. Alternativa intelectual que permitiu à etnógrafa contribuir na diminuição da redundância (Said, 2003) e do monopólio do saber legítimo (Illich, 1973), que fazem da academia um espaço de reinvenção do colonialismo neoliberal. Embora a autora não tenha formulado dessa forma, na prática demonstrou que a tecedura de redes intercomunitárias e transnacionais de colaboração intelectual facilitam a intervenção de grupos sociais diversos na descolonização e apropriação da ciência e da universidade. Como consequência estas intensificam um outro papel possível: arenas fecundas para o diálogo entre saberes e

histórias, facilitando novas conexões solidárias entre grupos e povos do mundo.

### **Referências Bibliográficas**

BAZIN, Jean. Des clous dans la Joconde. L'anthropologie autrement. Anacharsis, Marseille, 2008.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Brasiliense, São Paulo, 1985

BOAS, Franz. Alguns problemas de metodologia em ciências sociais. In:\_\_\_\_\_. Antropologia Cultural. Zahar, Rio de Janeiro, 2005. [1930]

BENSA, Alban. La fin de l'exotisme. Essais d'anthropologie critique. Anacharsis, Marseille, 2006.

BUÑOEL. Luis (diretor). O anjo exterminador. Elenco: Sílvia Pinal, Jacqueline Andere, Enrique Rambal, José Baviera, Claudio Brook. Espanha, 1962.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa :o sistema totêmico na Austrália. Martins Fontes, São Paulo, 2003. [2011]

FABIAN, Johannes. The time and the other. Columbia University Press, Columbia, 1983.

FABIAN, Johannes. Keep listening: ethnography and reading. In: Anthropology with an attitude. Critical essays. Stanford University Press, Stanford, 2001.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1989.

HARVEY, David. Espaços de esperança. Loyola, São Paulo, 2004.

ILLICH, Ivan. Sociedade Sem Escolas. Vozes, Petrópolis, 1973.

KUPER, Adam. Antropólogos e antropologias. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1978.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Abril Cultural, São Paulo, 1978. [1922]

NASH, June. Visiones Mayas: El problema de la autonomía en la era de la globalización. Antropofagia, Buenos Aires, 2006.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais da antropologia. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). Desafios da Antropologia Brasileira. ABA, Brasília, 2013.

PRATT, Mary Louise. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. EDUSC, Bauru, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. In: BONILLO, Heraclio (comp.). Los conquistados. Tercer Mundo Ediciones, FLACSO, Bogotá, 1992.

SAID, Edward W. Orientalismo. O Oriente como Invenção do Ocidente. Companhia de Bolso, São Paulo, 2003.

WIKIPEDIA. June Nash. Acesso em: 18/07/2020. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/June\\_Nash](https://en.wikipedia.org/wiki/June_Nash).

WOLF, Eric. A europa e os povos sem história. EDUSP, São Paulo, 2005.

## **Impactos da Covid-19 na vida dos trabalhadores do precariado**

*Joyce Freitas Araújo Firmino*

### **Introdução**

Vivemos em uma conjuntura sem precedentes na história contemporânea, descortinada pela pandemia causada pelo novo coronavírus, que se apresenta como uma das maiores crises de todos os tempos. Obviamente, já tivemos outras pandemias derivadas de várias doenças, como por exemplo, a gripe espanhola e o sarampo, mas, nunca nas proporções e na velocidade desta atual pandemia.

Os efeitos da pandemia no sistema capitalista globalizado têm se manifestado na questão do trabalho de maneira devastadora. Recentemente, a OIT divulgou vários estudos os quais apontam que as consequências da COVID-19 para a economia e o mundo do trabalho são profundas e sem precedentes, sendo considerada pelo órgão, como “a pior crise mundial desde a segunda guerra mundial” (OIT, 2020, p. 2).

A pandemia da COVID-19 tem cronificado situações complexas e atingido dimensões até então, inimagináveis. Nesse sentido, é necessário compreendermos que a pandemia não é apenas biológica, tendo em vista que os desdobramentos dos recortes multidimensionais afetam os aspectos mais intrínsecos de nossa existência.

Na conjuntura brasileira, temos vivido situações dramáticas, caracterizada pelo tripé: crise política, econômica e sanitária. Paralelamente, visualizamos no país, um movimento contraditório à manutenção da vida e às orientações da Organização Mundial da Saúde, que recomenda o isolamento social como única medida eficaz contra o aumento de contaminações pelo novo coronavírus.

No entanto, a doença e as recomendações de biossegurança ganham entre, nós brasileiros, cenas de descaso e indiferença. Em meio ao caos generalizado e na contramão do direito à vida, temos acompanhado a segurança e os direitos de milhares de trabalhadores sendo sucumbidos pela priorização da manutenção da economia a qualquer custo, conduzida pelo discurso criminoso e insano de que: “O Brasil não pode parar”.

A magnitude da pandemia tem abalado e preocupado a sociedade em geral. Temos vivenciado de maneira específica e dramática o recorte de várias “pandemias” paralelas, não apenas no aspecto biológico e epidemiológico, com a disseminação do vírus e as milhares de mortes causadas por uma doença veloz e ainda totalmente desconhecida pela comunidade científica.

O emblemático e desastroso cenário político e econômico do país, que pode ser considerado pela ótica de leitura da formação da sociedade brasileira, uma crise sanitária antecipada ao próprio vírus biológico, cronificada na engrenagem de outro “vírus” invisível que conduz a engrenagem da sociedade.

O cenário da pandemia da COVID-19 legitima o reconhecimento de que o mundo está em crise, especialmente o Brasil, que enfrenta o ápice do caos em sua recente história de Estado democrático, chancelado pelo desastroso cenário político e econômico.

Temos acompanhado, nos últimos meses, através dos noticiários e outros meios de comunicação, o menosprezo pela gravidade da pandemia. Ademais, uma onda de ataques antidemocráticos e maquiavélicos, geridos pelo próprio governo que sustenta um discurso negacionista, criando uma narrativa de que a doença é apenas uma “gripezinha” ou ainda, uma “histeria coletiva”.

A invisibilidade e a banalização das vítimas da pandemia no Brasil revelam sua face mais perversa, com a transformação das vidas perdidas em mera estatística. Além disso, o governo torna-se cada vez mais isento de suas responsabilida-

des perante a situação de calamidade na saúde pública, inclusive, sonegando informações transparentes acerca dos casos da pandemia no país.

Os escritos deste artigo objetivam formular reflexões sobre os efeitos da Covid-19 no mundo do trabalho, especificamente, na vida dos trabalhadores do precariado, que, historicamente, manifestam resistência contra todas as formas de violações de direito, de opressões e explorações demandadas pela égide da expansão da globalização neoliberal.

### **Nuances sobre precarização e o perfil dos trabalhadores do precariado**

A precarização do trabalho na sociedade contemporânea é permeada de complexidades e vem sendo debatida, nas últimas décadas, em vários campos do conhecimento científico, acompanhada de um amplo debate nas universidades, sendo dialogada através de vários autores, intelectuais e pesquisadores que se debruçam sobre a temática.

Entretanto, muitos trabalhadores e trabalhadoras ainda são alheios a existência da precarização, inclusive, condicionado pelo restrito acesso ao conhecimento. Dessa forma, acabam reproduzindo, principalmente em tempos de redes sociais, discursos que fragilizam a mobilização coletiva da própria classe à qual pertencem, desconhecendo que os nuances da precarização estão presentes nas dimensões do seu cotidiano e de sua existência.

Na atual conjuntura de pandemia, um dos principais aspectos que nos chamam atenção é a maneira como a precarização vem se estruturando na sociedade contemporânea, reverberando em todas as especificidades humanas, alterando aspectos da vida social, econômica, cultural, histórica e política.

Desse modo, Giddens (2002, p. 15), destaca que podemos pensar nas mudanças que a globalização provoca no cotidiano das pessoas em suas diversas dimensões, as quais repercutem universalmente. Essas mudanças, reestruturam pro-

fundamente a forma como vivemos, trazendo-nos um pacote de riscos e incertezas, vivendo em “um mundo em descontrole”.

Na questão do trabalho, assim como em outros contextos, a precarização é movida pela égide do sistema capitalista de produção e impulsionada pela expansão da globalização que incorpora inovações tecnológicas de ponta, onde em conjunto, reinventam novas formas de dominação e subalternidade das forças produtivas nesse campo.

Esse processo de constante alteração das forças produtivas no sistema globalizado é materializado na vida do trabalhador por meio da reconfiguração das formas de organização do trabalho alimentada pelas múltiplas faces da flexibilização do mercado e das relações de trabalho.

A alta rotatividade desse processo, altera a vida cotidiana e os processos de trabalho de forma devastadora. Em meio a conjuntura formada pelas novas formas de organização do trabalho são motores que agudizam o aumento do precariado, temos percebido, entre tantos determinantes, uma grande exigência do mercado pelas megas qualificações que, ao longo do prazo são desmanteladas pela rápida desqualificação da mão de obra excedente de trabalho.

Dessa forma, o trabalhador é excluído por ser muito qualificado e pela pouca ou até nenhuma qualificação, tornando precária a existência do trabalhador de ambas as maneiras. Consequentemente, aceleram-se o número de pessoas em modelos de trabalhos inseguros, temporários, subempregos, desemprego, somado a um contingente de trabalhadores inativos, formado pelo exército de desempregados.

Nesse sentido, o fenômeno da globalização é marcado por profundas transformações, onde torna-se cada vez mais descentralizado e configura-se não apenas como uma consequência, mas, sobretudo, como uma mudança do que vivemos hoje (GIDDENS, 2002).

Em *O precariado: a nova classe perigosa* (2013), Standing designa o precariado como o filho da globalização, cujo domínio dos sindicatos e do aumento do individualismo.

Nesse sentido, o mundo do trabalho passa por profundas transformações que afetaram, intensamente, as relações de trabalho, de produção do capital e da classe trabalhadora, tanto no sentido material, quanto subjetivo.

A conjuntura em torno da precarização aglutina-se direta ou indiretamente a questões relacionadas ao processo produtivo conduzido pelo trabalho e fora do trabalho, permeando as relações sociais e o cotidiano dos trabalhadores, colocando a sua família também como objeto de precarização.

A precariedade do trabalho também afeta o núcleo familiar do trabalhador através de um quadro de incertezas que repercutem diretamente em decisões importantes para os integrantes. A falta de expectativas e projeções em relação ao futuro, causada pela insegurança de renda, podem interromper a realização de um planejamento a longo prazo, como ter filhos, por exemplo (KALLEBERG, 2009).

A tessitura que permeia as caracterizações do precariado dialogada pelos autores trazem a reflexão quanto ao multifacetado cenário de insegurança vivenciado pelos trabalhadores do precariado, principalmente no contexto atual de pandemia, que drasticamente potencializou esses fatores a níveis inimagináveis.

Novos fenômenos sociais e econômicos engendrados pela opressão da globalização neoliberal, perpassam os processos de flexibilização do trabalho e reproduzem no bojo das relações sociais, as múltiplas dimensões da precariedade, produzindo reflexos na insegurança de se manter no emprego e ativo no mercado de trabalho, de instabilidade na renda, na saúde, na própria representação individual e coletiva dos trabalhadores (KALLEBERG, 2009).

No campo da crise social, temos verificado a crescente agudização das expressões da questão social, os processos de vulnerabilidade dos segmentos sociais mais precarizado, composto em grande maioria pelos trabalhadores das camadas mais populares.

Entre muitas contribuições, autores como Dejours (2003) e Moronte (2020), nos auxiliam a compreender o perfil do trabalhadores do precariado. Nesse sentido, para Dejours (2003), existem dois importantes grupos de trabalhadores desempregados, dos quais, primeiramente temos o desempregado primário, que é composto pelas pessoas que não conseguem colocação no trabalho, ou seja, nunca tiveram sua primeira colocação no mercado formalizado.

Seguidamente o autor nos apresenta a definição do grupo de trabalhadores que não alcançam a recolocação nos postos de trabalho, denominado de desempregado crônico. Nessa perspectiva Dejours (2003) analisa que os desempregados primários e crônicos, compartilham em comum a sensação de medo da exclusão, acrescentada do desemprego, pobreza e injustiça.

Trazemos o pensamento do autor para compreender a atual conjuntura, que vem sendo construída diariamente de tantas incertezas e receios demandadas pelas graves crises sanitária, econômica e política instaladas no nosso país. O cenário que vivemos é um campo fértil para se criar existências instáveis e precárias, nas quais temos acompanhado o aumento histórico do quantitativo de desempregados não apenas no Brasil, mas em vários países latino-americanos.

Apesar de termos conhecimento de que os trabalhadores do precariado pertencem a segmentos distintos, é importante destacar que a grande maioria da massa de desempregados está em grupos “outsiders”, que estão vulneráveis e subalternizados, entre os quais temos os desempregados, mulheres, negros, população LGBTQI, pessoas idosas, imigrantes, pessoas sancionadas criminalmente, ou seja, todos os indivíduos, cujos meios de sobrevivência estão ameaçados ou quase inexistentes.

Nessa perspectiva podemos complementar que o perfil dos trabalhadores do precariado também possui em sua composição, o medo da exclusão, do desemprego, da falta de

oportunidades, fragilidades no campo representativo e sindical, são altamente precarizados. Pela questão da própria sobrevivência e necessidade, toleram condições flexibilizadas e precárias de trabalho, com salários baixos, ausência de direitos trabalhistas e previdenciários.

Na perspectiva da flexibilização do trabalho, a insegurança e o medo fazem parte constante da realidade dos trabalhadores que sobrevivem por meio da venda de sua força de trabalho, cujas dimensões se acentuam com as novas formas de ocupações que vem sendo articuladas sem os mecanismos de proteção social e trabalhista (POCHMANN, 2003).

Em contrapartida, temos a compreensão de Moronte (2020) que analisa através de um olhar mais ampliado, a existência de três perfis ou grupos de trabalhadores na atual conjuntura de pandemia: trabalhadores sem trabalho, teletrabalhadores e trabalhadores em tempos de guerra.

Para o autor, no primeiro grupo são característicos dos trabalhadores desempregados, que perderam seus empregos ou atividade econômica por conta da pandemia, sendo incluídos em situação de alta precariedade, cuja manutenção da vida se torna ameaçada pela ausência de recursos.

Em seguida, temos o segundo grupo, representado pelos teletrabalhadores, que são os trabalhadores que foram incumbidos de trocar suas atividades presenciais, por trabalhos remotos em casa, denominado *home office*. Diante disso, são trabalhadores que mesmo com a manutenção do emprego, tem suas especificidades como precariados.

O terceiro grupo, denominado de trabalhadores em tempos de guerra, como o próprio nome sugere, é composto pelos trabalhadores que atuam na linha de frente de combate à pandemia do novo coronavírus, que executam suas atividades profissionais nos serviços essenciais, presencialmente, com maior exposição ao vírus. Neste grupo estão os trabalhadores das áreas de saúde, segurança pública, farmácias, supermercados, coletores de resíduos urbanos, trabalhadores de uber's entre outras categorias profissionais.

Conforme análise de Moronte (2020), a caracterização dos três grupos de trabalhadores aqui citados, trabalhadores sem trabalho, teletrabalhadores e trabalhadores em tempos de guerra, apesar de suas diferenças, figuram de acordo com suas necessidades e especificidades de grupo, um conjunto de afinidades alimentadas pela mesma fonte de precariedade e instabilidade, vivenciada em processos de trabalho excludentes, hostis, tensionados e fragmentados.

### **Os trabalhadores do precariado: impactos e desafios em tempos de pandemia**

Em tempos de pandemia nós trabalhadores e trabalhadoras do precariado, temos vivido o auge do aprofundamento de incertezas, inseguranças e instabilidades no mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que somos conduzidos pela dinamização das relações humanas e sociais com o surgimento do “novo normal”.

Quando dirigimos nosso olhar para os impactos que a pandemia vem causando para a vida humana e, especialmente, para os trabalhadores do precariado, verificamos que as consequências e os desafios pela frente são incertos e mais complexos do que poderíamos refletir, levando em consideração que o cenário de caos vivenciado pelo “novo normal”, demanda um comportamento diferente que reflete nas relações socioculturais, econômicas e políticas.

A pandemia do novo coronavírus tem realizado profundas alterações na organização do processo de trabalho, na atualidade nos colocando perante uma nova morfologia, onde a tônica da flexibilização capitalista tem sido a agudização da precariedade, demandando uma reconfiguração do *modus operandi* das massas de trabalhadores.

O sistema metabólico do capitalismo também se regenera nesta pandemia através do desenvolvimento incontrollável e destrutivo da precarização da força de trabalho, que maximiza o aprofundamento da desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida.

A partir dos apontamentos realizados anteriormente por Moronte (2020), teceremos aqui algumas reflexões acerca dos três grupos de trabalhadores, que, vale ressaltar, não surgiram no período de pandemia, já existiam, porém, considerados aqui como grupos que se aproximam da situação atual dos trabalhadores do precariado nesse momento de crise sanitária.

Primeiramente é importante pontuar que a classe mais precarizada de trabalhadores, são os trabalhadores sem renda, pela ausência de recursos e possibilidades de manutenção da vida. A atual conjuntura de pandemia, agudizou as expressões de precariedade deste grupo, cujas necessidades básicas como moradia, transporte e alimentação ficam ameaçadas (MORONTE, 2020).

Partindo da ótica marxista de que o trabalho é uma categoria que permite a socialização do homem perante os outros homens e ao meio em que vive, a perda do trabalho não pode ser compreendido apenas pela ausência de recursos materiais, mas ainda, no sentido de que o trabalho executa um papel importante na transformação social do sujeito, na construção de sua identidade e emancipação.

Nesse pressuposto, os trabalhadores sem renda ao mesmo tempo em que perdem seus meios de manutenção de vida, perdem perspectivas de crescimento, sendo inseridos na subalternidade. Nas relações subalternas, prevalece um sucateamento expressivo do trabalho, através da mão-de-obra barata nos países do Terceiro Mundo, que estimula a submissão do proletariado urbano às mínimas condições de subsistência (SPIVAK, 2010).

Dessa forma, os trabalhadores sem renda atendem a massa de população excludente e desempregada, os quais vivenciam condições subalternas de existência, com relações sociais enfraquecidas, imergidos em subemprego, na informalidade, desproteção social, exclusão social, racial, de gênero, entre outros.

Os números de trabalhadores sem renda e desempregados devido à pandemia, são cada vez mais preocupantes.

Segundo dados recentes divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a crise causada pela pandemia da COVID-19 tem sido histórica para o mercado de trabalho em países da América Latina e no Caribe, havendo a redução em massa de empregos e rendas em detrimento da instabilidade econômica provocada pela pandemia acompanhada da agudização das desigualdades sociais (OIT, 2020).

Na contramão do desemprego, a pandemia também potencializa a flexibilização de trabalhos, como as modalidades à distância. Nos últimos meses, temos visto o aumento do número de teletrabalhadores, que são incumbidos de executarem atividades remotas como o *home office*, que inclusive, despontou como uma tendência de trabalho para o mundo pós-pandemia.

A “gourmetização” do chamado *home office* tem sido uma sedutora modalidade de exploração para os trabalhadores do precariado, sendo possível perceber um significativo crescimento neste período de isolamento social, principalmente, por ser sido adotado pelos empregadores tanto do setor privado quanto dos órgãos e setores públicos, visando a manutenção das rotinas administrativas e a produtividade por conta da suspensão das atividades presenciais.

Essa prática de trabalho remoto, tem na sua composição, os denominados teletrabalhadores ou infoproletariados, que são convocados por seus empregadores para continuar desempenhando suas atividades laborais. No entanto, continuam expostos a uma teia de fragilidades, uma vez que o trabalhador se distancia do espaço coletivo de sociabilidade, além de apresentarem maiores possibilidades de adoecimento e sofrimento com a sobrecarga de atividades.

No cenário de grandes impactos causados pela pandemia, os teletrabalhadores vivenciam condições precárias, desde o esfriamento das relações humanas, provocado pela distanciamento do espaço ocupacional e de sociabilização, até pela intensificação do trabalho, em detrimento da manutenção de

metas e produtividade estipuladas e controladas pelos empregadores (MORONTE, 2020).

No trabalho em *home office* os impactos são percebidos de vários ângulos. Primeiramente, invadem a vida privada dos trabalhadores e modificam profundamente a dinâmica do seu cotidiano, que se torna difusa e mais fragmentada. São nítidas a intensificação do trabalho, demandadas por prazos e metas, onde os trabalhadores são forçados a se adaptar psicologicamente a essa nova realidade, onde precisa reformular um espaço de trabalho dentro de um ambiente anteriormente direcionado para suas atividades pessoais, de descanso e convívio familiar.

Em vista disso, surge outro elemento de impacto para os teletrabalhadores em *home office*, as despesas extras demandadas pela aquisição de equipamentos para a realização de suas atividades remotas, além do aumento do consumo de energia elétrica e internet, sendo esses gastos arcados, na maioria dos casos, pelo próprio trabalhador, que no mesmo ambiente, vive um processo desgastante ao tentar conciliar as metas de trabalho com as atividades domésticas e ainda manter o convívio com os familiares (MORONTE, 2020).

Além do distanciamento do espaço coletivo de trabalho, perda de socialização e invasão do trabalho no seu espaço domiciliar, os teletrabalhadores precisam buscar conhecimentos técnicos para lidar com o manuseio de novos softwares e aplicativos de comunicação online para utilização em reuniões virtuais e outras atividades profissionais.

Nesse novo formato de trabalho maquinado pela fase mais perversa do capitalismo, vende-se a ideia de falsa liberdade e autonomia do trabalhador, do “estar no conforto de casa”, onde na verdade, o teletrabalhador se transforma em um escravo digital.

Em consonância com Moronte (2020) esses trabalhadores lidam com uma intensificação do trabalho, ocasionados pela sobrecarga da jornada de trabalho, estabelecida pelo pres-

sionamento por metas e prazos, onde são avaliados pelo critério de desempenho e produtividade, que deve manter um nível elevado. construídas pela falácia de o trabalhador as cobranças se tornam maiores, onde o trabalho realizado passa a ser comprovado através de tabelas, números e relatórios.

Com a ambientação do espaço de descanso em trabalho remoto, em detrimento do período de isolamento social causada pela pandemia, o trabalhador perde a noção de tempo, mantém relações fragilizadas com a família, em outros casos, de trabalhadores que moram sozinhos, precisam lidar com situações de adoecimentos mentais e sofrimentos psíquicos vivenciados pela solidão, como depressão.

Na teia da precarização temos ainda os trabalhadores que atuam na linha de frente de combate à pandemia, considerados por Moronte (2020) como trabalhadores em tempos de guerra, como a própria definição corresponde ao período de uma guerra “invisível que estamos vivendo. Nesse grupo fazem parte os profissionais que não deixaram de exercer suas funções presencialmente, atuando em hospitais, farmácias, na segurança pública ou nos serviços de limpeza.

Consequentemente, esse amplo grupo de trabalhadores estão mais expostos ao vírus e apresentam maior risco de contaminação, tendo em vista que vários profissionais, entre os quais, os trabalhadores da saúde estão convivendo lado a lado com a precarização do trabalho, principalmente no setor público, com a falta de equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados para a exposição ao vírus, atrasos nos salários, sobrecargas causada por longas jornadas de trabalho e pelo esgotamento físico e emocional.

Os impactos da pandemia e da precarização tornam-se mais acentuados para os trabalhadores que estão na linha de combate à pandemia, que não tendo a oportunidade de isolamento social, lidam diretamente com os processos de adoecimento pelo vírus, onde temos acompanhado vários profissionais da saúde (enfermeiros, médicos, técnicos) entre as

vítimas da doença, por conta do excesso de exposição dentro das unidades de saúde das precarizadas relações de trabalho.

É importante destacar que pandemia desencadeia impactos negativos na saúde desses trabalhadores, que passam por vários desgastes físicos, emocionais e psíquicos diariamente no ambiente de trabalho, onde se deparam com a perda de pacientes e colegas de trabalho de maneira assustadora, como um verdadeiro campo de guerra.

Outro fator de adoecimento está relacionado com a preocupação pela segurança da família, o receio em contaminar seus entes e demais pessoas com quem tem contato no seu domicílio. Isso nos leva a pensar sobre as precárias condições de existência desses trabalhadores, profundamente imersos na precariedade, por meio de desvalorização profissional, mal remunerações, exorbitantes jornadas de trabalho e desprotegidos em todas as esferas de proteção essenciais.

### **Considerações Finais**

A pandemia da COVID-19 tem escancarado as fragilidades humanas. São tempos, extremamente difíceis para todos nós brasileiros e brasileiras, trabalhadores e trabalhadoras. Primeiramente, porque somos sobreviventes dos constantes ataques de um desgoverno autoritário, negacionista, criminoso e omissivo, que conduz os impactos da pandemia na vida dos trabalhadores com descaso e indiferença.

Tão perverso quando o sistema de exclusão, que produz cicatrizes sociais e fere a dignidade humana, é a apatia dos governos que insistem em reproduzir e intensificar a precarização e as desigualdades. Não se pode intervir nessa realidade, apenas com expressões demagógicas e vazias de realidade.

Enquanto trabalhadores precarizados, inseridos no processo de correlação de forças entre capital e trabalho, somos conduzidos pelo capital do tipo pandêmico, perverso e excludente, que favorece o sucateamento dos processos de trabalho, fragiliza as relações sociais, desregula a dinâmica de nossa existência, com novas reconfigurações que deslocam o ambiente

ocupacional para nossa vida privada, nos privando dos momentos de lazer e dos laços afetivos.

É sempre necessário deixar a reflexão de que o precariado não é composto por uma única classe, nem por membros socialmente definidos. O trabalhador precariado reflete uma faceta cruel e excludente do capital, onde inserido nesse sistema, procura se adequar às condições de trabalho que lhes são postas, mas que permanecem injustas e distantes de uma participação efetiva dos meios de produção.

Os impactos da pandemia na vida dos trabalhadores do precariado são complexos e específicos, que se multiplicam na reprodução da vida social por meio da tessitura da precarização e das novas questões do trabalho reconfigurado na atualidade, construídos por um sistema agressivo que fere a dignidade humana põe em risco a condição humana e as formas de existência coletiva.

### **Referências bibliográficas**

DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KELLEBERG, Arne L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 24, n. 69, Fev/2009.

MORONTE, Elver A. A pandemia do novo coronavírus e o impacto na saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras. In: AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogério Dultra dos (orgs.). Pandemias e Pandemônio no Brasil. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

OIT. (2020). Forte aumento do desemprego na América Latina e no Caribe deixa milhões sem renda. [https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_749687/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_749687/lang--pt/index.htm). Acesso em

01 de jul. de 2020.

\_\_\_\_\_. Observatório de la OIT: el COVID-19 y el mundo do trabajo. Segunda edicion. Estimaciones actualizadas y análisis. [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms\\_740981.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_740981.pdf)

POCHMANN, Márcio. As perspectivas do trabalho na economia moderna. In: DOWBOR, Ladislau et al. (Orgs.). *Desafios do Trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2003.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Almeida, Marcos Feitosa e André Feitosa. Belo Horizonte: editora UFMG, 2010.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.



## Fundação *Dariüşşafaka*: o Islã na educação turca

Thamirez Lutaif

### Introdução

Este escrito parte das reflexões desenvolvidas durante um trabalho de campo em Istambul em 2012. Fiz um intercâmbio pelo Rotary Youth Exchange e morei na casa de Tuğçe Delipinar, uma adolescente que estudava numa escola chamada Fundação *Dariüşşafaka*. Desde então, mantive contato virtual com ela e suas amigas que estudavam na mesma escola.

A Fundação *Dariüşşafaka* foi a primeira escola turca criada por uma organização não governamental, cuja inauguração se deu em 1863 na cidade de Istambul. Ela é exclusivamente destinada a alunos de ambos os sexos tidos como desprivilegiados por serem órfãos de mãe e/ou pai. Seu lema é: *eğitimde fırsat eşitliği* – oportunidades iguais na educação. Assim, eles garantem bolsa de estudo durante os Ensinos Fundamental e Médio na própria *Dariüşşafaka*, bem como uma bolsa estendida ao Ensino Superior nas demais universidades da Turquia. O estudo dos alunos e suas demais necessidades – alimentação, moradia e serviços de saúde – é mantido por meio das doações destinadas à Fundação.

Quando a criança de qualquer parte da Turquia completa dez anos de idade, pode prestar o exame para tentar ingressar na *Dariüşşafaka* a fim de juntar-se aos outros mil estudantes aproximadamente. Assim, caso a criança seja aprovada, o adulto que detém sua guarda cede o pupilo à Fundação, na qual o aluno permanecerá sob o regime de internato durante os próximos nove anos. A *Dariüşşafaka* educa seus alunos com base nos legados de *Mustafa Kemal Atatürk* (1881 – 1938) – revolucionário fundador da República da Turquia. *Atatürk* é im-

portante, principalmente pelo fato de ter substituído o alfabeto árabe por latino e fez da Turquia um Estado secular.

Segundo o filósofo francês Roger Garaudy (1913 – 2012), o Ocidente deturpou a mensagem do Islamismo tal como está presente no Alcorão. Assim, recorro à pesquisa organizada por Maria Clara Lucchetti Bingemer acerca de algumas passagens do Alcorão que tratam da violência a fim de analisar a correspondência entre a mensagem original do livro sagrado e como ela foi propagada depois da morte de *Muhammad*, líder islâmico. A partir disso, investigarei de que modo o Islã está presente na subjetividade de algumas estudantes turcas a partir da análise de entrevistas.

As entrevistadas foram adolescentes turcas da faixa etária de dez a dezenove anos, todas estudantes da Fundação *Darüşşafaka*. As alunas da *Darüşşafaka* foram escolhidas, pois a escola é conhecida por manter certo nível de resistência em relação ao Estado islâmico e transmitir este posicionamento político aos adolescentes.

### **Submissão à Deus**

O Islã é uma religião monoteísta fundada pelo profeta *Muhammad* (570 – 632) na Península Arábica, onde hoje é a Arábia Saudita, no século VII A.D.. Ele encontra-se ao lado das outras duas grandes religiões monoteístas do planeta, o Judaísmo e o Cristianismo. O termo Islã vem da palavra árabe *islan*, a qual significa total submissão e obediência a alguém, no caso da religião muçulmana, à *Allah*. O termo muçulmano, por sua vez, vem da palavra árabe *muslim*, a qual significa submisso. O Alcorão é o livro sagrado dos muçulmanos, no qual estão presentes os cinco pilares do Islamismo, que são: 1) monoteísmo; 2) *salât*: oração cinco vezes ao dia (no amanhecer, ao meio-dia, no meio da tarde, no crepúsculo e à noite) que conta com a ablução, higiene pessoal especialmente realizada para a oração; 3) *siâm*: jejum durante todo o mês do Ramadã – comemoração da mente sobre os prazeres corpóreos que acontece no nono

mês do calendário lunar islâmico –, o qual não pode ser praticado por viajantes e mulheres menstruadas ou grávidas; 4) *haj*: peregrinação à Meca ao menos uma vez na vida; 5) *zakát*: doação canônica aos necessitados a fim de abençoar os próprios bens.

A mesquita é o templo de oração dos muçulmanos, na qual os homens se reúnem nas sextas-feiras para orações coletivas. No mundo árabe, a filosofia foi propagada antes do surgimento das universidades e a mesquita, usada como uma espécie de centro cultural, é considerada como o berço das escolas árabes. O *Sheik* é o chefe religioso que dirige as atividades espirituais muçulmanas, o qual é escolhido devido a um alto grau de erudição.

O Islamismo é precedido por uma fase pré-islâmica, que aconteceu aproximadamente entre os séculos III a IV d.C., época na qual o monoteísmo ainda não era hegemônico na Península Arábica. *Muhammad*, por sua vez, exerceu um papel crucial quanto ao processo de unificação religiosa na região, consolidando o monoteísmo em torno de *Allah*.

Todos os árabes acreditavam nas forças da natureza, nos espíritos que habitavam as realidades naturais. E além disso, cada grupo venerava sua divindade particular. Nesse sentido, os habitantes da Meca já conheciam um “deus” chamado Alá, mas esse não possuía o caráter universal que lhe seria dado mais tarde por Maomé. Ao lado de Alá, coexistiam outras divindades, masculinas e femininas (BINGEMER, 2001, p. 176).

A circunstância descrita acima aproxima a Península Arábica do politeísmo. Contudo, dois fatos relevantes propiciaram a transformação do pré-islamismo politeísta no islamismo monoteísta. O primeiro fato diz respeito ao Judaísmo e Cristianismo próximos da região, religiões monoteístas que conduziram o pré-islamismo ao culto de única divindade. O segundo fato está relacionado à crença da maioria dos árabes de serem descendentes de Abraão. Assim, independentemente das divindades que cada grupo particular venerava, todos possuíam essa crença em comum. Logo, *Muhammad* não criou uma reli-

gião nova, mas somente consolidou o monoteísmo primordial de Abraão que pulsava na Península Arábica dispersamente.

Conforme mencionado na lei constitucional, a Turquia é um país laico, ainda que o Islamismo seja assumido como a religião oficial do país. Ainda assim, o documento de identidade do cidadão turco contém uma seção destinada à religião, a qual é automaticamente preenchida como “Islã” para todas as pessoas que nascem na Turquia. Assim, todas os cidadãos são esperados a obedecerem esta parte de sua carteira de identidade e viver sob as condições islâmicas. Se alguém decide mudar esta seção, deixando-a em branco ou positivando uma religião diferente, enfrenta uma série de problemas, como preconceito e dificuldade para ingressar no mercado de trabalho.

Apesar disso, os estudantes da Fundação *Darüçşafaka* entrevistados disseram não sentirem-se submissos à Turquia devido a alguns fatos em comum. Todos nasceram e vivem em Istambul – cidade mais populosa da Turquia e tida como a mais ocidentalizada –, o que permite um fluxo maior de culturas e religiões. Também comentaram sobre suas famílias, que não são rigorosas em relação ao Islamismo, ressaltando a importância do poder do núcleo familiar doméstico. Entretanto, as mulheres nascidas em famílias que seguem à risca preceitos islâmicos, aos nove anos de idade, começam a usar uma burca – lenço feminino que cobre o corpo todo, geralmente da cor preta, que simboliza o Islã. Elas são proibidas de conversar com homens e tocá-los, entre outros interditos. Por conta disso, as entrevistadas comentaram perceber um tom de julgamento por parte dessas mulheres quando usam roupas curtas. Nas palavras de Tuğçe Delipinar, uma adolescente de dezesseis anos: *“Eu realmente não gosto disso, então isso não me impulsiona a seguir a religião. Isso me impulsiona a ir contra ela”*<sup>1</sup>LUTAIF, 2012, tradução nossa)

No que diz respeito à percepção da rigorosidade do Islamismo na vida cotidiana, a opinião dos entrevistados divergiu. A maioria deles não percebe o Islamismo como uma

---

1 N.T: colocar o texto que foi traduzido. .

religião rigorosa. Um dos entrevistados comentou que o Islã proíbe as pessoas de consumir alguns produtos que podem ser prejudiciais à saúde, tais como álcool, por isso não considera a religião repressiva. Outro deles ressaltou que o Islã é tolerante em sua raiz, mas pode ser interpretado como repressivo devido ao modo com que os líderes governamentais conduzem as pessoas a partir de uma visão deturpada da religião. Apenas Tuğçe Delipinar disse perceber o Islã como uma religião rigorosa. De acordo com ela, a religião isola as mulheres da sociedade:

*“Falar com homens, vestir o que você quer, pensar o que você quer, é tudo restrito. É como um ditador invisível vigiando você o tempo todo. Rezar cinco vezes ao dia, você consegue imaginar isso? Isso é demais e talvez considerado patético. Isso somente torna você uma máquina vivendo do jeito que foi determinado para você. Pessoas se tornam inimigas por causa da religião. Você não pode experimentar carne de porco. Você não pode mostrar seu cabelo. Você não pode tomar banho de sol com roupas de praia. Você não pode ter os amigos que quer. É demais”. (LUTAIF, 2012, tradução nossa).*

Como mencionado anteriormente, Istambul é conhecida por ser uma das cidades mais ocidentalizadas da Turquia. Apesar do grande número de mesquitas – templo de oração dos muçulmanos – na cidade, parece não haver uma influência tão forte do Islã como nas cidades mais remotas da Turquia. Ainda assim, é comum, no meio dos entrevistados, mulheres serem espancadas e estupradas. Em algumas cidades periféricas da Turquia, além do uso da burca, mulheres são obrigadas a casar, logo após a primeira menstruação e são proibidas de frequentarem a escola. Isso permite observar até que ponto e em que níveis o Islã influencia a vida das mulheres nas diferentes regiões do país.

Na Turquia, o Islã está presente nas esferas de Ensino Fundamental e Médio, tanto na obrigatoriedade de aulas de religião como nas investidas em separar os sexos na escola. Apesar destas aulas, Kardelen Genç Neşe, adolescente de dezessete anos, comentou que os professores não forçam os alu-

nos para que acreditem nos pilares do Islã. A taxa de garotas estudando em escolas era mínima até por volta da década de 1950. As famílias costumavam deixar as filhas longes da escola, visto que o Islã pressupõe o afastamento entre mulheres e homens, gerando um problema para os dois sexos conviverem juntos na escola.

Neste sentido, algumas pessoas começaram a protestar a favor do estudo das meninas por meio de campanhas, fazendo com que as taxas aumentassem. Isso permite perceber que, no país, os protestos para que as garotas tivessem direito ao estudo não resultou na criação de escolas especialmente para o sexo feminino, mas sim propiciou o ingresso de garotas em escolas originalmente destinadas somente ao sexo masculino, garantindo assim escolas mistas. Şeyma Delipinar, adolescente de treze anos, comentou que havia comparecido a uma conferência sobre educação na Fundação *Darüşşafaka* na qual os palestrantes tentaram separar as garotas dos garotos. De acordo com seu relato, houve uma forte resistência por parte dos adolescentes de ambos os sexos, os quais recusaram-se a mudar de lugar, o que a deixou feliz.

### **Islâmicos e não islâmicos**

*Muhammad* admitia o Judaísmo e o Cristianismo como religiões reveladas, considerando que as primeiras mensagens que lhe eram transmitidas por *Allah* iam ao encontro das mensagens dessas religiões. O Deus do Islamismo é o Deus do Velho Testamento. Entretanto, o profeta acreditava que tanto o Judaísmo quanto o Cristianismo foram corroídos pelo tempo. Isso demonstra uma raiz concomitante entre as três grandes religiões monoteístas, mas um distanciamento gradativo que promoveu uma ramificação distinta para cada uma delas.

No Alcorão, é possível encontrar duas perspectivas contraditórias em relação aos judeus e cristãos. Uma perspectiva demonstra tolerância e possível afinidade, visto que muçulmanos, judeus e cristãos todos representam o *ahl al-kitab* – povo do livro.

“Por certo, os que crêem e os que praticam o judaísmo os cristãos e os sabeus, qualquer dentre eles que creu em Allah e no Derradeiro Dia e fez o bem terá seu prêmio junto de seu Senhor; e nada haverá que temer por eles, e eles não se entristecerão (SURA 2, 62)”.

Entretanto, outra perspectiva demonstra uma profunda intolerância perante os judeus e cristãos.

“Ó vós que credes! Não tomeis por aliados os judeus e os cristãos. Eles são aliados uns aos outros. E quem de vós se alia a eles será deles. Por certo, Allah não guia o povo injusto (SURA 5, 51)”.

Nenhuma das entrevistadas demonstrou preconceito em relação às pessoas de outras religiões, enfatizando a supremacia da afinidade interpessoal sobre a religião. Entretanto, Tuğçe Delipinar comentou ser comum que os muçulmanos critiquem uns aos outros quando estão em seções islâmicas diferentes. Todas demonstraram um questionamento em relação aos dogmas islâmicos, os quais ditam uma conduta baseada em valores morais e éticos muçulmanos, dificultando o brotar de uma ética de si desvinculada de parâmetros supostamente universais. Nas palavras Tuğçe:

“Eu realmente não acredito que modular a nossa identidade e personalidade é religião. Ser humano é muito mais que isso. Bom é bom e ruim é ruim. Não existe necessidade de uma religião dizer o que é bom e o que é ruim. Isso pode ser sentido diretamente através de seu coração, alma, cérebro e basicamente com as suas experiências. Então, é claro que ter muitas semelhanças com uma pessoa que possui uma religião diferente ou não tem nenhuma religião mas quando vocês conversam com as pessoas religiosas, elas talvez desapontem você. Elas criticam até mesmo as pessoas que são muçulmanas mas não estão na mesma seção islâmica que elas. Isso é inacreditável mas real. Com sorte, as pessoas de meu convívio não são como eles. Eles também se importam em ser boas pessoas mais do que serem pessoas muçulmanas então me sinto com sorte. Em uma religião que diz que vai te recompensar com muitas lindas mulheres no paraíso enquanto restringe você de todos os tipos de prazeres relacionados a isso na vida cotidiana, você não pode achar muita lógica” (LUTAIF, 2012, trad. nossa).

## **Jihad e guerra santa**

*Jihad* significa um esforço no caminho de *Allah* e é subdividido em *jihad* grande ou individual e *jihad* pequeno ou coletivo. O *jihad* individual corresponde ao dever do muçulmano em seguir o que lhe é imposto pelo Alcorão a fim de alcançar sua evolução espiritual. O *jihad* coletivo, por sua vez, diz respeito ao dever do muçulmano em lutar pela causa de *Allah*, ainda que com armas, tendo em vista anular qualquer tipo de injustiça.

Nesse sentido, a guerra santa enquadra-se no pequeno *jihad*. No Alcorão, algumas Suras demonstram apoio em relação à luta, mas somente como uma forma de defesa, e não como meio de imposição da doutrina islâmica. “*E combatei, no caminho de Allah, os que vos combatem, e não cometais agressão. Por certo, Allah não ama os agressores.*” (SURA 2, 190)

A opinião das entrevistadas acerca das guerras santas foi unânime. Nenhuma delas concorda com os motivos e pretextos das guerras. Mesmo que, no Alcorão, a guerra santa esteja baseada num preceito de defesa, ela propaga violência e grande número de mortes. Tuğçe Delipınar afirmou que o Islã afeta as pessoas principalmente devido ao medo do inferno que lhes é imputado, de modo que elas tornam-se submissas e obedientes, cedendo o domínio sobre seus próprios corpos a favor da religião. Ela ainda finaliza comentando que as guerras religiosas não lhe parecem ter cerne na religião, mas sim numa constante busca de poder.

## **Considerações Finais**

Após a análise das entrevistas com as estudantes turcas, estabelecemos uma relação entre as mensagens presentes no Alcorão e pensar no modo que os estudantes da Fundação *Darüşşafaka* lidam com o Islã. No geral, as entrevistadas demonstraram certo grau de resistência, ainda que suave, em relação aos dogmas islâmicos. Apesar de algumas nascerem em famílias islâmicas, nenhuma delas segue à risca os dogmas.

Quanto ao fundamento islâmico de submissão à *Allah*, nenhuma das entrevistadas demonstrou submissão completa à religião, apenas Tuğçe Delipinar comentou sentir a violência islâmica em relação à mulher. No que diz respeito à convivência com pessoas islâmicas e não islâmicas, as entrevistados expressaram respeito e até indiferença em relação a religião de outrem, ainda que algumas das entrevistadas comentaram sentir acuação por parte das muçulmanas. Por fim, em relação a guerra santa, as entrevistados manifestaram repulsa, ainda que a mensagem do Alcorão defenda o uso da luta apenas no caso de defesa.

### **Agradecimentos**

Ao Prof. Dr. Michel Justamand por propiciar a publicação deste escrito.

### **Referências**

ATTIE FILHO, Miguel. *Falsafa: a filosofia entre os árabes*. São Paulo: Palas Athena, 2002.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti (org.); DAMASCENO, Edson [et al]. *Violência e religião: Cristianismo, Islamismo, Judaísmo: três religiões em confronto e diálogo*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GARAUDY, Roger. *Promessas do Islã*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Link: <http://www.darussafaka.k12.tr>. Acesso em: 1 de agosto de 2017.

Link: <http://www.islam.com.br/uploads/files/alcorao-pdf.pdf>. Acesso em: 1 de agosto de 2017.



## **Antropologia e capoeira<sup>1</sup>: os dez anos do projeto *Educação e capoeira em Benjamin Constant***

Tharcisio Santiago Cruz

### **Introdução**

Neste artigo faço uso da oportunidade de publicação de mais uma edição da coleção *Fazendo Antropologia no Alto-Solimões*, para relatar parte dos trabalhos realizados em projeto de extensão universitária, mostrando o alcance realizado junto à comunidade do Alto-Solimões.

No ano de 2010 conheci o mestre de capoeira Giganteque me relatou de seu trabalho com essa arte no Alto-Solimões, a começar pela cidade de Tabatinga, posteriormente em Benjamin Constant, foi então que surgiu a partir do diálogo com o mestre a ideia de realizar um projeto que pudesse diminuir a distância entre a universidade pública e a sociedade local.

A proposta de realizar atividades visava atuar junto aos segmentos distintos de crianças e adolescentes, sujeitos que estão presentes na vida desportiva e cultural do município. A partir desse contato, elaboramos o Projeto *Educação e Capoeira em Benjamin Constant*, uma atividade de extensão, vinculada a Universidade Federal do Amazonas, que teve início no ano de 2009 e até a presente data na região do alto Solimões.

Trata-se de projeto de extensão universitária, aprovado em instâncias institucionais da Universidade Federal do Amazonas, em modalidade de fluxo contínuo, sem apoio financeiro da instituição, cabe a seu coordenador e apoiadores buscar as parcerias necessárias para que as atividades aconteçam. Desta forma os principais apoiadores além do mestre Gi-

1 Este artigo faz parte da pesquisa de doutorado “capoeira no Alto-Solimões: corpo e segredo”, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-PPGAS/UFAM. Sob orientação do Drº Sergio Ivan Gil Braga-PPGAS/UFAM. Pesquisa que tem apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas-FAPEAM.

gante, são as gestoras das escolas e colégios municipais da em Benjamin Constant no Alto Solimões. Jamais houve qualquer apoio do poder executivo das cidades ou iniciativa privada.

Como objetivo difundir a arte da capoeira no município através de uma proposta educativa. Como método encontros e atividades práticas a serem devolvidas em escolas, na universidade e em datas comemorativas, como o dia da consciência negra em Benjamin Constant.

Elegemos como objetivos abordar a difusão dos aspectos educativos, culturais e desportivos da arte da capoeira nesta cidade, bem como, a realização atividades de prática da arte da capoeira. Como abordagem inicial, trabalhamos aspectos educativos, culturais e históricos que envolvem essa arte, por meio de aulas, palestras e encontros temáticos; bem como, a avaliação da dimensão compreensiva dos aspectos histórico-culturais dos participantes.

### **A capoeira e educação**

Abordar a temática da arte da capoeira significa bem mais do que a prática ou de seu uso em datas comemorativas como: o 13 de maio ou o dia da consciência negra mais do que refletir sobre seus aspectos alegóricos ou desportivos, significa adentrar na reflexão sobre os elementos que estão ligados à formação sociocultural do Brasil. Dentre esses elementos apontamos na história de nosso país o lugar do negro e mulato, no tocante a sua contribuição para essa cultura.

O projeto se propôs assim, iniciar uma práxis pouco trabalhada na educação do país, seja, no ensino fundamental, médio ou superior. Trata-se da prática da capoeira, bem como, seus elementos histórico-culturais. A realização das atividades ocorre em escolas de Benjamin Constant, na Escola Municipal Francisco Chagas de Almeida e Escola Estadual Professora Rosa Cruz e na universidade.

Para tanto, foi possível contar com a colaboração teórica encontrada na disciplina acadêmica *Estudos Afro-Brasi-*

leiros, do curso de Bacharelado em Antropologia<sup>2</sup>. Graduação ofertada para o Alto-Solimões, na cidade de Benjamin Constant, pelo instituto de Natureza e Cultura da universidade Federal do Amazonas-UFAM.

Na disciplina *Estudos Afro-brasileiros*, destacamos que, através do trabalho de alguns de seus professores, incluiu-se a capoeira em sua grade curricular, assim como os estudos sobre, candomblé, umbanda, samba, além de temáticas abrangentes como: a diáspora dos povos Africanos, a discussão sobre o povo negro no Brasil, o fenômeno de escravização de africanos no Brasil. A temática do preconceito “racial”, o escravismo brasileiro e os reflexos hoje. O preconceito racial e discriminação sobre negros e negras, além da participação dos negros em universidades públicas.

As discussões sobre a contribuição dos *Estudos afro-brasileiros*<sup>3</sup>, para o projeto Educação e Capoeira em Benjamin Constant - ECBC, contou com a atuação de profissionais docentes militantes do movimento negro, com a professora Renilda Aparecida Lins, pedagoga e estudiosa da temática das religiões de Matriz africanas, que se dispôs a participar de atividades do projeto em escolas e ginásios locais. Além da colaboração do antropólogo Adailton da Silva, capoeirista. Desenvolveu um trabalho a frente do grupo de capoeira angola *Nzinga* em Letícia na Colômbia.

O professor Adailton esteve em várias oportunidades em eventos realizados pelo projeto, principalmente em batizados do grupo Negros no Amazonas, colaborando com seu conhecimento sobre a tradição da capoeira angola, o que ampliou o conhecimento dos participantes sobre tal modalidade..

---

2 O curso de Bacharelado em Antropologia surge mediante a implantação do projeto *multicampi* de ampliação do ensino superior para o interior do Amazonas no de 2006. Em sua criação contou com a colaboração de antropólogos, como: Júlio César Melatti (UNB), Sérgio Ivan Gil Braga (UFAM) e Raimundo Nonato Pereira da Silva (UFAM).

3 Disciplina acadêmica obrigatória oferecida pelo curso de bacharelado em Antropologia, em Benjamin Constant. Desempenho a função de ministrar os conteúdos junto ao professor de Antropologia Adailton da Silva.

A região do Alto -Solimões - Amazonas, apesar de ser uma região possui em sua configuração sociocultural a presença negra. Apresenta também singular manifestação da prática da capoeira, com grupos nos municípios de: Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins.

Para o andamento das atividades práticas o projeto contou com a colaboração do mestre de capoeira, Francinei do Santos Cruz (Gigante), como é conhecido nas rodas de capoeira, fundador do grupo Negros no Amazonas. O mestre desenvolve atividades sociais no município de Benjamin Constant. São iniciativas como a do mestre gigante e do grupo Negros no Amazonas que o projeto buscou incentivar e valorizar. Tanto a experiência do conhecimento tradicional de Gigante que pode ser identificada como uma prática que preserva e transmite conhecimento e cultura desta arte no Amazonas. Olhemos as imagens 1 e 2,

Banners de cerimonias de batizado de capoeira do grupo Negros no Amazonas, em 2011 e 2012.



Neste aspecto, o projeto fortaleceu a difusão da capoeira e seus elementos histórico-culturais entre crianças e jovens do município, por meio das aulas práticas e teóricas sobre essa arte brasileira. Ressaltamos a necessidade de um trabalho que fortaleça discussão sobre aspectos relevantes da formação

cultural do povo brasileiro, e de grupos humanos estabelecidos em regiões distantes do país como o município citado.

O projeto sempre propôs e faz uso de uma prática participativa, buscando trabalhar a partir das ideias, experiências e vivências de seus participantes, com aulas ministradas pelo mestre de capoeira. Pauta-se pela discussão sobre aspectos histórico-culturais, através de atividades de ludicidade; palestras sobre o projeto em escolas do município.

Foram inúmeros contatos e trabalhos junto a educadoras na rede pública, desenvolvendo atividades sobre a temática, oportunizando nos últimos dez anos, tratar da temática da capoeira. Muitas vezes enfrentamos a incompreensão e preconceito sobre esta arte, ou sobre experiências semelhantes, como os: terreiros de candomblés, centros de Umbanda, bem como, a constatação de que está presente no pensamento social local a aproximação entre capoeira e macumba.

Vale ressaltar que em muitas ocasiões, se sobressaiu um tipo de identificação por parte de setores da comunidade local, por meio de brincadeiras a estigmatização dos jovens capoeiristas como: macumbeiro, mandingueiro ou vagabundo. São expressões um tanto comuns, assim como as brincadeiras entre crianças e adolescentes.

### **Da teoria á práxis**

Para a elaboração do projeto ECBC e na busca de fortalecer suas bases teóricas e apresentá-lo à comunidade acadêmica, instâncias administrativas da universidade instituições de educação na cidade, principalmente as escolas, foi realizado levantamento de autores e suas contribuições de estudos e pesquisas que nos aproximassem da discussão sobre a temática da capoeira ou assuntos relacionados, como: escravidão, surgimento da capoeira, a discussão sobre racismo, movimento negro, religiões de matriz africana, a presença negra no Amazonas, dentre outros temas.

Darcy Ribeiro (1995) argumenta sobre o processo de transição do escravo das áreas rurais para o ambiente urbano, que emerge no Brasil do século XIX, para o autor amplia-se um modelo e entrelaçamento de elementos culturais que resultarão em “...vigorosa e bela na cultura popular brasileira”, e argumenta ainda que é, “com base nela que se estrutura o nosso carnaval, o culto de Iemanjá, a capoeira e inúmeras manifestações culturais” (Ribeiro, p.223).

Ocorre nestes termos um demorado processo de inserção e devido reconhecimento do Negro para a cultura brasileira. Arthur Ramos (1971) por exemplo argumenta que esta inserção se pauta com certa ênfase em atividades de defesa e militar. Alguns episódios histórico de certa forma demonstram esse argumento, como exemplo, na luta contra as incursões estrangeiras, principalmente holandesas no século XVI e não próprio corpo militar brasileiro, como afirma, “...já nos referimos aos vários movimentos populares em que tomam partido o negro, principalmente, nas insurreições nativistas, que assolaram o período de regência no Brasil. Na guerra que o Brasil teve que sustentar contra o Paraguai (1864-1870). Para o autor “...o negro teve uma brilhante atuação, foram os capoeiras que organizaram batalhas que recrutaram voluntários para a guerra do Paraguai”. (Arthur Ramos, p.182)

Dentre os estudiosos sobre a temática de tradições, Herskovits é um dos que se destacaram no campo da antropologia cultural por sugerir o estudo das tradições africanas. De certa forma suas pesquisas objetivaram detalhar a história dos povos negros na Africano e sua ligação com as Américas. As ideias lançadas pela antropologia se fizeram refletir em estudos sobre o mesmo tema no Brasil, com destaque para os trabalhos de Roger Bastide (1989) e Arthur Ramos (196) no Brasil.

Em *O Negro no Mundo dos Brancos* (1972), Florestan Fernandes, tematiza o conceito de “mito da democracia racial”, um tema em evidencia hoje no Brasil, principalmente no que toca a emergência de uma sociedade competitiva na qual o Ne-

gro virá a ocupar as condições de trabalho e de vida sociais mais precárias. “Eliminando o “escravo” pela mudança social, o “negro” se converteu num resíduo racial. Perdeu a condição social que adquiriu no regime de escravidão e foi relegada, como “negro” á categoria mais baixa da “população pobre”, no momento exato em que alguns dos seus setores partilhavam de oportunidades franqueadas pelo trabalho livre e pela constituição de uma classe operária assalariada”. (Florestan Fernandes, p.68).

No caso da capoeira, fenômeno cultural que pode ser encontrado em quase todo o país que apresenta a riqueza histórica e de inserção em centenas de comunidades no país, o que tem dado uma rica oportunidade para seus praticantes se conhecerem no interior de uma arte ancestral.

### **O Mestre e capoeiristas<sup>4</sup>**

Mestre Gigante, como é conhecido na capoeira, Francinei dos Santos Cruz, diplomado mestre no evento, PROCA-POEIRA, no ano de 2010 em Brasília-DF. Trata-se de reconhecimento como mestre atribuído por um conjunto de mestres presentes no evento. Estes mestres afirmaram, na ocasião, conhecer seu trabalho de mais de 25 anos para a capoeira na tríplice-fronteira- amazônica. Gigante, é o presidente da Associação de Capoeira Negros no Amazonas.

Gigante relatou-me o desejo de desenvolver um trabalho de caráter mais consistente com capoeira na cidade de Benjamin Constant, relatou que já havia iniciado uma atividade em escola municipal na cidade e que este trabalho teve bons resultados, no sentido de recrutamento de novos capoeiristas.

Nas conversas, que tivemos nos fortalecemos com a ideia de Gigante, mas foram nos treinos que se firmaram as bases para esse projeto. A construção do projeto ECEB e sua implantação na comunidade mostraram sua visão sobre as

---

4 Os Mestres e capoeiristas serão apresentados no texto pelos seus apelidos de capoeira, o que faz parte desta forma de organização, ou pode ser compreendido como uma convenção nativa no interior da capoeira.

possibilidades de se trabalhar com a capoeira. O público participante, crianças e adolescentes, aos poucos foram se integrando ao trabalho.

O mestre coordena as atividades do grupo de capoeira Negros no Amazonas, composto por capoeiristas locais, em sua estrutura comporta além de Gigante: um contramestre, dois instrutores e dois alunos graduados.

### **Mestre Dedão**

Um outro grande colaborador do projeto ECBC é o mestre Dedão (Ediney Samias), que coordena o grupo de capoeira Ave Branca em Tabatinga, além de ser uma das principais lideranças do povo Kokama no Amazonas.

O mestre participou de inúmeras atividades junto aos grupos Negros no Amazonas, principalmente nos batizados que ocorrem anualmente desde o ano de 2010. Dedão é responsável pelo evento anual capoeira no alto-Solimões-CAP-SOL, que reúne os adeptos dessa arte na cidade de tabatinga para participarem de inúmeras atividades educativas e práticas voltadas para a capoeira.

O mestre Dedão desenvolve seus próprios projetos no Alto Solimões, possui ramificações de seu trabalho com capoeira, principalmente em cidades da Colômbia. Desenvolve também atividades junto ao povo Kokama, seu povo, nas áreas da educação e saúde.

### **Mestre Girafa**

Ivan de Freitas, representante do grupo de capoeira Quilombo, praticou capoeira com mestre *Xexéu*, atuou em inúmeros eventos e rodas na cidade. Desenvolveu trabalhos com essa arte em Benjamin Constant até sua formação de mestre em 2016 realizada pelo mestre *Chaguinha* de Manaus. *Girafa* formou inúmeros capoeiristas na cidade que hoje dão continuidade ao seu trabalho na cidade. Consolidou seu empenho atundo em escolas e um trabalho consolidado que gerou inúmeros capoeiristas como: Pato, Popozão, Jivago, Velho.

## Os capoeiristas

No interior do grupo Negros do Amazonas, é possível relatar a contribuição de inúmeros agentes da capoeira, por apoiarem, principalmente o trabalho do mestre Gigante, podemos citar os capoeiristas: *Toquinho*, exerce a condição de contramestre do grupo, os professores Black Maminha e Severino Robô, o monitor Jogo de Dentro, Junior-Bola, Alcimar, Almecei, Leandro, Malandrinha, Diana, Tina e Oscar da Silva F. dos Anjos<sup>5</sup> (Brutus) e inúmeras crianças e adolescentes.

São alguns dos capoeiristas que estão desde o início do projeto, dezenas de outros participaram, foram formados ou batizados, muitos deles, acompanham eventualmente as atividades, principalmente as cerimônias de batizados e apresentações de rua.

## A Associação de capoeira Negros do Amazonas

Nos anos, de atividades na cidade houve intensa articulação com a comunidade, resultando na criação da Associação de Capoeira Negros no Amazonas, cujo presidente é o mestre Gigante e sua diretoria é composta por seus alunos. A entidade luta por melhores condições para atuação da capoeira e demais atividades folclóricas, como diz seu estatuto,

A Associação tem por finalidade: Congregar, orientar, desenvolver e conservar a arte folclórica cultural marcial brasileira denominada capoeira... Estimular e desenvolver a capoeira e práticas desportivas, recreativas socioculturais entre seus associados. Representar e defender os interesses de seus associados, objetivando, desenvolvendo, harmonia e bem estar, bem como de maior integração as artes folclóricas culturais brasileiras. (Artigo 2º do Estatuto da Associação de capoeira Negros no Amazonas)

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos e que tem apoiado a capoeira em Benjamin Constant, como a atuação de brincadeiras e festas folclóricas que normalmente acontecem anualmente, como, festas juninas.

---

5 Oscar dos Anjos trabalhava como guarda municipal e foi assassinado com tiros disparados por traficantes em julho de 2019. Na mesma noite de seu assassinato a polícia militar em Benjamin Constant executou os três indivíduos que mataram Oscar.

A associação significa o fortalecimento de um trabalho entre universidade e comunidade, demonstrando ser necessária esta aproximação, que tem como um do objetivos diminuir uma distância tão reclamada por parte da comunidade.



**Imagens 3 e 4:** Faixa da associação de Capoeira Negros do Amazonas e atividade em escola municipal com o mestre gigante ao centro. Fonte: Cruz, Tharcisio, 2019.

### Resultados do projeto

Nos dez anos de atuação do projeto, foram inúmeras conquistas, dentro de uma perspectiva de atuação das ciências humanas, principalmente das áreas de conhecimento: Antropologia, sociologia e educação. Os resultados não maximizam ganhos econômicos e, sim socioculturais. O alcance maior é possibilitar que crianças e jovens tenham acesso a conteúdo e práticas referentes a cultura brasileira, a temática do “negro”, escravidão negra e indígena, bem como, o respeito e contribuições para Implementação da Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08, que preconiza atividades escolares e de extensão e **pesquisa**<sup>6</sup> voltada a temática de afrodescendentes e indígenas no Brasil.

No desempenho de ações voltadas à capoeira foram mais de 300 crianças a adolescentes “batizadas” ou “formadas” na capoeira. Realização de palestras sobre temáticas da capoeira, escravidão e condição social dos Negros no país, participação de inúmeros fóruns de discussão sobre as temáticas

<sup>6</sup> O projeto subsidiou discussões e informações que contribuíram para a elaboração do projeto de doutorado, “Capoeira no Alto Solimões: corpo de segredo”, em andamento pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social-PPGAS/UFAM.

apontas, como: os eventos: Encontros de ideias entre os anos de 2012 a 2014 realizados na UFAM em Benjamin Constant, representação do 1º Fórum de Capoeira do Amazonas - 2015/Manaus, colaboração nas discussões sobre a formação do Núcleo de Estudos afro-indígenas no Instituto de Natureza e Cultura/UFAM, fortalecimento das discussões para inserção da capoeira na grade curricular da disciplina acadêmica Estudos Afro-Brasileiros, representação do projeto em inúmeros eventos de capoeira e folclóricos nas cidades de : Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Manaus, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Leticia na Colômbia, realização do evento: *Estigma, discriminação e preconceito na tríplice-fronteira: indígenas, negros e capoeiras*, de 16 a 23 setembro de 2019 na Tríplice-Fronteira.

O publico, até o momento atendido pelo projeto é composto por: crianças, adolescentes e jovens da cidade de Benjamin Constant. Trata-se de um segmento em condição de vulnerabilidade econômica e social. Para estes, as oportunidades educacionais, esportivas ou atividades culturais são quase inexistentes na região. São inseridos sem nenhum custo, por ser considerada a situação de carência financeira da qual fazem parte. São moradores de bairros carentes da cidade.

De certa forma encontram na capoeira e no projeto a oportunidade de terem acesso a conteúdos e práticas referentes a arte e cultura brasileira, de acordo com um aprendizado lúdico, e que o diálogo é constante. O projeto atua em setores de quase que completa ausência do Estado e suas instituições em meio à região de fronteira internacional.

As dificuldades maiores para que o projeto acontecesse na região, posso afirmar que gira em torno da própria incompreensão e desinteresse dos administradores e gestoras locais, além da burocracia interna de alguns setores da UFAM, o que dificulta e inviabiliza o desenvolvimento de novos projetos.

## **Considerações finais**

No momento atual vivenciamos a manifestação pública e atuação de movimentos sociais elegendo como bandeira, a luta contra o racismo, especificamente contra “negros” e negras, ou seja, as populações negras de forma geral, rurais ou urbanas.

O conhecimento sobre a capoeira, em suas modalidades regional e angola, de acordo com a perspectiva sociocultural, reafirma um modo de compreensão popular a respeito dessa arte possibilita, ao mesmo tempo a luta contra o eurocentrismo e etnocentrismo.

Compreender a capoeira seus códigos socioculturais, educativos, de prática permitem novas formas de sociabilidade, capazes de servir como instrumentos e métodos para lidar com a intolerância e preconceito na própria educação. De certa maneira a escola é um espaço e tempo de construção e afirmação de identidade.

O projeto Educação e capoeira em Benjamin Constant é uma resposta à necessidade e andamento de ações afirmativas em regiões distantes e carentes do país. De certa forma, confirma que a universidade tem desempenhado este papel, apesar de tímido ainda, muito devido a incompreensão de grande parte de seus profissionais que necessitam de formação teórica e prática para lidar com estas temáticas.

Demonstra paralelamente, que os profissionais da educação em diversos níveis, podem ser grandes aliados no tocante a mudança de pensamento com relação a capoeira. Esta arte além de inclusiva é altamente educativa e formadora e mostra que a educação brasileira tem presente um grande aliado que precisa ser bem inserido no campo da formação de crianças e jovens do Brasil.

O projeto segue aceitando e lidando com o desafio de luta contra o preconceito para com a capoeira e racismo para com a população negra, como também da população indígena, Reafirmando a luta do povo negro que teve início nas batalhas por sua liberdade desde a mãe África para o Brasil e a capoeira é um desses legados.

### **Referências Bibliográficas**

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil. Contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

*Estatuto da Associação de Capoeira Negros no Amazonas*, Benjamin Constant, 2016.

FERNANDES, Florestan. *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. – São Paulo: Global, 2006.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008

*Projeto Político-pedagógico do curso graduação em Antropologia*. Universidade Federal do Amazonas, 2006.

RAMOS, Arthur. *O Negro na Civilização Brasileira*. Vol. I. – Rio de Janeiro: Guanabara, 1971.

RAMOS, Artur. *Introdução à antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Casa do Estudante do Brasil. 2 v., p. 251-253.1961.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Sites consultados:

Disponível em: [www.camara.leg.br/lei nº11.645](http://www.camara.leg.br/lei_nº11.645), de 10 de março de 2008.



## **O ensino de física moderna nas escolas públicas do Amazonas**

*Wagner Batista Cabral  
Kamilla Ingrid Loureiro e Silva*

### **Introdução**

O presente trabalho parte de um estudo realizado em reflexão sobre o ensino de Física Moderna nas escolas públicas de ensino médio do Amazonas. Surge da problemática: Como inserir a Física Moderna nas escolas públicas, diante da dificuldade já existente de apresentar todos os conteúdos relevantes ao ensino médio na disciplina de Física. O estudo tem objetivo de unificar o ensino da Física Clássica com a física moderna para alunos da rede estadual de ensino.

A questão problemática partiu das dificuldades apresentadas por professores da disciplina de Física em conseguir ministrar o conteúdo de física moderna, sendo já complexo passar todo o conteúdo de física clássica nos três anos de formação do aluno no ensino médio. Com novas formas de avaliações, mais completas e ligadas a uma maior realidade do aluno com o cotidiano, é indispensável que haja uma atualização dos professores, da rede pública do estado do Amazonas, nos conteúdos mais cobrados nos vestibulares e ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Utilizou-se um estudo bibliográfico para que fosse discutido a inclusão do conteúdo de Física Moderna para os alunos dentro de sala de aula nas escolas públicas. Dentre tantos conteúdos já necessários para um estudante de ensino médio, é de grande importância a inclusão de um assunto que recentemente vem sendo muito discutido e cobrado em avaliações do ensino médio. A realidade da física tem mudado, saindo um pouco do macro (Física Newtoniana) para um micro (Física Moderna).

Referente a opção metodológica, Boccato afirma que,

a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação. (Boccato, 2006).

Ainda sobre a opção metodológica, GIL destaca a principal vantagem deste tipo de pesquisa, que segundo ele

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômeno muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. GIL (2002, p. 45)

Atualmente, mesmo com todo o esforço de um professor de física, tem sido difícil abordar todo o conteúdo de Física. Ela que é dividida em Mecânica (primeiro ano do ensino médio), Termologia e óptica (segundo ano do ensino médio) e eletricidade e magnetismo (terceiro ano do ensino médio), e agora faz-se necessário a inclusão da Física moderna, podendo esta ser inserida em duas partes, uma no primeiro ano e outra no terceiro ano do ensino médio.

### **A Física Moderna**

A física moderna é um ramo da física, apresentada no início do século XX, que trouxe respostas e novas concepções sobre a física clássica. A física moderna possibilitou estudos em escalas minúsculas, trazendo uma nova percepção sobre o espaço tempo. O estudo teve início com algumas descobertas de importantes físicos como Albert Einstein, Max Plank, Niels Bohr, Erwin Schrödinger, Werner Heisenberg, Louis de Bro-

glie, entre outros com trabalhos significativos na teoria quântica e a teoria da relatividade.

O ensino de física moderna para alunos do ensino médio tem grande importância para o seu desenvolvimento, não sendo utilizados os conceitos apenas para exames, sendo este o foco maior do estudo, mas também para o ingresso em universidades.

Segundo Alvetti:

o ensino da física no ensino médio não pode privilegiar uma formação que apenas prepare para a universidade, mas, sim, que prepare o indivíduo para uma intervenção mais crítica na realidade que o cerca. (Alvetti, 1999)

A Física Clássica é dividida em três níveis de conhecimento para facilitar a aprendizagem do aluno e a física moderna também tem divisões, ela pode ser dividida em Mecânica Quântica e o estudo da Relatividade.

Conforme Helerbrock define:

A Física Clássica é aquela que envolve fenômenos que ocorrem em **escalas macroscópicas**, como **movimento dos astros e projéteis, funcionamento de máquinas térmicas, acústica, óptica geométrica, hidrostática, eletrostática, eletrodinâmica clássica**, etc. Esse ramo da Física foi desenvolvido ao longo da história por grandes nomes, como Isaac Newton, Galileu Galilei, Johannes Kepler, **Lorde Kelvin**, entre outros.

A **Física Moderna**, por sua vez, é responsável pela descrição de fenômenos microscópicos, como aqueles que acontecem em **escalas subatômicas**, cuja ordem é inferior aos nanômetros. Também atribui-se à Física Moderna o estudo de corpos que se movem com velocidades relativísticas, ou seja, próximas à velocidade da luz. Dessa forma, foram explicados fenômenos como decaimento radioativo, fissões e fusões nucleares, efeito fotoelétrico, etc. (Helerbrock, 2020)

Com isso, uma renovação na grade curricular de Física no ensino médio passaria a ser necessário em duas etapas, podendo a primeira etapa ser inserida no estudo da Mecânica e a segunda etapa no estudo da Eletricidade e magnetismo, sendo assim, seriam incluídos o estudo da Relatividade e o estudo da Mecânica Quântica em cada etapa respectivamente.

Existem diversos conteúdos ligados à física quântica que podem relacionar o aprendizado do aluno com o seu cotidiano. Como exemplos podemos citar: efeito fotoelétrico, átomo de Bohr, leis de conservação, radioatividade, forças fundamentais, dualidade onda-partícula, fissão e fusão nuclear, origem do universo, raios-X, metais e isolantes, semicondutores, laser, supercondutores, partículas elementares, relatividade restrita, big bang, estrutura molecular e fibras ópticas.

Segundo Oliveira, Vianna, Gerbassi em seus argumentos [...]

[...] apoiados numa revisão de literatura sobre a atualização do currículo de física do ensino médio, destacam algumas razões:

Despertar a curiosidade dos alunos e ajudá-los a reconhecer a física como um empreendimento humano;

Os estudantes ouvem falar em temas como buracos negros e big bang na televisão ou em filmes de ficção científica, mas nunca nas aulas de física.

O ensino de temas atuais da física pode contribuir para transmitir aos alunos uma visão mais correta dessa ciência e da natureza do trabalho científico, superando a visão linear do desenvolvimento científico, hoje presente nos livros didáticos e nas aulas de física. (Oliveira, Vianna, Gerbassi, 2007 apud Ostermann e Moreira, 2000, p. 391)

A física moderna tem uma grande importância no avanço científico e tecnológico, várias áreas do conhecimento cresceram de maneira surpreendente, graças aos frutos os avanços da física moderna. Diversos conceitos da física moderna estão presentes em filmes, séries, revistas, jornais, sites; essa profusão de temas cria um interesse nos alunos em conhecer o que está sendo comentado. É muito comum para qualquer aluno do ensino médio ouvir falar na teoria da relatividade de Albert Einstein e, também, sobre o universo quântico. No entanto, esse grande interesse e a busca pelo assunto encontram uma barreira no conhecimento básicos da física clássica: especialmente na forma que é apresentada a estes alunos. A dificuldade em compreender algumas fórmulas físicas, reflexo

da deficiência do domínio de ferramentas da matemática básica, assusta e acaba afastando o desejo por estes conhecimentos.

Porém, é possível haver estudos de mecânica Quântica e teorias relativistas, sem a necessidade de serem acompanhadas de fórmulas matemáticas; na verdade, até mesmo na física clássica existem diversos conteúdos que poderiam ser apresentados sem a aplicação destas fórmulas.

O estudo da física moderna passa por assuntos que despertam a curiosidade dos alunos, podendo ser ela o grande elo em aproximar os alunos ao estudo físico do universo. O distanciamento dos alunos com a disciplina de Física já é provado por meios de avaliações anuais, onde a física é uma grande vilã das notas obtidas em exames do ensino médio, mas o estudo curioso da física moderna poderia mudar esta realidade.

Para Ostermann e Moreira, 2000 apud Terrazzan (1992,1994):

a tendência de atualizar-se o currículo de Física justifica-se pela influência crescente dos conteúdos contemporâneos para o entendimento do mundo criado pelo homem atual, bem como a necessidade de formar um cidadão consciente e participativo que atue nesse mesmo mundo. (Ostermann e Moreira, 2000 apud Terrazzan, 1994)

Fica clara, então, a importância da inclusão do estudo de física moderna nas escolas públicas do estado do Amazonas. No entanto, inserir conteúdos novos em uma grade curricular de escolas públicas, onde nem mesmo os ensinamentos de física clássica estão sendo completos, seria uma atividade árdua e complexa. Precisando passar por uma reformulação da grade curricular.

### **A Grade Curricular de Física para Estudantes do Ensino Médio em Escolas Públicas do Amazonas**

No Amazonas, assim como, em todos estados do país, seguimos os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCN), onde se afirma que:

O currículo, enquanto instrumentação da cidadania democrática, deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capa-

citem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva. (Curriculares Nacionais do Ensino Médio)

Ao concluir o ensino médio o aluno deve estar apto, na disciplina de física, na compreensão e solução de problemas básicos. Segundo as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, a respeito de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, que inclui o estudo da física para o ensino médio:

Busca-se proporcionar aos alunos a aquisição de elementos de compreensão e/ou manuseio de aparatos tecnológicos, de máquinas e dos processos de produção industrial e outras atividades profissionais. Essa pode ser uma forma de se entender a preparação para o trabalho da qual trata a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996 e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. (Orientações Curriculares para o Ensino Médio, a respeito de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias)

Deve-se alcançar um conhecimento tecnológico para a compreensão do mundo atual. A física moderna é a área que pode fazer a ligação entre o conhecimento básico de física com as novas tecnologias. As Orientações Curriculares ditam ainda que:

Deve-se tratar a tecnologia como atividade humana em seus aspectos prático e social, com vistas à solução de problemas concretos. Mas isso não significa desconsiderar a base científica envolvida no processo de compreensão e construção dos produtos tecnológicos. (Orientações Curriculares para o Ensino Médio, a respeito de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias)

Apesar de ser um dos temas apresentados nas orientações curriculares, onde diz *“Tema 5: Matéria e radiação (unidades temáticas: matéria e suas propriedades, radiações e suas interações, energia nuclear e radioatividade, eletrônica e informática).”* A realidade vivenciada nas escolas públicas do Amazonas é muito diferente. Na verdade, o estado ainda está longe de alcançar na disciplina de física uma porcentagem razoável dos temas descritos no texto. Então por que e como devemos inserir a física moderna na grade curricular do estado?

No ano de 2012 foi publicado no Estado do Amazonas: a proposta curricular do ensino médio: Matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias. Onde o documento refere-se sobre mudanças no ensino:

A mudança é o sentido e o fundamento da vida. A verdade é que não há vida sem transformação e sem o aprimoramento permanente de nosso modo de pensar e ser e, sobretudo, de agir. (Proposta curricular do ensino médio: Matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias).

O documento versa sobre uma realidade não vivenciada até os dias atuais sobre o ensino de física moderna, pois apesar de serem inseridos títulos referentes a este ensino, até os dias atuais não foi realmente colocado em prática. Alguns livros didáticos utilizados nas escolas públicas trazem uma abordagem que versa sobre o assunto, no entanto a didática utilizada por professores do ensino médio não condiz ainda com a verdadeira física do cotidiano. Deixando assim, os alunos despreparados para os exames e vestibulares que cobram em massa os assuntos tecnológicos ligados a física moderna.

A realidade vivenciada ainda por alunos em sala de aula, não condiz com o que se é cobrado para a formação no ensino médio. Os professores ainda insistem em utilizar a prática do ensino de física arcaico, onde formulam questões baseadas em fórmulas matemáticas. A apresentação de assuntos teóricos de física quântica, por exemplo, pode criar uma nova imagem de mundo e realidade para os alunos formados no ensino médio.

Podemos mudar esta realidade apresentando noções de física moderna aos alunos, pois basta analisar os conteúdos das provas do ENEM para sabermos que os assuntos cobrados na disciplina de física estão ligados às novas tecnologias.

Ainda, segundo a proposta para o ensino de física, alerta que:

busca aproximar a Física Moderna e Contemporânea, por meio de tópicos que correspondam ao grau de instrução dos educandos do Ensino Médio, enfatizando os aspectos fenomenológicos e teóricos,

durante a abordagem da Física Clássica. Nesses tópicos serão explorados os limites dos modelos clássicos, por meio de comentários a textos essenciais. Os conceitos básicos serão analisados durante a exposição, visando a uma discussão mais atrativa para os educandos, e também fazendo a relação com situações do cotidiano, por meio de uma estratégia coerente. (Proposta Curricular de Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias para o Ensino Médio. – Manaus: Seduc – Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino, 2012. apud Cavalcante, 1998; Ostermann & Moreira, 2000)

Os exames nacionais têm buscado um conhecimento físico do aluno no ensino médio, inserir uma compreensão geral de mundo. Oliveira, Vianna, Gerbassi afirmam que:

Com relação ao ensino de física nesse nível de ensino, indicam que a escolha dos temas a serem abordados deve ser feita de modo que o conhecimento de física deixe de se estruturar como um objeto em si mesmo, passando a ser entendido como um instrumento para a compreensão do mundo. (Oliveira, Vianna, Gerbassi, 2007).

Para que haja melhora significativa dos alunos das escolas públicas do Amazonas nos exames nacionais, é necessário um novo modelo de ensinar física, e ao incluir a física moderna no ensino médio estaremos dando um largo passo no alcance deste objetivo.

Os exames têm se baseado fortemente em tecnologias, seguindo justamente os parâmetros curriculares, onde se afirma que:

Importa ainda compreender que, apesar de o mundo ser o mesmo, os objetos de estudo são diferentes, enquanto constructos do conhecimento gerado pelas ciências através de leis próprias, as quais devem ser apropriadas e situadas em uma gramática interna a cada ciência. É, ainda, cabe compreender os princípios científicos presentes nas tecnologias, associá-las aos problemas que se propõe solucionar e resolver os problemas de forma contextualizada, aplicando aqueles princípios científicos a situações reais ou simuladas. Enfim, a aprendizagem na área de Ciências. . (BRASIL, 2002)

## **A Inclusão da Física Moderna no Estado do Amazonas**

O ensino no Amazonas tem suas particularidades, existem vários fatores que contribuem para o baixo rendimento nas disciplinas do ensino médio dos alunos das escolas públicas do Estado, com a Física não é diferente. O Amazonas sendo um estado que possibilita a visitação em fábricas que possam apresentar a tecnologia para os alunos, o estudo de Física poderia ser mais prático e eficaz. No entanto, pensando nas dificuldades que temos em inserir todo o conteúdo de Física Clássica em escolas públicas do estado, como proceder e qual seriam a eficácia da inclusão de novos conteúdos?

A física clássica é recheada de fórmulas matemáticas, onde se faz necessário um conhecimento de matemática básica para a resolução de seus exercícios. Já a física moderna traz novos conceitos, uma nova realidade, onde a importância não são os cálculos matemáticos para o entendimento do universo, mas sim uma compreensão de tudo que está em volta do aluno no seu cotidiano, criando uma nova visão de mundo.

Conforme comenta Alvetti, 1999 apud Terrazan, 1994:

“A Física desenvolvida na escola média deve permitir aos estudantes pensar e interpretar o mundo que os cerca (...) Nesse nível de escolaridade devemos estar formando um jovem, cidadão pleno, consciente e sobretudo capaz de participação na sociedade. Sua formação deve ser o mais global possível, pois sua capacidade de intervenção na realidade em que está imerso tem relação direta com sua capacidade de leitura, de compreensão, de construção dessa mesma realidade.” (Terrazan , 1994, p. 39)

Estudar física moderna traz uma nova modalidade no estudo de Física, não sendo necessária a aplicação de fórmulas, ao fazer o aluno aproximar-se mais das ciências sem ter necessidade de aplicações de exercícios repetitivos com o intuito de memorização de fórmulas. A didática do estudo de Física no Ensino Médio utilizada por professores não sofre mudanças à décadas, o ensino de física moderna seria uma revolução no Ensino Médio por ter conteúdos mais teórico e mais ligados

ao cotidiano do aluno, tornando desnecessária a aplicação de tantos exercícios repetitivos.

A aplicação de fórmulas matemáticas em exercícios no ensino de física é apenas uma modalidade de aprendizagem, não sendo necessário para todo o estudo de física. Ainda sobre o ensino através destes exercícios, Machado (2009), argumenta que:

Nessa visão, as situações de ensino que, para a busca de sua solução, exigem do aluno apenas a aplicação imediata de conceitos, fórmulas e cálculos são entendidas apenas como exercícios. Nessa perspectiva entende-se que a aprendizagem dá-se com a participação de uma pessoa em um processo de observação, experimentação e/ou estudo sobre um fato ou uma informação ainda desconhecidos. Ao realizar esses processos os fatos ou informações passam a ser conhecidos pela pessoa, ou seja, ficam retidos na sua memória de forma a possibilitar que essa pessoa possa utilizá-los para a aquisição de novos conhecimentos ou solucionar problemas. (MACHADO, 2009, p.58)

Além disso, a física moderna traz para o aluno uma aproximação maior com o mundo em que vive. Ela faz o aluno pensar em teorias e abordagens significativas que o envolve. Por ser um Estado altamente tecnológico, o Amazonas pode ser o pioneiro na inclusão de física moderna para adolescentes da rede pública do país.

Entre diversos assuntos a serem estudados no Ensino Médio, pode-se incluir dos mais curiosos aos mais ligados a outras disciplinas, como a química, a biologia e a filosofia. A unificação de conhecimentos entre estas disciplinas pode influenciar no desejo de estudar física, este desejo que não é visto como comum com o estudo da física clássica.

Importante salientar que não existe uma hierarquia entre física moderna e física clássica, mas que uma é base de outra. E que para acontecer a inclusão de física moderna no ensino médio, precisa-se de professores qualificados e que acreditem nesta nova forma de ensino.

Afirmam Oliveira, Vianna, Gerbassi (2007):

“a atualização do currículo não pode ser desvinculada da preocupação com a formação inicial e continuada de professores. Não basta

introduzir novos assuntos que proporcionem análise e estudos de problemas mais atuais se não houver uma preparação adequada dos alunos das licenciaturas para esta mudança e se o profissional em exercício não tiver a oportunidade de se atualizar. Os professores precisam ser os atores principais no processo de mudança curricular, pois serão eles que as implementarão na sua prática pedagógica.” (Oliveira, Vianna, Gerbassi, 2007)

A preparação do corpo docente é essencial para a aplicação do ensino de física moderna no ensino médio. Professores devem estar preparados para que os conteúdos sejam aplicados conforme a curiosidade e vida cotidiana do aluno.

Ainda segundo Oliveira, Vianna, Gerbassi [...]

[...] É viável ensinar Física moderna e contemporânea no Ensino Médio, tanto do ponto de vista do ensino de atitudes quanto de conceitos. É um engano dizer que os alunos não têm capacidade para aprender tópicos atuais. A questão é como abordar tais tópicos [...] Se houve dificuldades de aprendizagem não foram muito diferentes das usualmente enfrentadas com conteúdos da física clássica [...] Os alunos podem aprendê-la se os professores estiverem adequadamente preparados e se bons materiais didáticos estiverem disponíveis. (Oliveira, Vianna, Gerbassi, 2007 apud Ostermann e Moreira, 2000, p. 391)

Inserir o estudo de física moderna aos alunos do ensino médio no Estado do Amazonas se torna eficaz tanto para um conteúdo didático como para o entendimento de um estado tecnológico. No Amazonas temos diversas fábricas situadas no polo industrial, a vivência destes alunos com a matéria seria mais próxima que em outros estados. Um conhecimento sobre partículas atômicas utilizadas próximo deles, traria um desejo enorme pelo conhecimento de onde vieram. Um conhecimento básico de física moderna pode trazer a curiosidade do aluno em querer conhecer um pouco mais sobre a diversidade da Amazônia, por exemplo.

A inclusão da física moderna vem sendo trabalhada ainda por outros Estados e no Amazonas pouco se tem discutido sobre a prática do assunto. Talvez a problemática maior

seja a escassez de referências literárias sobre o conteúdo. Como afirma Ostermann e Moreira (2000).

Em síntese, pode-se verificar que, além de ser um tanto escassa a literatura a respeito de questões metodológicas sobre o ensino da FMC nas escolas, há várias divergências a respeito de que caminho deve ser seguido. Em particular, o papel das analogias clássicas para o entendimento dos conceitos modernos, a ênfase ou não em pré-requisitos, a abordagem histórica ou “lógica” são pontos que geram muitas discordâncias. (Ostermann e Moreira, 2000)

As orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam a necessidade da abordagem de temas relacionados à Física Moderna do século XX no Ensino Médio:

Alguns aspectos da chamada Física Moderna serão indispensáveis para permitir aos jovens adquirir uma compreensão mais abrangente sobre como se constitui a matéria, de forma a que tenham contato com diferentes e novos materiais, cristais líquidos e lasers presentes nos utensílios tecnológicos, ou com o desenvolvimento da eletrônica, dos circuitos integrados e dos microprocessadores. (BRASIL, 2002, p.19)

Uma aprendizagem em física moderna soluciona um grande problema sofrido por alunos do Ensino Médio, existe a percepção de que tudo que rodeia o aluno, inclusive o conhecimento de física, tem importância, mas o aluno não consegue fazer a ligação do que é ensinado em sala de aula com a realidade do seu cotidiano.

Como consta nas bases legais do PCN...

A adolescente que aprendeu tudo sobre aparelho reprodutivo mas não entende o que se passa com seu corpo a cada ciclo mensal não aprendeu de modo significativo. O mesmo acontece com o jovem que se equilibra na prancha de surfe em movimento, mas não relaciona isso com as leis da Física aprendidas na escola. (PCN, 2000, p.79)

É imprescindível que o aluno que passa por três anos no ensino médio tenha uma formação completa de cidadão com o conhecimento de Física Moderna, para que tenha uma nova visão de Mundo e que consiga identificar diferentes tipos

de radiações presentes na vida cotidiana, conhecimentos sobre raios-X, ondas de rádio, forno micro-ondas etc.

Ao analisar a proposta curricular do ensino médio para o estudo de Física, percebe-se a inclusão de Física Moderna durante os três anos de formação do aluno. No entanto, o documento cita de forma superficial, não dando base para os docentes os assuntos a ser aplicados.

Como objetivos específicos da primeira série o texto diz afirma “*Conhecer tópicos essenciais da Física Moderna e Contemporânea, desmistificando os fenômenos relacionados à produção tecnológica do cotidiano*” afirmando ser necessário um conhecimento de física moderna nesta série, mas os livros didáticos e a metodologia utilizada por professores não condiz com o verdadeiro aprendizado, necessário, da física.

Os objetivos específicos referentes à física moderna da segunda série são: “*Reconhecer a importância de tópicos essenciais da Física Moderna e Contemporânea.*” E na terceira série não são citados tópicos específicos do ensino de física moderna. Partindo do princípio da divisão de física moderna, o texto torna-se ineficaz para o aprendizado. Seria mais eficaz um estudo específico da relatividade na primeira série e um estudo mais avançado da mecânica quântica na terceira série, onde o aluno está próximo de sua formação e tem embasamentos teóricos com facilitam a compreensão.

## **Conclusão**

No ensino de física realizado no estado do Amazonas, é essencial a inserção do estudo de Física Moderna no ensino médio. É certo que haverá um comprometimento maior por parte dos alunos da rede pública do Estado com o conteúdo e isto pode ser uma alavanca para a melhoria dos resultados em exames nacionais. Além disso, já existe um plano para a inclusão deste estudo, faz-se necessário a implementação do plano nas salas de aula do ensino público do estado. O Amazonas é um estado rodeado de tecnologias, e isto emerge uma curiosidade sobre o assunto.

A preparação do conteúdo parte dos professores, onde possam buscar entre diversos assuntos que a física moderna aborda, os essenciais para a construção dos jovens formados no ensino médio do estado. Utilizando-se ainda dos conceitos de física clássica para introduzir a compreensão de tempo e espaço para a física moderna.

### **Referências**

Alveti, Marco Antônio Simas. **Ensino de física moderna e contemporânea e a revista ciência hoje**. Santa catarina. 1999

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura - Secretaria de Educação Básica. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**, 2002.

**Documento Base do Plano Estadual de Educação do Amazonas PEE – AM**, 2015.

HELERBROCK, Rafael. **O que é Física Moderna?** Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/fisica/fisica-moderna.htm>> Acesso em: 02 de junho de 2020, 22:12:15.

OLIVEIRA, Fabio Ferreira de; VIANNA, Deise Miranda and GERBASSI, Reuber Scofano. **Física moderna no ensino médio: o que dizem os professores**. 2007

Ostermann, Fernanda e Moreira, Marco Antônio. **Uma revisão bibliográfica sobre a área de pesquisa “física moderna e contemporânea no ensino médio”**, 2000.

**Proposta Curricular de Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias para o Ensino Médio**. – Manaus: Seduc – Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino, 2012.

## **Sindicato, Covid-19 e Pós-Verdade**

*Ana Cristina Alves Balbino  
Michel Justamand*

### **Introdução**

Falar em sindicalismo, nos dias de hoje é conseguir trazer ao debate uma discussão política onde “a verdade” define-se por apenas uma acepção simplista: direita e esquerda. A temática tornou-se polarizada assim como qualquer referência à política. Em tempos de incertezas, o movimento sindical brasileiro passa por um período de desmonte de suas estruturas e de desafios. A ascensão de um governo com tendências autoritárias trouxe à memória o tempo dos Anos de Chumbo (nos referimos à ditadura civil-militar implantada a partir de 1964), onde pertencer ao movimento sindical era algo proibido e clandestino. Por isso, discutir a atuação sindical hoje, torna-se algo fundamental, essa importante instituição tem em sua história a superação dos embates impostos e a continuidade da luta em prol dos trabalhadores que representa.

Este artigo tem como objetivo contribuir para os debates sobre o papel do sindicato hoje (entidade máxima da representação coletiva) em tempos de pós-verdade e de Covid-19, com ênfase no campo educacional. Os autores, professores e militantes sindicais, trazem reflexões sobre suas experiências e perspectivas em tempos de autoritarismo, crise política e econômica, resultado da pandemia e do golpe iniciado em 2016; dizemos iniciado, pois entendemos que o projeto golpista continua em andamento.

A pandemia causada pela Covid-19 foi e está sendo usada pelo capital para o aumento da precarização do trabalho e a retirada de conquistas dos trabalhadores. Docentes que passaram a ter de ministrar aulas remotas sem preparo e respaldo das instituições, a diminuição de suas rendas, com medidas de

redução de carga horária e o desgaste psicológico em tempos de pandemia. O negacionismo de alguns governos alimenta as falas e dá respaldo a grupos que baseados em “suas convicções”, trazem a desinformação e o medo. Tempos difíceis.

### **Sindicalismo em tempos de Pós-Verdade**

Evidente que ser sindicalizado e militante significa não aceitar as imposições de um governo de direita e com posicionamentos que flertam com o fascismo. O golpe de 2016 alimentou o discurso de ódio voltado à esquerda, afastando os trabalhadores da participação sindical. A ascensão do projeto proposto por Jair Bolsonaro consolidou uma política trabalhista de desmonte das conquistas dos trabalhadores nas últimas décadas e maior precarização das condições de trabalho. A pandemia causada pela Covid-19 acabou servindo de justificativa para a crise econômica e consolidou o bordão presidencial “mais empregos e menos direitos”. Mas esta não é a verdade que se descortina. A retirada de conquistas foi resultado de um processo encaminhado pelos grandes empresários e por parte do Estado brasileiro antes mesmo do movimento golpista de 2016.

Os sindicatos sobrevivem e sobreviverão a mais esse golpe. A diminuição de sua arrecadação e as constantes políticas contra os trabalhadores fizeram com que as agremiações sindicais se reinventassem e vimos surgir a resistência. A própria aprovação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) permanente, neste ano de 2020, é um exemplo da vitória dos trabalhadores da educação, que por meio de debates e pressões junto aos parlamentares conseguiram garantir a manutenção do financiamento da educação básica.

Para entendermos o papel importante dos sindicatos, é necessário considerarmos a trajetória de luta, marcada por inúmeras adversidades, mas também por conquistas. O enfrentamento ao Estado faz parte da história sindical brasileira e mundial, uma experiência acostumada à perseguições e mé-

todos violentos de opressão. A organização desse trabalhador está e esteve pautada pela repressão estatal. Mas isso não impediu as conquistas, não apenas em nome de uma determinada categoria, mas em nome de todos os trabalhadores.

A agremiação sindical é resultado da “consciência de uma identidade de interesses entre todos os diversos grupos de trabalhadores” (THOMPSON, 1987, p. 17). Os sindicatos existem porque há uma identidade construída nas bases, na necessidade de organização e luta. A organização de base popular é o caminho a ser percorrido, para uma reforma estrutural, uma mudança social. Não há como pensarmos no poder do Estado e na luta para desconstruirmos na maneira como ele se levanta, sem antes observarmos as organizações nas fábricas, escolas, fazendas, sindicatos. São esses movimentos que apresentam melhores condições de promoverem as transformações (TRAGTENBERG, 2009), e o sindicato é um caminho fundamental.

A atuação/participação em ações sindicais trazem a/o autora/autor autonomia para o debate. Em vinte anos de experiência na educação básica e superior (relacionado a autora A. C. A. Balbino), conselheira estadual, eleita por meus pares, do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e Coordenadora da Subsede do município de Atibaia, do mesmo sindicato. Enquanto que o outro autor (M. Justamand) é associado e militante do mesmo sindicato, contribuindo com ações sindicais.

Na organização e na defesa dos interesses da classe, percebemos que trazer o trabalhador para a luta sindical é tarefa árdua, principalmente no atual momento político, que tanto influencia em nossas práticas políticas-sindicais. Muitos trabalhadores da educação, assim como aqueles de outras categorias, sentiram-se atraídos pelo discurso de mudança trazidos pela direita que se instalou no poder.

Hoje, os docentes na rede pública estadual de São Paulo, estão divididos em letras (categorias) algo que dificulta a articulação e as reivindicações, pois como não têm os mesmo

direitos, os interesses tornam-se diferentes. As políticas públicas adotadas por quase 30 anos de PSDB no governo do estado, foram pensadas para desarticular professores e o movimento sindical; somado a isso a própria base política nos cursos de formação docente não trazem a importância do debate da luta dos trabalhadores da educação. Deformam politicamente o professor que terá papel decisivo na formação de milhares de cidadãos brasileiros.

A ampliação dos cursos em nível superior nos governos do PT (2003 a 2016) trouxeram benefícios e deficiências, pois ao mesmo tempo que ampliaram a possibilidade de formação de nossos jovens, por meio de políticas públicas de incentivo aos alunos com menores condições econômicas, não teve a suficiente qualidade dos cursos oferecidos por faculdades, centros universitários e universidades. Delegou, no caso das instituições privadas, a interesses capitalistas a ânsia pela abertura de turmas, sem adequados instrumentos de controle sobre a preocupação na qualidade dos profissionais formados.

Quando falamos em formação, não estamos nos referindo apenas ao aspecto conteudista, mas a própria construção do ser político, que entendemos ser também propostos e apresentados pelos debates e discussões ao longo dos cursos de graduação, por exemplo, sem esquecermos as responsabilidades nessa área de outras entidades da sociedade civil. A experiência social trazida por jovens estudantes, de suas vivências familiares e sociais, devem ser discutidas, ampliadas e alargadas dentro das salas de aula, para que após a conclusão de seus cursos possam contribuir na construção de uma sociedade mais justa. E em meio a esta formação política, a participação sindical subentende-se impressa. Em nosso entendimento não existe formação política sem consciência sindical, associada a outras instâncias organizativas da sociedade.

Nas últimas décadas ao observarmos a atuação das agremiações sindicais, vemos uma tentativa do desmonte da organização dos trabalhadores, e em resposta, um constan-

te reinventar por parte das entidades de classe. Do chamado “novo sindicalismo” do início dos anos 80 aos dias atuais, verificamos uma constante atuação do mercado em controlar e dismantelar a organização dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo, também assistimos uma intensa resistência e um reinventar a cada momento por parte dos militantes sindicais. As chamadas “crises capitalistas” não impedem que as categorias se reinventem e criem novos mecanismos.

Apesar de todas as políticas de controle e repressão, as ações sindicais sobrevivem e mostram ao *status quo* que o trabalhador não tomba facilmente, frente às imposições.

Entregadores antifascistas buscam criar cooperativa com aplicativo próprio

Ideia já dá seus primeiros passos no Rio de Janeiro e deve crescer no país.

Sujeitos a precárias condições de trabalho com as entregas feitas por meio das grandes plataformas de delivery, motoboys do **Entregadores Antifascistas** estão se articulando para construir uma outra forma de trabalho. Mais justa, com melhores remunerações e sem patrão.

Impulsionados pelas duas edições do “**Breque dos Apps**”, paralisação dos trabalhadores contra os aplicativos como Ifood, Uber Eats, Rappi e Loggi, integrantes do grupo estão colocando em prática a construção de uma cooperativa.

Segundo Alvaro Pereira, uma frente de trabalho auto-organizada pelos motoboys sempre esteve no horizonte dos Entregadores Antifascistas. Com o incentivo das paralisações, os primeiros passos da **Despatronados** começaram a ser trilhados. (<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/01/entregadores-antifascistas-buscam-criar-cooperativa-com-aplicativo-proprio>)

A matéria anterior nos mostra não apenas as novas formas de reinvenção a luta de categorias até bem pouco tempo atrás inexistentes, mas também, e aí sim, mais importante, a não entrega por parte do trabalhador. Precisamos batalhar para que a luta nunca esteja morta. Essa luta que não apenas respira em novas categorias, mas também em funções mais tradicionais.

Greve dos Correios vai ser intensificada, dizem sindicatos  
Entidades que representam trabalhadores pretendem ampliar a gre-

ve se a direção da estatal não “abrir um canal de diálogo”.

Os sindicatos que representam os trabalhadores dos Correios prometeram intensificar a greve nacional, iniciada no último dia 17, por tempo indeterminado, até o dia em que a direção da estatal decidir “abrir um canal de diálogo” ou pedir dissídio coletivo - o que poderia levar o caso novamente ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), segundo as entidades. Até lá, os sindicatos pretendem ampliar a greve com “piquetes” (bloqueio do acesso ao local de trabalho) das unidades que ainda estiverem funcionando. <https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/greve-dos-correios-vai-ser-intensificada-dizem-sindicatos,97d4b5720c8d4ac142c9fa0c0cc62a-d29rg35pvi.html>

A luta sindical deve continuar mesmo diante de adversidades da atual política de desmonte. As várias categorias continuam atuantes, numa demonstração de não desistir do combate por melhores condições de trabalho, seja no setor público, privado ou em condições de trabalho precarizado, como a de entregadores de aplicativos. Não podemos deixar de observar que as lutas dos trabalhadores são políticas, e não apenas de caráter econômico. Não há como desvincular a política (inclusive partidária) das reivindicações econômicas e sociais. Por toda sua história, a luta dos trabalhadores está intimamente vinculada às questões políticas, a própria legislação é resultado de embates políticos. Em 2019, primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, assistimos ao desmonte da pasta do Ministério do Trabalho, uma derrota sem precedente na luta dos trabalhadores<sup>1</sup>.

A organização sindical tem marcado em sua história a reinvenção. Se no período da ditadura civil-militar, houve uma intensa perseguição, nos anos 90 a política neoliberal trouxe o desmantelamento provocado pela política de mercado, já nos dias atuais, vemos os poderes das Fake News no período denominado por alguns pensadores de: era da pós-verdade.

Assim, tão logo o golpe consolidou-se, o governo militar ordenou a intervenção em 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações). A cassação dos direitos políticos e a

---

<sup>1</sup> “Governo Bolsonaro anuncia o fim Ministério do Trabalho”, disponível em <http://sindipetro.org.br/governo-bolsonaro-anuncia-o-fim-ministerio-do-trabalho/>

instauração de inquéritos policiais militares contra os principais dirigentes sindicais cassados criaram, para os que conseguiram escapar à prisão imediata, a alternativa da clandestinidade ou do exílio. (MATTOS, 2009, p. 101)

Naquele momento de controle das massas e do distanciamento de qualquer movimento/ideologia que tivesse alguma relação com autonomia popular, a luta de classes seria fundamental. O governo civil-militar atrelou-se aos interesses de grandes empresários e os sindicatos passaram a sofrer intervenção estatal, recebendo em postos de lideranças personagens chamados de “pelegos”. Segundo Mattos, aquilo a que se assistiu nos anos seguintes foi uma perseguição violenta aos sindicatos, mas também novas formas de se reinventar para aqueles que conseguiram sair do controle estatal, com resistência e luta das oposições dentro das entidades noutros espaços da sociedade.

Com o fim do período ditatorial e a ascensão do “novo sindicalismo” entre o final dos anos 80 e início dos anos 90, assistimos a mais uma tentativa de engessar as agremiações sindicais. Os anos 90 viram uma nova queda das mobilizações de trabalhadores.

No interior das entidades, a queda dos índices de sindicalização (e, em muitas categorias no tamanho das bases), as dificuldades das direções em mobilizarem essas bases, problemas de sustentação financeira e as indefinições quanto às opções políticas das lideranças são alguns dos indicadores de uma situação de refluxo que, com ênfase variada, passou a ser vivenciada por diversas categorias, muitas das quais na ponta das lutas da década anterior. (MATTOS, p. 126)

Se nos anos 90 falávamos em reestruturação do trabalho, novas experiências e terceirização, para justificar a crise sindical, hoje as falas não mudaram. O curso cíclico não mudou, a política exploratória continua somada à uberização do trabalho, que atinge, inclusive, os profissionais da educação

Professor Uber: a precarização do trabalho invade a sala de aula. Sob o comando do tucano Duarte Nogueira, a prefeitura de Ribeirão Preto, no interior paulista, apresentou em julho um projeto para contratar aulas avulsas de professores por meio de um aplicativo de

celular, com o objetivo de suprir as ausências de docentes da rede municipal.

No “Uber da Educação”, como a proposta foi apelidada, o profissional não teria vínculo empregatício. Após receber a chamada, ele teria 30 minutos para responder se aceita a tarefa e uma hora para chegar à escola.

Com cerca de 5 mil habitantes, a cidade catarinense de Angelina, na Grande Florianópolis, também inovou, com a criação de uma espécie de leilão reverso para a contratação de professores. Em abril, a prefeitura publicou o Pregão nº 018/2017, baseado em uma licitação de “menor preço global”. (<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/professor-uber-a-precarizacao-do-trabalho-invade-as-salas-de-aula/>)

Os sindicatos conhecem, desta maneira, uma nova luta “legitimada” pela crise econômica atual e pelos interesses do grande capital. Os sindicatos da área da Educação, desse modo, têm um desafio que acabam extrapolando os interesses voltados para a manutenção da legislação e as melhorias das condições de trabalho, mas também por educação de qualidade. Não existe uma luta sindical da categoria dos profissionais da educação sem o atrelamento às melhorias na formação de nossas/nossas alunas/os. Hoje, vemos não apenas a precarização do trabalho, mas a incansável tentativa de controle de nossas aulas. A liberdade de cátedra, garantida pela Constituição Federal (art. 206) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 2º, incisos II, III, IV, XI e XII) sofre ataques constantes, num desrespeito à carta magna de 1988.

Se não bastassem todas as adversidades, desmonte das conquistas dos trabalhadores e governo ultraconservador, os profissionais da educação ainda têm que combater uma série de inverdades sobre a práticas pedagógicas dos professores por todo o país, ataques estendidos às entidades sindicais da categoria. A chegada ao poder do presidente Jair Bolsonaro, impulsionado pelas bancadas evangélica, bala e boi, trouxe ao debate um projeto de lei intitulado “Escola sem Partido”. Para que a proposta fosse aceita pela maioria da população uma série de histórias criadas por grupos ultraconservadores foram lançadas ao debate. As redes sociais tornaram-se campo fér-

til para essas discussões e um clima de ódio e perseguição aos professores foi criado.

O Projeto de Lei chamado “Escola Sem Partido” pretendia alterar os Artigos da Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996 que afirmam que “a educação é dever da família e do Estado inspirada por princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade” (Artigo 2º) e “as bases e os princípios de liberdade, solidariedade, respeito e tolerância nos quais o ensino deve ser ministrado” (Artigo 3º). Em especial “às convicções dos estudantes e dos seus pais, ou responsáveis, tendo os valores da ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa vedada à transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas” (ZAN e MAZZA). O projeto, rejeitado pelo Supremo Tribunal Federal em junho de 2020, encontrou campo fértil nas redes sociais e na disseminação de informações falsas junto à população. Mais uma vitória computada a professores e sindicatos, que com o apoio da sociedade consciente das entrelinhas do projeto, conseguiram derrubar quaisquer tentativa de implantar a proposta.

Estamos num momento de “construção das verdades”. Todos aqueles que não se enquadram em ideologias defendidas por grupos radicais de direita acabam sofrendo intensos ataques nas redes sociais. Essas agressões viralizam e centenas de pessoas passam a “curtir” e/ou compartilhar as informações ditas como verdades; para Harari “uma vez mentira, sempre verdade” (2018, p. 293). A pós-verdade surge quando as pessoas passam a não mais discernir o que é verdade e o que é mentira. As pessoas perderam a sensibilidade de discernir a verdade da mentira, manipulam a verdade sem culpa. É o que ele define como pós-verdade, ou seja, a manipulação das informações, dos fatos (KEYES, 2018).

Verdade tornou-se algo difícil de conceituar nas sociedades ditas modernas, esse fenômeno é mais comum em países onde as democracias ainda não estão consolidadas e que

tiveram em suas histórias recentes experiências com o autoritarismo (SAMPAIO, 2009). O que se esperar quando o próprio ministro da educação espalha uma notícia fake?

Weintraub: “O País vive a maior revolução do ensino nos últimos 20 anos”

Segundo o ministro, o maior feito do governo foi retirar o kit gay das escolas e colocar livros para os estudantes lerem com as famílias. O ministro da educação Abraham Weintraub afirmou durante reunião da Comissão de Educação na Câmara dos Deputados que o país “vive a maior revolução na área do ensino dos últimos 20 anos”. “O símbolo máximo disso é que sai o kit gay e entram livros para as crianças lerem com os pais, as crianças que estão fora das creches começarão a chegar no ano que vem, teremos internet a todas as escolas públicas do Brasil”, declarou durante a sessão. O “kit gay” era, na verdade, um material educativo chamado “Escola sem Homofobia”, que tinha como objetivo combater a violência e o preconceito contra a população LGBT (composta por travestis, transexuais, gays, lésbicas, bissexuais e outros grupos). O material foi suspenso pela então presidenta Dilma Rousseff após críticas de setores conservadores. (<https://www.cartacapital.com.br/educacao/weintraub-o-pais-vive-a-maior-revolucao-do-ensino-nos-ultimos-20-anos/>)

A matéria da Revista Carta Capital de dezembro de 2019 nos remete a uma fala do ex ministro da educação Abraham Weintraub de que no governo de Dilma Rousseff as escolas de educação básica receberiam o chamado “kit gay”. Essa notícia foi amplamente divulgada e debatida pela chamada “banca da Bíblia” e se espalhou rapidamente pelas redes sociais. Na eleição de 2018, o então candidato Jair Bolsonaro, utilizou-se de suas redes sociais para prometer que nas escolas não haveria incentivos ao sexo, como o que queria o governo do PT com o “kit gay”.

Observamos que o embate político utilizou-se do plano da educação para seus projetos e imposições. Professores passaram a ser perseguidos e vigiados. Propostas de denúncia às práticas docentes também estiveram no centro do debate, quando uma deputada estadual do PSL catarinense, propôs em suas redes sociais, que jovens filmassem seus professores durante as aulas, numa verdadeira afronta à lei de liberdade de cátedra.

Deputada estadual do PSL eleita por SC incita alunos a filmar e denunciar professores

Secretaria de Educação assegura 'liberdade de ensino' e diz que uso de celulares é proibido em escolas públicas e privadas do estado.

A deputada estadual eleita por Santa Catarina Ana Caroline Campagnolo (PSL), de **Itajaí**, fez uma publicação em redes sociais na noite de domingo (28) oferecendo um contato telefônico para alunos enviarem vídeos de professores em sala de aula que estejam fazendo “manifestações político-partidárias ou ideológicas”. O Ministério Público (MPSC) informou que foi aberto um procedimento para apurar possível violação ao direito à educação dos estudantes. <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2018/noticia/2018/10/29/deputada-estadual-do-psl-eleita-por-sc-incita-alunos-a-filmar-e-denunciar-professores.ghtml>

Observamos que a democracia no Brasil e no resto do mundo, é algo ainda em construção, frágil e vulnerável. É necessário que todos os personagens que compõem a sociedade brasileira sejam incorporados e sintam-se representados nesse processo. As mentiras produzidas por influenciadores, artistas e membros do poder político podem causar danos que levarão anos para serem desfeitos, ou não, podendo consolidar-se na História (BALBINO e JUSTAMAND, 2019).

Desta caráter, professores e sindicatos acabam tendo um papel fundamental no embate contra as fakes. Discutir com nossos alunos a importância pela busca da verdade é peça chave para a valorização da ética e do próprio conhecimento. A militância sindical também torna-se importante porque traz o debate e organiza a categoria na luta contra as imposições daqueles que pretendem amordaçar os profissionais da educação. Para José de Souza Martins vivemos “o tempo curto do falso”.<sup>2</sup>

## **Considerações Finais**

O desafio é enorme para os educadores. Estamos em meio a uma tempestade onde não há perspectiva de mudança num curto prazo. As esperanças desenham-se para as próximas eleições. Mas o que esperar? A articulação dos trabalhadores deve encontrar caminhos que levem ao descortinamento da

---

2 Seminário “Pós-Verdade”, 11 de setembro de 2018, Centro de Convenções da Unicamp.

“verdade” que se impõe. Mais uma vez, os trabalhadores têm a sua frente a luta que de tempos em tempos surge para desconstruir as conquistas. Felizmente a história nos mostra que sempre vale a pena, é ela que traz força para a luta.

É evidente que os dias de hoje trazem traços marcantes desse novo momento, o da pós-verdade em tempos de pandemia. Onde não apenas as ruas tornam-se palco de nosso protagonismo, mas também as redes sociais, onde as mentiras e as tentativas de desarticulação e desmonte ocorrem com cada vez mais força. É difícil entender como anos de estudos de campo e em laboratórios são questionados por grupos extremistas e religiosos que associam a pandemia para fatores políticos e negam a eficácia de vacinas. Essas pessoas acreditam em sua própria ignorância, se fecham em seu próprio ciclo, alimentando suas convicções, grupos que não contestam posições, na inexistência de uma rede de debates (HARARI, 2018).

Assistimos inquietos a manifestações negacionistas, contra o isolamento social e anti-vacinas. Pessoas certas de suas convicções como numa simples apresentação de power point, e “tudo que é sólido desmancha no ar”. A frase de Karl Marx popularizada por Marshall Berman nunca foi tão atual.

Desta maneira, entendemos a necessidade da valorização do conhecimento, da Ciência e, a fundamental, participação social em todos os estratos do conhecimento. Trazer a população para o debate, seja por meio de escolas, universidades, seminários, rodas de conversas, sindicatos e diferentes entidades associativas. Alimentar os sonhos de um mundo melhor, onde todos se sintam representados e respeitados.

### **Referências Bibliográficas**

BALBINO, Ana Cristina Alves e JUSTAMAND, Michel. “Reflexões sobre o termo Pós-Verdade”, in CAMPOS, Ana Maria de Mello; JUSTAMAND, Michel; e CAMPOS Sebastião Melo. **Fazendo Antropologia no Alto Solimões 25**. Alexa Cultural: São Paulo, EDUA: Manaus, 2019.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

HARARI, YuvalNoah. **21 lições para o século 21**. Trad. Paulo Geiger – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KEYES, Ralph. **A era da pós-verdade – Desonestidade e enganação na vida contemporânea**. Trad. Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAZZA, Débora e ZAN, Dirce. “Escola sem partido? É possível?”, in <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/educacao/escola-sem-partido-e-possivel>

SAMPAIO, José Adércio Leite e ALMEIDA, Alex Luciano Valadares de. “Verdade e História: por um direito fundamental à verdade”, in SOARES, Inês Virgínia Prado e KISHI, Sandra AkemiChimada. **Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa – II a maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 4ª Edição

TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

### **Sites/Endereços Eletrônicos**

<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/01/entregadores-antifascistas-buscam-criar-cooperativa-com-aplicativo-proprio>

<https://www.cartacapital.com.br/educacao/weintraub-o-pais-vive-a-maior-revolucao-do-ensino-nos-ultimos-20-anos/>

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/professor-uber-a-precarizacao-do-trabalho-invade-as-salas-de-aula/>

<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2018/noticia/2018/10/29/deputada-estadual-do-psl-eleita-por-sc-incita-alunos-a-filmar-e-denunciar-professores.ghtml>

<http://sindipetro.org.br/governo-bolsonaro-anuncia-o-fim-ministerio-do-trabalho/>

<https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/greve-dos-correios-vai-ser-intensificada-dizem-sindicatos,97d4b5720c8d4ac142c9fa0c0cc62ad29rg35pvi.html>

# **Análise Econômico-Financeira de uma Pequena Indústria Familiar do Segmento de Gelados Comestíveis**

*Lady Anne Frota Fernandes  
Kamilla Ingrid Loureiro e Silva  
Edileuza Lobato da Cunha*

## **Introdução**

As empresas familiares são organizações presentes em todo o mundo e, desde os primórdios da era artesanal, tem significativa contribuição para o desenvolvimento regional, ocupando uma posição de destaque no âmbito dos negócios, representando muitas vezes a base da economia (FREITAS, 2005, p.31). Por congregarem dois importantes preceitos sociais, o trabalho e a família, as empresas familiares figuram uma das instituições mais antigas, numerosas e importantes para a geração de emprego e renda.

Para garantir a perenidade dessas organizações faz-se necessário uma boa administração e uma equipe empenhada para o crescimento e desenvolvimento dos objetivos empresariais. Haja visto que os maiores problemas encontrados nas empresas familiares residem no fato de sua composição ter como base o relacionamento familiar. Conforme Mabryni (2002, p. 30), *“quanto maior a interação entre os sistemas familiar e empresarial, maiores serão os conflitos. Esses conflitos geram para a maioria dessas empresas, problemas em suas gestões”*. O que acaba culminando muitas vezes, na morte precoce dessas organizações.

A falta de planejamento aparece em primeiro lugar como a principal causa para o insucesso, seguida de deficiências de gestão (gerenciamento do fluxo de caixa, vendas/comercialização, desenvolvimento de produto etc.), políticas de apoio insuficientes, conjuntura econômica e fatores pessoais (problemas de saúde, criminalidade e sucessão). Apesar dos fatores externos ao negócio serem críticos, como é o caso das políticas de apoio, as principais causas de falência também resumem-se ao planejamento e correta gestão do negócio, que

é decorrente de um bom planejamento (DORNELAS, 2008, p.80).

Segundo essa ótica, é notória a importância da gestão financeira para subsidiar o processo decisório adequado e evitar os problemas financeiros que a falta de informação que uma gestão desorganizada cria.

Com o intuito de investigar essa questão financeira de uma pequena indústria familiar, este artigo delimitou-se em analisar a gestão econômico-financeira de uma indústria familiar do segmento de gelados comestíveis. Averiguando se os gestores estão administrando as finanças de modo eficiente. Pois, a continuidade da empresa é garantida com departamentos bem estruturados, um sistema adequado de informações que resultam em uma fácil visualização do desenvolvimento patrimonial da empresa.

Com isso, o produto final deste trabalho, justifica-se por sua extrema utilidade para a organização estudada bem como para o enriquecimento acadêmico e de formação profissional, pois irá aliar embasamento teórico à análise e compreensão das práticas desenvolvidas na empresa. A indústria estudada ganhará uma análise do seu controle interno administrativo e contábil que pode resultar no aprimoramento da sua gestão, tendo em vista que poderá utilizá-lo para gerar informações úteis para a sua evolução patrimonial.

Segundo o SEBRAE<sup>1</sup> (2018), existem cerca de 6,4 milhões de estabelecimentos comerciais, dentre as quais 99% correspondem a micro e pequenas empresas e respondem por 52% dos empregos de carteira assinada no setor privado. Essas micro e pequenas empresas costumam ser administradas tanto nos âmbitos financeiro e comercial, por seus donos, que, embasam sua gestão em fatores como experiência anterior no ramo, conhecimento dos aspectos legais, clientes e fornecedores. A mortalidade dessas empresas está associada, principalmente, a: deficiências no planejamento prévio do negócio; deficiências na gestão empresarial; insuficiência de políticas de apoio, conjuntura econômica deprimida (baixo consumo e elevada concorrência); e problemas pessoais dos sócios-pro-

---

1 SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

prietários.

Para minimizar essas deficiências e tomar decisões mais acertadas em termos de gestão, é de fundamental importância ter conhecimento do valor da empresa, realizar avaliações considerando parâmetros como estrutura de capital, fluxo de caixa, lucro, perspectivas do setor, alavancagem, entre outros.

Diante do desconhecimento de tais informações em grande parte das empresas de pequeno porte no Brasil e no estado do Amazonas, o estudo é direcionado à análise da empresa Delta, onde é apresentada a seguinte questão: ‘Qual é a situação econômico-financeira de uma indústria de pequeno porte no ramo de gelados comestíveis durante o período de 2016 à 2018?’ Para responder esse questionamento, será analisada a situação econômico-financeira da empresa, através dos Balanços Patrimoniais e das Demonstrações de Resultado de Exercício, nos anos de 2016 a 2018.

Este estudo teve como objetivo geral analisar a situação econômico-financeira de uma indústria de pequeno porte no ramo de gelados comestíveis durante o período de 2016 a 2018 com o intuito de produzir ferramentas e diagnóstico que auxiliem na tomada de decisões da empresa. Para se atingir este objetivo fez-se necessário: realizar um levantamento da situação patrimonial da empresa, realizar a análise econômico-financeira da empresa, comparando com os índices obtidos no comparativo contábil dos últimos 3 anos identificando às possíveis falhas e apontar alternativas para a continua melhoria de sua atuação e comparar o que foi analisado na empresa estudada com o que foi pesquisado na fundamentação teórica.

### **Fundamentação teórica**

Neste tópico serão apresentados os conceitos fundamentais que norteiam o desenvolvimento deste trabalho cujo objetivo é promover o entendimento necessário dos dados econômico e financeiros e auxiliar na compreensão da análise da organização.

## **Demonstrações contábeis**

Com base nos demonstrativos contábeis é possível gerar informações sobre a situação econômica e financeira da organização. Através dessas informações, um gestor pode tomar decisões acerca do futuro da empresa, como investimento em novos maquinários, ampliação ou redução do parque fabril e do quadro funcional, são também com essas informações que acionistas decidem seus investimentos.

As demonstrações financeiras ou demonstrações contábeis são relatórios elaborados com base na escrituração mercantil mantida pela empresa, com a finalidade de apresentar aos diversos usuários informações principalmente de natureza econômica e financeira, relativas à gestão do Patrimônio ocorrida durante um exercício social. (RIBEIRO, 2009, pg. 37)

Os demonstrativos financeiros contam com um lapso temporal onde as entidades têm um prazo para apurar seus resultados e elaborar as demonstrações, denominado de exercício social e compreende o período de 12 meses, não havendo obrigatoriedade de coincidir com o ano civil. Salvo em sua exceção determinada pelo artigo 175 da lei nº 6.404/76, onde discorre que em casos de alteração estatutária e nos casos de constituição, o exercício social poderá ter duração diversa.

A Lei nº 6.404/1976 e suas atualizações através das Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, que ao final de cada exercício social a organização deverá apresentar os seguintes demonstrativos financeiros: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (DLPA), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) e se companhia aberta, demonstração do valor adicionado (DVA). No entanto, para este estudo serão utilizadas apenas o BP e o DRE, que são fundamentais para a produção de análises econômico financeiras.

### **Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial é uma demonstração cujo intuito é evidenciar, qualitativa e quantitativamente, em uma

data, o patrimônio de uma organização, bem como abranger todos os bens e direitos, tanto tangíveis (materiais) como intangíveis (imateriais), as obrigações e o patrimônio líquido da entidade, de acordo com a Lei 11.638/2007.

Tabela 01 – Estrutura do Balanço Patrimonial - BP

<b>ATIVO</b>	<b>PASSIVO</b>
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Ativo Realizável a Longo Prazo	Patrimônio Líquido
Investimento	Capital Social
Imobilizado	Reservas de Capital
Intangível	Reservas de Reavaliação
	Reservas de Lucros
	Lucros ou Prejuízos Acumulados

Fonte: Elaborada pela própria autora com base em Matarazzo (2010)

Segundo Assaf Neto (2011), é possível identificar na estrutura do Balanço em seu lado direito, as Obrigações e Patrimônio Líquido da Empresa, que revelam a onde os recursos totais que a empresa tem a sua disposição estão investidos. Já no lado esquerdo, encontra-se o Ativo, onde estão relacionadas as aplicações dos recursos realizadas pela empresa ao longo do exercício social, ou seja, seus bens e direitos.

### **Demonstração do Resultado do Exercício**

De acordo com Matarazzo (2010) o DRE demonstra os aumentos e reduções através das operações organizacionais causados no patrimônio líquido. O aumento do ativo é representado pelas receitas, podendo ser ocasionado pela entrada ativos como duplicatas a receber ou verba proveniente de transações. O reflexo da redução do Patrimônio Líquido são as despesas, através de dois caminhos, ou aumento do Passivo exigível ou redução do ativo.

A Demonstração do Resultado retrata apenas o fluxo econômico e não o fluxo monetário (fluxo de dinheiro). Para a Demonstração do Resultado não importa (em princípio) se uma receita ou despesa tem reflexos em dinheiro, basta apenas que afete o Patrimônio Líquido. Por exemplo, a depreciação é uma despesa não desembolsada; a receita de equivalência patrimonial (em controladas e coligadas) é uma receita devida ao aumento dos investidores (e do Patrimônio Líquido), sem necessariamente, entrada de recursos em caixa. (MATARAZZO, 2010, pg. 30)

Tabela 02 – Estrutura do Demonstrativo de Resultado do Exercício  
- DRE

RECEITA BRUTA DE VENDAS/SERVIÇOS
(-) Deduções, Descontos Concedidos e Devoluções
(-) Impostos sobre Vendas
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
Custo da Mercadoria/produtos vendidos e dos serviços
(-) prestados
(=) LUCRO OPERACIONAL BRUTO
(-) Despesas com Vendas
(-) Despesas Gerais e Administrativas
(-) Outras Despesas Operacionais
Outras Receitas Operacionais
(=) RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO
(-) Despesas Financeiras Líquidas
(-) Despesas Não Operacionais
(-) Receitas Não Operacionais
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA
(=) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Participação de Debêntures, Empregados, Administrado-
(-) res e Partes Beneficiárias e Fundo de Assistência e Previ-
dência de Empregados
(=) LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
(=) LUCRO POR AÇÃO

Fonte: Elaborada pela própria autora com base em Assaf Neto e Lima (2011)

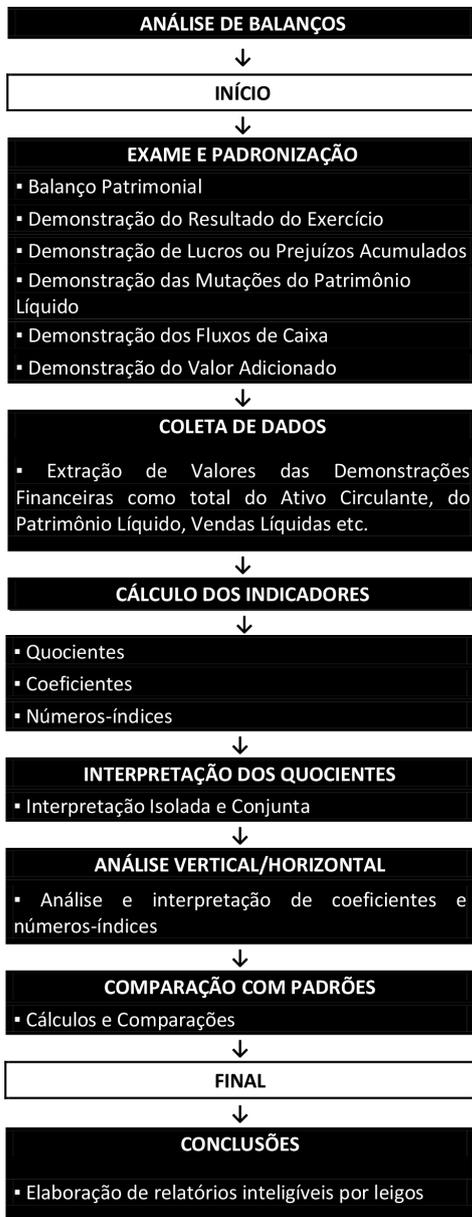
### **Análise econômico financeira**

O Balanço Patrimonial e o Demonstrativo do Resultado do Exercício contêm dados que proporcionam análises através de técnicas e cálculos de indicadores financeiros.

Conforme Ribeiro (2009), tomando por base os elementos integrantes das Demonstrações do Resultado do Exercício, é possível realizar uma análise do panorama econômico da organização, através do estudo e interpretação dos resultados alcançados pela gestão dos recursos. Esse estudo possibilita descobrir a rentabilidade obtida pelo capital investido na empresa. Já a análise da situação financeira é realizada com suporte dos dados do Balanço Patrimonial e permite inteirar-se acerca do grau de endividamento da organização bem como sua capacidade de pagamento em curto e longo prazo.

De acordo com Ribeiro (2009), a elaboração e análise dos dados contábeis ocorre em dois fluxos, o fluxo do Processo Contábil que se inicia com a ocorrência dos Fatos Administrativos na entidade e encerra com a elaboração das demonstrações contábeis, e o fluxo da Análise de Balanços, que se inicia com o exame e coleta de dados e se encerra com as conclusões por meio de relatórios. Conforme tabela 03 a seguir.

Tabela 03: Análise de Balanços



Fonte: Elaborada pela própria autora com base em Osni Ribeiro (2009)

De acordo com Ribeiro (2009), o processo de análise operando **índices** é a mais utilizado por oferecer uma visão global do cenário econômico e financeiro da entidade. Em geral, eles evidenciam informações como o grau de endividamento, a liquidez e rentabilidade, entretanto quando as conclusões prévias sinalizarem a necessidade de conhecer mais detalhes, é possível extrair outras informações minuciosas das demonstrações financeiras, com o uso de um número maior de quocientes.

Conforme Marion (2010), existem algumas técnicas de análise, dentre as quais se relacionam: Indicadores Financeiros e Econômicos; Análise Horizontal e Vertical; Análise da Taxa de Retorno sobre Investimentos; e Análise das Demonstrações da Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), dos Fluxos de Caixa (DFC) e da Demonstração de Valor Adicionado (DVA).

Para este estudo será utilizado apenas as Análise dos Indicadores Financeiros e Econômicos, Horizontal e Vertical e da Taxa de Retorno sobre Investimentos. Essa análise será realizada em três etapas: cálculo, interpretação e conceituação do índice, ou seja, qualificá-lo como bom, ruim ou razoável.

Marion (2010) complementa elucidando a análise financeira sobre três ângulos fundamentais: Situação Financeira (Liquidez), Estrutura de Capital (Endividamento) e Situação Econômica (Rentabilidade).

### **Situação Financeira (Índices de Liquidez)**

Dado o nível de importância das finanças na estrutura da organização e considerando que seu correto planejamento é fundamental para a perenidade das empresas, os índices de liquidez têm como proposta o intuito de revelar possíveis deficiências e acompanhar o desenvolvimento da situação financeira organizacional.

Marion (2010) explica que os índices de liquidez servem para medir a capacidade de pagamento da empresa, ou

seja, avaliar se a empresa possui recursos suficientes para honrar com suas obrigações em de forma imediata e em curto e longo prazo.

Existem parâmetros analíticos pré-definidos que podem ser utilizados como base para a análise do desempenho financeiro das organizações.

Tabela 04: Parâmetro

LIQUIDEZ CORRENTE		LIQUIDEZ SECA		LIQUIDEZ GERAL	
Índice	Situação	Índice	Situação	Índice	Situação
> 1,50 < 2,00	Excelente	> 1,00 < 2,00	Excelente	> 1,00 < 2,00	Excelente
> 1,00 < 1,50	Boa	> 0,80 < 1,00	Boa	> 0,80 < 1,00	Boa
> 0,50 < 1,00	Regular	> 0,40 < 0,80	Regular	> 0,40 < 0,80	Regular
< 0,50	Ruim	< 0,40	Ruim	< 0,40	Ruim

Fonte: Apostila Indicadores Financeiros (OCB, 2007)

### Índice de Liquidez Imediata (LI)

Este índice denota o quanto o ente dispõe para liquidar imediatamente suas obrigações de curto prazo. É calculado pela fórmula abaixo.

$$LI = \frac{\text{Disponibilidade (Caixa + Banco + Aplicações de Pronto Resgate)}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Indica: Quanto a empresa possui disponível para cada R\$ 1 do Passivo Circulante.

### Índice de Liquidez Corrente (LC)

A Liquidez Corrente mede o quanto a empresa consegue pagar das suas obrigações no curto prazo (até um ano), considerando todos os seus ativos de curto prazo. É calculado pela fórmula abaixo.

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Indica: Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada R\$ 1 do Passivo Circulante.

### **Índice de Liquidez Seca (LS)**

Mede a disponibilidade de pagamento no curto prazo desconsiderando os recursos contidos no estoque. É calculado pela fórmula abaixo.

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Indica: Quanto a empresa possui de Ativo Líquido para cada R\$ 1 do Passivo Circulante.

Gitman (2002) conceitua:

O índice de liquidez seca é semelhante ao índice de liquidez corrente, com a única diferença que exclui os estoques do ativo circulante da empresa, por ser o ativo de menor liquidez. A baixa liquidez dos estoques resulta normalmente de dois fatores básicos: (1) vários tipos de estoques não podem ser vendidos facilmente porque são itens parcialmente completados, itens obsoletos, itens para propósitos especiais e assim por diante; e (2) São itens tipicamente vendidos a crédito, o que significa que eles se tornam duplicatas a receber antes de ser convertidos em caixa. (GITMAN, 2002, p. 110).

### **Estrutura de Capital (Índices de Endividamento)**

Tem por finalidade apontar o percentual das dívidas totais correspondentes às obrigações de curto prazo. A análise da estrutura de capital deve ser realizada observando todos os índices para um resultado mais efetivo, considerando a questão da qualidade das dívidas.

Para Marion (2010), não basta a companhia ter uma dívida baixa (quantidade), é preciso considerar a qualidade dessa dívida, pois uma empresa que possui baixas dívidas, mas todas concentradas em curto prazo, caso tenha uma liquidez imediata baixa, encontra-se em uma situação mais arriscada que uma empresa que possui altas dívidas no longo prazo. Visto que no segundo caso, o ente possui ao seu favor um prazo para levantar o capital necessário para sanar suas obrigações.

### **Endividamento Geral ou Quantitativo do Endividamento (EG)**

Mede a participação de capitais de terceiros frente aos recursos totais. É calculado pela fórmula a seguir.

$$EG = \frac{\text{Passivo Exigível}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

### **Composição do Endividamento (CE)**

Indica o volume percentual de obrigações de curto prazo. É calculado pela fórmula abaixo.

$$CE = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Exigível}} \times 100$$

### **Índice de Giro ou Gestão de Ativos**

Nesta análise é possível mensurar a eficiência com a qual os recursos financeiros estão sendo aplicados pelo ente no seu Ativo Circulante. Segundo Ross et al. (2013) esses índices “se destinam a descrever a intensidade com que uma empresa utiliza seus ativos para gerar vendas”.

### **Capital Circulante Líquido (CGL)**

De acordo com Ross et al. (2013) é a distinção entre o Ativo e o Passivo Circulante de uma empresa e revela quanto dos recursos a longo prazo estão aplicados no curto prazo. Para Assaf Neto e Lima (2011), são os recursos aplicados que financiam o ativo correntes originados pelo desempenho de sua atividade-fim. É calculado pela fórmula abaixo.

$$CGL = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$$

### **Necessidade de Capital de Giro (NCG)**

A Necessidade de Capital de Giro (NCG) expõe quanto a empresa necessita para financiar o giro dos negócios. Para Matarazzo (2010) o NCG é a diferença entre o investimento no Ativo Circulante Operacional e o financiamento pelo Passivo Circulante Operacional. É calculado pela fórmula abaixo.

$$NCG = \text{Ativo Circulante Operacional} - \text{Passivo Circulante Operacional}$$

### Saldo em Tesouraria (T)

O Saldo em Tesouraria apresenta a margem de segurança financeira da organização. Conforme Assaf (2011), funciona como uma reserva da empresa para fazer frente a eventuais aumentos da necessidade de investimento em giro. No entanto quando negativo, indica a dependência das fontes correntes, o que aumenta o risco de insolvência. É calculado pela fórmula abaixo.

$$T = \text{Ativo Circulante Financeiro} - \text{Passivo Circulante Financeiro}$$

### Situação Econômica (Índices de Rentabilidade)

Na análise econômica são avaliados a rentabilidade e lucratividade do desempenho da empresa, com objetivo de demonstrar como os recursos estão sendo investidos. Para analisar o resultado desses indicadores é necessário também considerar fatores como características do negócio, segmento do mercado, porte, tempo de existência etc.

### Margem Líquida (ML)

Este indicador tem como finalidade medir a capacidade que a empresa possui de transformar as vendas líquidas (receita operacional líquida) em lucro líquido. É calculado pela fórmula abaixo.

$$ML = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$$

Indica: Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100 vendido.

### Taxa de Retorno sobre Investimento (ROI)

A Taxa de Retorno sobre o Investimento (ROI) mede a capacidade de resultados produzidos em suas atividades frente ao ativo. É calculado pela fórmula abaixo.

$$ROI = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Indica: Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100 de investimento total.

### Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)

Indica a competência do ente de remunerar seu patrimônio (capital dos sócios), é importante também para mensurar o custo de oportunidade da capitalização. É calculado pela fórmula abaixo.

$$ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Indica: Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100 de capital próprio investido.

### **Análise Vertical/Horizontal**

A análise vertical tem como propósito apontar o percentual que cada conta reflete junto ao conjunto total e visa demonstrar a conjuntura da estrutura econômico financeira. Além disso permite conhecer a estrutura das aplicações do ativo, bem como as fontes de recursos do passivo e patrimônio líquido.

Silva (2010) declara que o primeiro propósito da análise vertical é expor a cota de participação de cada item das demonstrações contábeis. Para Assaf Neto (2011) é um processo de comparação em porcentagem, onde se relacionam as contas ou grupos de contas com um valor afim o relacionável do mesmo demonstrativo.

A análise horizontal denota a evolução das contas ao longo dos anos e tem como objetivo mostrar como está a situação econômico-financeira da organização.

Conforme Silva (2010), a união dos dois métodos auxilia a análise dos índices financeiros e por isso devem ser vistos como parte do processo de análise. Ou seja, em conjunto com os índices, contribuem para uma análise mais eficaz da situação financeira e patrimonial.

### **Metodologia**

#### **Modelo do estudo**

A pesquisa foi realizada com o objetivo de clarificar a situação econômico-financeira e produzir ferramentas e diag-

nóstico que auxiliem na tomada de decisões da Empresa Delta. O método da pesquisa é o estudo de caso, de natureza quali-quantitativa que segundo Neves (1996, apud Paschoarelli et al., 2015) possibilita detalhar os passos da pesquisa e, ao mesmo tempo, prevenir a interferência de subjetividades nas conclusões. O levantamento dos dados econômicos e financeiros da empresa foram estudados com uma abordagem exploratória e descritiva. De acordo com o que propõe Vergara (2000), foi classificada também considerando-se os seguintes aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, a pesquisa é exploratória, descritiva, documental e bibliográfica. Segundo Severino (2007), a pesquisa tipo exploratória busca informações sobre um determinado objeto. Para Prestes (2008), esse tipo de pesquisa serve para a obtenção de mais informações sobre o tema investigado. Também é descritivo porque utiliza-se da observação, registro, análise, classificação e interpretação de fatos. Quanto aos procedimentos, é uma pesquisa do tipo documental e bibliográfica, pois *“a pesquisa bibliográfica é aquela que se efetiva tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações provenientes de material gráfico, sonoro ou informatizado”*. (Prestes, 2008, p. 26). A pesquisa documental consiste na averiguação e coleta de informações em tabelas, cartas, pareceres, atas, relatórios, inventários e documentos informativos originais. (Santos, 2000).

### **Estudo de caso**

Esta pesquisa é um estudo de caso por ser elaborado a partir dos dados de uma única empresa, a Delta. Fundada em 01 de janeiro de 1992 por um casal de empreendedores, é uma empresa amazonense com sede na Rua Francisca Mendes, nº 1315, Loteamento Fazendinha – Cidade de Deus, conta com mais de 60 colaboradores em seu quadro funcional e é especializada na produção de gelados comestíveis como sorvetes,

picolés, geladinhos e envase de polpas de frutas.

Vergara (2000, P. 49), afirma que:

Estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essa como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Tem caráter de profundidade e detalhamento.

Silva e Menezes (2001, p. 22), define a necessidade do Estudo de caso como: *“quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou pouco objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento”*.

### **Coleta de dados**

Não haverá nenhuma limitação quanto a informações a serem pesquisadas na empresa, já que o pesquisador tem plena liberdade de acesso a informações dentro da organização, pois a propriedade da indústria é de sua família.

Nesse contexto, a pesquisa será baseada na análise das demonstrações contábeis. Os documentos analisados foram o Balanços Patrimoniais e as Demonstrações do Resultado do Exercício, fornecidos pela empresa dos anos de 2016 a 2018.

A análise das demonstrações contábeis da empresa desse estudo foi feita através de análises vertical e horizontal e de indicadores econômico-financeiros tais como: liquidez, estrutura ou endividamento, rentabilidade e giro ou gestão de ativos.

Além disso, também foi realizada uma entrevista não estruturada com a gestão da Empresa Delta, cujo objetivo era entender os resultados encontrados no estudo. De acordo com Salvador (1980) apud Ribeiro (2008), a entrevista tornou-se um instrumento ao qual os pesquisadores recorrem sempre que têm necessidade de obter informações que não podem ser encontradas em registros e fontes documentais, mas podem ser fornecidas por determinadas pessoas.

## Resultados

O objetivo deste estudo foi explorar a situação econômico financeira da empresa Delta, tendo como fonte de dados as demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2016 a 2018. Esses dados foram tabulados em planilha eletrônica (Excel) e a partir daí foi elaborado a tabela 06 que compreende os Balanços Patrimonial e DRE condensados e em seguida foram calculados e analisados os índices financeiros e apresentados os resultados conforme segue.

Tabela 05: Balanços Patrimoniais 2016, 2017 e 2018.

<b>BALANÇO PATRIMONIAL - BP</b>			
<b>EXERCÍCIO SOCIAL</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 1.236.880,80</b>	<b>R\$ 1.106.589,00</b>	<b>R\$ 1.070.399,00</b>
Disponível	R\$ 295.822,30	R\$ 207.714,40	R\$ 178.809,00
Clientes	R\$ 156.572,40	R\$ 285.290,30	R\$ 288.354,30
Estoques	R\$ 753.368,30	R\$ 596.034,30	R\$ 574.214,70
Outros Créditos	R\$ 31.117,80	R\$ 17.550,00	R\$ 29.021,00
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 1.064.436,20</b>	<b>R\$ 1.280.259,00</b>	<b>R\$ 1.324.674,00</b>
Imobilizado	R\$ 1.064.436,20	R\$ 1.280.259,00	R\$ 1.324.674,00
• Instalações Industriais	R\$ 80.015,00	R\$ 80.015,00	R\$ 115.015,00
• Moveis e Utensílios	R\$ 70.320,00	R\$ 70.320,00	R\$ 94.730,00
• Máquinas, Equipamentos	R\$ 1.073.470,00	R\$ 1.362.638,00	R\$ 1.457.637,00
• Equipamentos de Informática	R\$ 9.535,00	R\$ 29.535,00	R\$ 33.870,00
Depreciação Acumulada	-R\$ 168.903,80	-R\$ 262.249,00	-R\$ 376.578,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>R\$ 2.301.317,00</b>	<b>R\$ 2.386.848,00</b>	<b>R\$ 2.395.073,00</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 280.032,50</b>	<b>R\$ 327.902,00</b>	<b>R\$ 351.397,00</b>
Contas Diversas	R\$ 172.684,00	R\$ 167.365,00	R\$ 196.951,00
Fornecedores	R\$ 156.658,70	R\$ 143.879,00	R\$ 166.183,00
Contas a Pagar	R\$ 16.025,30	R\$ 23.486,00	R\$ 30.768,00

Obrigações Trabalhistas e Tributárias	R\$ 107.348,50	R\$ 160.537,00	R\$ 154.446,00
• Obrigações Trabalhistas	R\$ 70.316,00	R\$ 106.591,00	R\$ 91.232,00
• Obrigações Tributárias	R\$ 37.032,50	R\$ 53.946,00	R\$ 63.214,00
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>R\$ 2.021.284,50</b>	<b>R\$ 2.058.946,00</b>	<b>R\$ 2.043.676,00</b>
Capital	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00
Reservas de Lucros	R\$ 1.771.284,50	R\$ 1.808.946,00	R\$ 1.793.676,00
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>R\$ 2.301.317,00</b>	<b>R\$ 2.386.848,00</b>	<b>R\$ 2.395.073,00</b>
<b>DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE</b>			
<i><b>EXERCÍCIO SOCIAL</b></i>	<i><b>2016</b></i>	<i><b>2017</b></i>	<i><b>2018</b></i>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>R\$ 3.357.133,00</b>	<b>R\$ 3.951.654,00</b>	<b>R\$ 3.574.865,00</b>
Deduções da Receita Bruta	-R\$ 548.219,80	-R\$ 645.305,00	-R\$ 643.374,00
Receita Líquida	R\$ 2.808.913,20	R\$ 3.306.349,00	R\$ 2.931.491,00
<i>Custos dos Produtos Vendidos</i>	<i>-R\$ 1.941.832,90</i>	<i>-R\$ 2.319.621,00</i>	<i>-R\$ 2.108.445,00</i>
Lucro Bruto	R\$ 867.080,30	R\$ 986.728,00	R\$ 823.046,00
Despesas Operacionais	-R\$ 687.612,55	-R\$ 828.586,40	-R\$ 723.474,00
Despesas Administrativas	R\$ 568.504,70	R\$ 654.678,00	R\$ 603.659,00
Despesas Tributárias	R\$ 63.841,85	R\$ 63.783,40	R\$ 39.712,00
Despesas Comerciais	R\$ 55.266,00	R\$ 110.125,00	R\$ 80.103,00
Resultado Operacional	R\$ 179.467,75	R\$ 158.141,60	R\$ 99.572,00
Resultado Financeiro Líquido	-R\$ 13.302,75	-R\$ 20.479,60	-R\$ 14.842,00
Despesas Financeiras	R\$ 13.302,75	R\$ 20.479,60	R\$ 14.842,00
Receitas Financeira	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>R\$ 166.165,00</b>	<b>R\$ 137.662,00</b>	<b>R\$ 84.730,00</b>

Fonte: Elaborada pela própria autora com base nas demonstrações contábeis da organização.

## Resultados da análise financeira

Tabela 06: Análise dos Índices Financeiros

<b>ANÁLISE DA LIQUIDEZ FINANCEIRA</b>				
<b>ÍNDICES</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>MÉDIA</b>
Liquidez Corrente - LC	4,4169	3,3748	3,0461	3,6126
Liquidez Seca - LS	1,7266	1,5570	1,4120	1,5652
Liquidez Imediata - LI	1,0564	0,6335	0,5089	0,7329

<b>AVALIAÇÃO DOS ÍNDICES</b>			
<b>ÍNDICES</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Liquidez Corrente - LC	Excelente	Excelente	Excelente
Liquidez Seca - LS	Excelente	Excelente	Excelente

Fonte: Elaborada pela própria autora com base nas demonstrações contábeis da organização.

A Liquidez Imediata da empresa apresenta uma boa cobertura das dívidas correntes no ano de 2016 com redução nos anos seguintes, no entanto ao analisar esse índice alguns fatores devem ser ponderados, pois do ponto de vista da solvência é positivo a empresa possuir caixa suficiente para cobrir seus passivos circulantes, no entanto segundo Ribeiro (2009) do ponto de vista administrativo, não é uma boa política financeira a empresa manter elevadas importâncias em disponibilidade tendo em vista que esse dinheiro poderia estar em aplicações mais produtivas. E, mesmo que esse indicador seja inferior a 100%, não indica necessariamente insolvência tendo em vista que as obrigações do Passivo Circulante podem ter vencimentos que permitam a empresa obter recursos para pagá-los no desenvolvimento normal de suas atividades, sem requerer altas saldos com disponibilidade imediata.

Em sua liquidez corrente é possível observar a presença de Capital Circulante Líquido em todos os anos, o que possibilita a empresa folga financeira para efetuar transações sem prejudicar sua liquidez, como aquisição de estoques, apli-

cações financeiras de curto prazo etc. Em resumo estes resultados denotam que a empresa possui grande liberdade financeira e consequente elevado grau de liquidez.

A Liquidez Seca da organização reflete solvência financeira em todos os anos analisados sem a dependência do estoque, o que reafirma o elevado grau de liquidez já observado nos outros indicadores.

## Resultados da estrutura de capital

Tabela 07: Análise dos Índices Financeiros

<i>ANÁLISE DA ESTRUTURA PATRIMONIAL</i>				
<b>ÍNDICES</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>MÉDIA</b>
Grau de Endividamento Geral – EG	12%	15%	15%	14%
Composição do Endividamento - CE	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pela própria autora com base nas demonstrações contábeis da organização.

Marion (2010) indica que a proporção ideal de endividamento da empresa seria aquela onde a maior participação está concentrada no Longo Prazo, pois proporciona um prazo para obtenção de recursos necessário à solvência. No entanto, apesar de a Empresa Delta possuir 100% das suas obrigações concentradas no curto prazo, faz-se necessário observar que ela não possui dívidas como empréstimos ou financiamentos, ou seja, a base de sua política financeira é de financiamento com capital próprio. Além disso, todas as suas obrigações são decorrentes de suas atividades operacionais, o que denota um endividamento saudável, tendo em vista que unicamente com suas atividades normais ela consegue gerar recursos suficientes para manter-se líquida.

## Resultados dos índices de giro

Tabela 08: Análise dos Índices de Giro

ÍNDICES	2016	2017	2018
Capital de Giro Líquido – CGL	R\$ 956.848,30	R\$ 778.687,00	R\$ 719.002,00
Necessidade de Capital de Giro - NCG	R\$ 569.702,80	R\$ 433.921,60	R\$416.515,00
Saldo em Tesouraria – T	R\$ 107.113,00	R\$ 16.863,40	-R\$ 48.910,00

Fonte: Elaborada pela própria autora com base nas demonstrações contábeis da organização.

É notória a capacidade de pagamento do ente em todos os anos analisados, seu CGL positivo demonstra liquidez corrente, ou seja, capacidade de honrar suas obrigações correntes com folga financeira. No entanto seu NCG também positivo indica que houve necessidade de captação de recursos em passivos não operacionais. A organização apresentou folga financeira nos anos de 2016 e 2017, no entanto em todos os índices analisados ficou evidenciado uma redução dessa folga, comprovada com o resultado negativo do saldo de tesouraria no ano de 2018. O que indica que o ente está utilizando os recursos financeiros de curto prazo pra financiar as atividades operacionais da empresa.

## Resultados da situação econômica

Tabela 09: Análise da Situação Econômica

<i>ANÁLISE DA RENTABILIDADE</i>				
ÍNDICES	2016	2017	2018	MÉDIA
Margem Líquida – ML	6%	4%	3%	4%
Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	8%	7%	4%	6%
Taxa de Retorno sobre o Investimento - ROI	7%	6%	4%	6%

Fonte: Elaborada pela própria autora com base nas demonstrações contábeis da organização.

A Margem Líquida indica o quanto das vendas a empresa consegue converter em lucros. No caso da empresa estudada, o quociente médio de 4% indica que para cada R\$ 1 vendido a empresa obteve R\$ 0,04. Considerando que o ROE represente a taxa de ganho sobre o capital investido pelo ponto de vista do proprietário, verifica-se que a taxa média de retorno sobre o capital investido foi de 6% o que representa que para cada R\$ 1 investido houve um ganho de R\$ 0,06. Sobre o Retorno no Investimento, Matarazzo (2010) indica que *“é a lucratividade que a empresa propicia em relação aos investimentos totais. É uma medida de potencial de geração de lucro da empresa”*. Revelando nesse índice o quociente médio também de 6%, ou seja, R\$0,06 para cada R\$ 1,00 investidos no Ativo.

## Resultados da análise vertical e horizontal

Tabela 10: Análise Vertical e Horizontal do Balanço Patrimonial

EXERCÍCIO SOCIAL	2016			2017			2018		
	VALOR	AV	AH	VALOR	AV	AH	VALOR	AV	AH
<b>ATIVO TOTAL</b>	R\$ 2.301.317,00	100%	100%	R\$ 2.171.025,20	100%	94%	R\$ 2.395.073,00	100%	110%
AC	R\$ 1.236.880,80	54%	100%	R\$ 1.106.589,00	51%	89%	R\$ 1.070.399,00	45%	97%
ANC	R\$ 1.064.436,20	46%	100%	R\$ 1.064.436,20	49%	100%	R\$ 1.324.674,00	55%	124%
<b>PASSIVO TOTAL</b>	R\$ 2.301.317,00	100%	100%	R\$ 2.386.848,00	100%	104%	R\$ 2.395.073,00	100%	100%
PC	R\$ 280.032,50	12%	100%	R\$ 327.902,00	14%	117%	R\$ 351.397,00	15%	107%
PNC	R\$ -	0%	100%	R\$ -	0%	0%	R\$ -	0%	0%
PL	R\$ 2.021.284,50	88%	100%	R\$ 2.058.946,00	86%	102%	R\$ 2.043.676,00	85%	99%

Fonte: Elaborada pela própria autora com base nas demonstrações contábeis da organização.

Tabela 10: Análise Vertical e Horizontal do Demonstrativo do Resultado do Exercício

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO									
EXERCÍCIO SOCIAL	2016			2017			2018		
	VALOR	AV	AH	VALOR	AV	AH	VALOR	AV	AH
(=)Receita Líquida	R\$ 2.808.913,20	100 %	100 %	R\$ 3.306.349,00	100 %	118%	R\$ 2.931.491,00	100 %	89 %
(-)Custos dos Produtos Vendidos	-R\$ 1.941.832,90	69%	100 %	-R\$ 2.319.621,00	70%	119%	-R\$ 2.108.445,00	72%	91 %
(=)Lucro Bruto	R\$ 867.080,30	31%	100 %	R\$ 986.728,00	30%	114%	R\$ 823.046,00	28%	83 %
(-)Despesas Operacionais	-R\$ 687.612,55	24%	100 %	-R\$ 828.586,40	25%	121%	-R\$ 723.474,00	25%	87 %
(-)Despesas Admin.	R\$ 568.504,70	83%	100 %	R\$ 654.678,00	79%	115%	R\$ 603.659,00	83%	92 %
(-)Despesas Tributárias	R\$ 63.841,85	9%	100 %	R\$ 63.783,40	8%	100%	R\$ 39.712,00	5%	62 %
(-)Despesas Comerciais	R\$ 55.266,00	8%	100 %	R\$ 110.125,00	13%	199%	R\$ 80.103,00	11%	73 %
(=)Resultado Operacional	R\$ 179.467,75	6%	100 %	R\$ 158.141,60	5%	88%	R\$ 99.572,00	3%	63 %
(-)Resultado Financeiro Líquido	-R\$ 13.302,75	0%	100 %	-R\$ 20.479,60	1%	154%	-R\$ 14.842,00	1%	72 %
(+)Despesas Financeiras	R\$ 13.302,75	100 %	100 %	R\$ 20.479,60	100 %	154%	R\$ 14.842,00	100 %	72 %
(-)Receitas Financeira	R\$ -	0%	0%	R\$ -	0%	0%	R\$ -	0%	0%
(=)LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 166.165,00	6%	100 %	R\$ 137.662,00	4%	83%	R\$ 84.730,00	3%	62 %

Fonte: Elaborada pela própria autora com base nas demonstrações contábeis da organização.

A análise vertical e horizontal dos Balanços Patrimoniais e Demonstração do Resultado do Exercício revelam que todas as operações da empresa tanto de receitas como obrigações ocorrem no curto prazo. Também é possível notar um alto volume de reservas de lucro, que representam uma média de mais de 86% no período, justificada pela preparação e planejamento que a empresa está fazendo com vistas na reforma e ampliação do parque fabril. Esse movimento fica evidenciado no aumento das aplicações no Ativo Imobilizado. Além disso, é nítido que a receita está sendo consumida em sua maior parte

pelos custos e despesas que somados representam o percentual médio de 95% da Receita Líquida, percentual esse que está aumentando sua participação a cada ano, no entanto sobre a ótica da análise horizontal é possível perceber que a gestão têm adotado estratégias visando reduzir seu volume ao longo dos anos. E por conta disso, mesmo com o crescimento das vendas, está ocorrendo um declínio do Lucro Líquido.

### **Considerações finais**

Através das respostas obtidas por meio da análise dos documentos contábeis da empresa Delta, foi possível extrair informações financeiras importantes e que indubitavelmente irão contribuir no processo decisório da organização.

O estudo foi realizado com base no tripé da análise, sendo situação econômica, situação financeira e estrutura de capital, ou seja, rentabilidade, capacidade de pagamento e endividamento do ente.

A análise da situação econômica revelou que a empresa possui baixos índices de rentabilidade e precisa adotar estratégias que possibilitem a melhoria dos seus resultados. No entanto, no acompanhamento da Gestão, foi possível entender que esse resultado ocorre devido à dificuldade que a organização está encontrando em repassar para seus clientes o aumento do custo das matérias-primas, pois vários itens fundamentais no processo produtivo têm seus valores reajustados anualmente porém o repasse desse aumento não está sendo feito aos revendedores e consumidor final. Entre as justificativas para este fato, listam-se: não aceitação do mercado, grande de quantidade de concorrentes com a qualidade de produto similar e preços baixos, além da falta dos controles financeiros que auxiliam na tomada desse tipo de decisão.

A estrutura de capital da organização apesar de se concentrar 100% no curto prazo, pode ser considerada salutar, tendo em vista que suas obrigações são geradas no processo operacional e as vendas conseguem gerar renda suficiente para

liquidá-las sem a necessidade de adoção de estratégias para gerar receitas para o pagamento. E mesmo com todas as obrigações centradas no circulante, é notório um baixo índice de endividamento. Isso deve-se a política financeira adotada pela empresa de ser financiada quase que exclusivamente por capital próprio, cujo intuito é ganhar vantagem competitiva fazendo negociações e pagamentos à vista para seus fornecedores.

Alinhando às conclusões obtidas pela estrutura de capital, o panorama financeiro evidencia grande capacidade de pagamento e deixa explícito que a empresa não depende do seu estoque para honrar com suas obrigações. No entanto no período analisado, também foi possível identificar uma redução desses índices, como consequência da ausência dos reajustes no preço do produto final frente aos reajustes sofridos no custo. É importante que o gestor da empresa encontre estratégias para repassar esses custos, ou sua rentabilidade continuará sendo reduzida ano após ano o que pode influenciar na liquidez da empresa em longo prazo.

Como recomendação de melhoria no intuito de remediar o problema encontrado na análise dos indicadores, o ente poderá investir em pesquisa e desenvolvimento no intento de agregar valor a seus produtos e conseqüentemente fazer os reajustes necessários sem a preocupação de decréscimo de mercado e buscar novos mercados.

### **Agradecimentos**

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, a minha orientadora Msc Edileuza Lobato por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa, aos meus pais Jonacelha e Leôncio Frota pelo apoio ao longo de toda a minha trajetória e aos meus amigos Daniele Botelho, Ruy Carvalho, Raimunda, Karla e Kamila Loureiro que foram parte fundamental de apoio e incentivo na construção dessa pesquisa.

## **Referências bibliográficas**

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de Administração Financeira**. 2º ed. [S. 1]. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Institui as Características e Natureza da Companhia ou Sociedade Anônima. Brasília, 1976.

\_\_\_\_\_. Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Lei 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, 2009.

DORNELAS, J. C. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FREITAS, Ernani; FREZZA, Cleusa. **Gestão e Sucessão em Empresa Familiar**. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, p. 31-43, 2005.

GERSICK, Kelin E. et al. **De Geração para geração: ciclos de vida das empresas familiares**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. p.1-26.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da Administração Financeira Essencial**. 2º ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

LEITE, Roberto Cintra. **As técnicas modernas de gestão de empresas familiares**. IN: **Empresa Familiar: tendências e racionalidades em conflito**. Passo Fundo: UPF, 2000.

LODI, João Bosco. **A empresa Familiar**. 5 ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

MACHADO, Hilka Vier. **Reflexões sobre concepções familiares e empresas familiares**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 317-323, ago. 2005.

MAMBRINI, Ariovaldo. **Modelo de Controladoria como**

**Unidade Administrativa de Suporte ao Processo de Gestão para Empresa Comercial e Familiar de Porte Médio.** Florianópolis, 2002, Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis.** 6º ed. Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial.** 7º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OCB. **Apostila Indicadores Financeiros.** OCB, 2007.

PASCHOARELLI Luis C., MEDOLA Fausto O., BONFIM Gabriel H. C. **Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas.** Revista de Design, Tecnologia e Sociedade, 2015.

PRESTES, M. L. d. M. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia** 3. ed. São Paulo: Rêspel, 2008.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais,** Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços Fácil.** 8º ed., ampl. E atal. – São Paulo: Saraiva, 2009.

ROSS, S. A. et. Al. **Fundamentos de Administração Financeira.** 9º ed. [S.l.]: Bookman, 2013.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento.** 3. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SEBRAE. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 06 novembro 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** 23. Ed. [S.l.]: Cortez, 2007. Citado na página 35.

SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas.** 9º ed. [S. 1]: São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Edna L., MENEZES, Esteia M., **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** Atual. Florianópolis: 3a Ed. 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2000.

## **Sobre as/os autores**

### **Ana Cristina Alves Balbino**

Possui bacharelado, licenciatura, mestrado e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; É Professora da Educação **Básica** (Ensino Fundamental e Médio) da Rede **Pública** Estadual de São Paulo – SEDUC/SP e do Curso de História/EAD (Ensino a Distância) da Universidade Paulista – UNIP; e é Coordenadora da Subsele de Atibaia do Sindicato dos Professores (as) do Estado de São Paulo – APEOESP. Email: balbinoana@yahoo.com.br

### **Ana Paula Bastos da Silva**

Possui experiência na área de gestão com formação técnica em Administração pelo Instituto Federal do Amazonas - IFAM. Discente do curso de Pedagogia pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Desenvolve pesquisas nas áreas de educação e meio ambiente.

### **Andreza da Silva Dorzanio**

Licenciatura em Pedagogia (FACED/UFAM), Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM). Atua como pedagoga no Departamento de Políticas e Programas Educacionais da Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC/AM). E-mail: dorzanio.a.silva@gmail.com

### **Antônio Carlos Batista de Souza (org.)**

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente de Geografia do Instituto Federal do Amazonas – IFAM Campus Manaus Centro. Doutorando do Programa em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

### **Artêmis de Araújo Soares**

Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, lotada na Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – FEF. Docente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA. Graduada em Educação Física e em Letras pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, mestrado em Educação Física na Escola de Educação Física e Esporte na Universidade de São Paulo - USP e doutorado em Ciências do Desporto na Universidade do Porto. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação Física, Corporeidade, escolares, relações interculturais e povos da Amazônia – UFAM. Possui experiência na área de Educação Física e Esporte, com ênfase em Ginástica Rítmica, Gênero, Diversidade Cultural e Povos Indígenas.

### **Camila Garcia Iribarrem**

Doutoranda e Mestre em Antropologia Social (PPGAS-UFAM).

### **Edileuza Lobato da Cunha**

Professora Orientadora do curso de Administração da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), especialista em Finanças, Contabilidade e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e graduada em Contabilidade.

### **Guilherme Gitahy de Figueiredo**

Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e do curso de Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas (CEST-UEA). Pós-doutor em Estudos Antrópicos da Amazônia na UFPA (2020). Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade

Federal do Rio de Janeiro (2015) e mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Possui bacharelado em Ciências Sociais Geral (1997) e bacharelado em Antropologia (2002) pela Universidade Estadual de Campinas. Foi bolsista do Programa de Formação de Quadros Profissionais do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (2001) e pesquisador do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (2004-2005). Atua com Antropologia da Mídia, Antropologia do Colonialismo, Estudos Pós-Coloniais e Educomunicação. E-mail: gfigueiredo@uea.edu.br

### **Joyce Freitas Araújo Firmino**

Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE). Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especializações em Docência do Ensino Superior pela Faculdade IDAAM e em Políticas e Gestão em Serviço Social pela Uniasselvi. Atua como assistente social no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV). E-mail: joyfreitasaraujo18@gmail.com

### **Kamilla Ingrid Loureiro e Silva**

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Amazonas (2008). Especialização em Logística Empresarial pela UFAM(2009) e Mestre em Sociedade e Cultura da Amazônia na UFAM . Atuou como professor no SENAC (2009 a 2011) e (2018 a 2019), professor assistente do curso de ciências econômicas do ensino mediado por tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas (2011 a 2015), professora de pós graduação em Matemática na Faculdade Karlos e no ensino Regular do curso de economia da UEA de fevereiro a julho de 2016, atuou também como conselheira efetiva do Conselho Regional de Economia no ano de 2016 e como Professora de Ensino Superior na UNINORTE de fevereiro de 2019 a agosto de 2020

### **Lady Anne Frota Fernandes**

Bacharel em Administração pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, técnica em RH pela FUCAPI, atua profissionalmente na área de Administração desde 2013. E-mail: adm.ladyannefrota@gmail.com

### **Luana Gonzalez de Paiva**

Mestranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas do Amazonas (FACED/UFAM). Especialista em Metodologias do Ensino à Docência Superior pela Faculdade Tahirih (ADCAM). Atua como pedagoga em Escola da Rede Estadual da Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC/AM). E-mail: luanagonz@hotmail.com

### **Michel Justamand (Org.)**

Pós-Doutor em História, Doutor em Ciências Sociais/Antropologia, Mestre em Comunicação e Semiótica, Bacharel e Licenciado em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Pós-Doutor em Arqueologia Pré-Histórica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Pós-Doutor em Sociedade e Cultura pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; Licenciado em Pedagogia pela UniNove/SP; Professor Associado 1 do Curso de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP; e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: micheljustamand@yahoo.com.br

### **Thamirez Lutaif**

Graduada em Ciências Sociais pela PUC-SP (2016) e mestra em Ciências Sociais pela PUC-SP (2018). Foi bolsista de Ini-

ciação Científica (PIBIC/CNPq) do Projeto de Pesquisa Poder Pastoral e Resistências (direção Prof. Dr. Edelcio Ottaviani). É mestra em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2018). Endereço eletrônico: lutaif@aol.com

**Tharcísio Santiago Cruz (org.)**

Professor de sociologia do Instituto de Natureza e Cultura – INC, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFAM.

**Vitor Luiz Alves (poesia)**

Filho de Roseneide Silva Alves e Walter Luiz Alves; Contador do Capão Redondo – SP; Trabalha prestando serviços na ONG – Gerando Falcões.

**Wagner Batista Cabral**

Formação licenciatura em Física pelo Instituto Federal de Rondônia, Especialista em Metodologia do Ensino em Matemática pela Faculdade Educacional da Lapa – FAEL. Atualmente Professor do Curso Alvo, preparatório para concursos militares. Email: wagner.wbc84@gmail.com



## Sugestões de leitura

disponíveis em [www.alexaloja.com](http://www.alexaloja.com)

### **Coleção FAAS - Fazendo Antropologia no Alto Solimões**

*Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand*

1 - Antropologia no Alto Solimões.

*Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012*

2 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões.

*Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012*

3 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2.

*Adailton da Silva e Michel Justamand (orgs.), 2015*

4 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: gênero e educação.

*Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016*

5 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diversidade étnica e fronteira.

*Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016*

6 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares.

*Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016*

7 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 7.

*Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017*

8 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares II.

*Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017*

9 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 9.

*Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017*

10 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 10.

*Carmen Junqueira, Michel Justamand e Renan Albuquerque (orgs.), 2017*

11 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 11.

*Michel Justamand, Renan Albuquerque e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018*

12 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 12.

*Iraildes Caldas Torres e Michel Justamand (orgs.), 2018*

13 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 13.

*Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018*

14 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 14.

*Ana Beatriz de Souza Cyrino, Dorinethe dos Santos Bentes e Michel Justamand (orgs.), 2018*

15 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 15.

*Antônia Marinês Goes Alves, Elenilson Silva de Oliveira e Michel Justamand (orgs.), 2018*

- 16 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 16.  
*José Lino do Nascimento Marinho, Maria Isabel Araújo e Michel Justamand (orgs.), 2018*
- 17 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 17.  
*Walmir de Albuquerque Barbosa, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Artemis de Araújo Soares e Michel Justamand (orgs.), 2018*
- 18 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 18.  
*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018*
- 19 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 19.  
*João Bosco Ladislau de Andrade, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2019*
- 20 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 20 - O pensamento dissidente/ divergente e as questões amazônicas  
*Ildete Freitas Oliveira, Michel Justamand e Nelly Mary Oliveira de Souza (orgs), 2019*
- 21 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 21  
*Michel Justamand, Sandra Oliveira de Almeida e Vânia Cristina C. de Andrade (orgs), 2019*
- 22 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 22  
*Michel Justamand, Sandra Oliveira de Almeida e Vânia Cristina Cantuário de Andrade (orgs), 2019*
- 23 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 23  
*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs), 2019*
- 24 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 24  
*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs), 2019*
- 25 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 25  
*Ana Maria de Mello Campos, Michel Justamand e Sebastião Melo Campos, 2019*
- 26 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 26  
*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020*
- 27 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 27  
*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020*
- 28 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 28  
*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020*

**Coleção FAAS TESES - Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses**

*Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand*

- 1 - Os Kamaiurá e o Parque Nacional do Xingú.  
*Carmen Junqueira. 2018*
- 2 - Da cana ao caos - Usos sociais do meio ambiente em perspectiva comparada.  
*Thereza Menezes, 2018*

3 - Órfãos das letras no contexto amazônico: memórias de uma prática docente na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia.

*Maria de Nazaré Corrêa da Silva, 2019*

4 - Os Rikbaktsa: mudança e tradição.

*Rinaldo Sergio Vieira Arruda, 2019*

5 - Seringueiros do Médio Solimões: fragmentos e memórias de vida e trabalho.

*José Lino do Nascimento Marinho. 2019*

6 - O parto na fronteira amazônica Brasil e Peru: etnografia sobre a assistência obstétrica no município de Benjamin Constant.

*Ana Maria de Mello Campos, 2019*

7 - Espaço e tempo na cidade de Manaus: processo de verticalização (1970 a 2010),

*Lupuna Corrêa de Souza, 2020.*

### **Coleção Carmen Junqueira**

*Dirigida por Michel Justamand e Renan Albuquerque*

1 - Carmen e os Kamaiurá.

*Michel Justamand, Renan Albuquerque e Vaneska Taciana Vitti (org.), 2019*

2 - Carmen e o indigenismo.

*Michel Justamand, Renan Albuquerque e Vaneska Taciana Vitti (org.), 2019*

3 - Sexo e Desigualdade: entre os Kamaiurá e os Cinta Larga.

*Carmen Junqueira, 2019*

4 - Índios do Ipavu

*Carmen Junqueira, 2019*

5 - O tacapec do diabo e outros instrumentos de predação

*Eunice Paiva, Carmen Junqueira, Renan Albuquerque e Gerson André A. Ferreira, 2019*

### **Coleção Arqueologia Rupestre**

*Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand*

1 - As pinturas rupestres na cultura: uma integração fundamental

*Michel Justamand, 2006*

2 - Pinturas rupestres do Brasil: uma pequena contribuição.

*Michel Justamand, 2007*

3 - As relações sociais nas pinturas rupestres

*Michel Justamand, 2007*

4 - Comunicar e educar no território brasileiro: uma relação milenar

*Michel Justamand, 2012*

5 - A mulher rupestre

*Michel Justamand, 2014*

6 - O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – PI.

*Michel Justamand, 2015*

7 - Arqueologia da Sexualidade

*Michel Justamand, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari, 2016*

8 - Arqueologia do Feminino *Michel Justamand,*

*Gabriel Frechiani de Oliveira, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari, 2017*

9 - Arqueologia da Guerra.

*Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Vanessa da Silva Belarmino e Pedro Paulo A. Funari, 2017*

10 - Arqueologia e Turismo.

*Michel Justamand, Pedro Paulo A. Funari e Andrés Alarcón-Jiménez, 2018*

11 - Uma história do povoamento do continente americano pelos seres humanos: a odisseia dos primeiros habitantes do Piauí.

*Gabriel Frechiani de Oliveira, Michel Justamand e Pedro Paulo A. Funari, 2019*

12 - Caçadores da pré-história: recorrências temáticas na pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara - PI

*Vanessa da Silva Belarmini, 2019*

13 - Grafismos rupestres no Abrigo do Índio em Palestina de Goiás: espacialidade e visibilidade

*Grazieli Pacelli Procópio, 2020*

14 - Luta corporal na Pré-História: ensaio antropológico e histórico

*Leandro Paiva, 2019*

15 - Pinturas rupestres: o cinema na pré-história,

*Cidiclei Alcione Biavatti, 2020*

### **Coleção Diálogos Interdisciplinares**

*Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand*

1 - É possível uma escola democrática?

*Michel Justamand (org.), 2006*

2 - Políticas Educacionais: o projeto neoliberal em debate.

*Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand, 2007*

3 - Diálogos Híbridos.

*Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.), 2016*

4 - Neoliberalismo: a máscara atual do capital.

*Michel Justamand, 2017*

5 - Diálogos Interdisciplinares e Indígenas.

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Michel Justamand e Sebastião Rocha de Sousa, 2017*

6 - Diálogos Interdisciplinares I: história, educação, literatura e política.

*Êmerson Francisco de Souza (org.), 2017*

7 - História e representações: cultura, política e gênero.

*Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand (orgs.), 2017*

8 - Diálogos Híbridos II.

*Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.), 2018*

9 - A educação ambiental no contexto escolar do município de Benjamin Constant – AM.

*Sebastião Melo Campos, 2018*

10 - Políticas Públicas de Assistência Social: moradores em situação de rua no município de Benjamin Constant – AM.

*Sebastião Melo Campos, Lincoln Olimpio Castelo Branco, Walter Carlos Alborado Pinto e Josenildo Santos de Souza, 2018*

11 - Tabatinga: do Conhecimento à Prática Pedagógica.

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto (org), 2018*

12 - Tabatinga e suas Lendas.

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto e Cleuter Tenazor Tananta, 2018*

13 - Violência sexual contra crianças, qual é a questão? Aspectos constitutivos

*Eliane Aparecida Faria de Paiva, 2018*

14 - A implantação do curso de antropologia na região do Alto Solimões - AM.

*Adolfo Neves de Oliveira Júnior, Heloísa Helena Corrêa da Silva e Paulo Pinto Monte (orgs.), 2018*

15 - Estudos Clássicos e Humanísticos & Amazonidades - Vo.l. 2.

*Renan Albuquerque e Weberson Grizoste (org), 2018*

16 - Ars moriendi, a morte e a morte em si.

*Miguel A. Silva Melo, Antoniel S. Gomes Filho, Emanuel M. S. Torquao e Zuleide F. Queiroz (org), 2018*

17 - Reflexões epistemológicas: paradigmas para a interpretação da Amazônia.

*Salatiel da Rocha Gomes e Joaquina Maria Batista de Oliveira (org), 2018*

18 - Diálogos Híbridos III - Agroecologia.

*Camilo Torres Sanchez (org.), 2018*

19 - Processos psicossociais na Amazônia.

*Marcelo Calegare e Renan Albuquerque (org.), 2018*

20 - Teoria e prática em administração e ciências contábeis I: intercâmbios nordestinos.

*Antoniel dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Erilúcia Cruz Nacedo (orgs), 2018*

21 - Teoria e prática em administração e ciências contábeis II: intercâmbios nordestinos.

*Antoniell dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Eirilúcia Cruz Nacedo (orgs), 2018*

22 - Reinvenção do rádio: tecnologia, educação e participação.

*Guilherme Gitahi de Figueiredo, Leni Rodrigues Coelho e Núbia Litaiff Morix Schwamborn (orgs), 2018*

23 - Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial.

*Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque e Flávia R. Busabello (orgs), 2018*

24 - Crimes de ódio e violência contra LGBT no Brasil: um estudo a partir do Nordeste do Brasil.

*Miguel Ângelo Silva de Melo, 2018*

25 - Reflexões sobre violência e justiça.

*Ernandes Herculano Saraiva, Guilherme José Sette Júnior e Neuton Alves de Lima, 2018*

26 - Política de educação do surdo: problematizando a inclusão bilíngue em escolas da rede municipal de ensino de Benjamin Constant-AM.

*Maria Francisca Nunes de Souza e Maria Almerinda de Souza Matos (orgs), 2019*

27 - Tradução cultural e processos socioculturais na Amazônia,

*Alexandre de Oliveira (org), 2019*

28 - Balbina, vidas despedaçadas

*Renan Albuquerque, 2019*

29 - Olhares comunicacionais

*Renan Albuquerque, Noélio Martins Costa e Georgio Ítalo Oliveira (orgs), 2019*

30 - Saberes Amazônicos

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Júnior Peres de Araújo e Ismael da Silva Negreiros (orgs), 2019*

31 - As Primeiras-Damas e a assistência Social: relações de gênero e poder

*Iraildes Caldas Torres, 2019*

32 - Imagens e imaginários na Amazônia

*Alexandre de Oliveira (org), 2019*

33 - Amazônia: prospecção de múltiplas lentes

*Liliane Costa de Oliveira, Viviane de Oliveira Lima Zeferino e Israel Pinheiro (orgs), 2019*

34 - Amazônia e educação na região do Médio Juruá

*Ana Lúcia Garcia Torres, Eloá Arevalo Gomes, Iatiçara Oliveira da Silva, Silvia Regina Sampaio Freitas (orgs), 2019*

35 - Amazônia saúde e ambiente na região do Médio Juruá

*Ana Lúcia Garcia Torres, Eloá Arevalo Gomes, Iatiçara Oliveira da Silva, Silvia Regina Sampaio Freitas (orgs), 2019*

36 - Educação em pauta

*Fátima Aparecida Kian e Ailton Paulo de Oliveira (orgs), 2019*

37 – Tecnologias na formação inicial de professores

*Luis Carlos Rabelo Vieira, 2019*

38 – Produções teórico-práticas nos contextos de saúde,

*Nazaré Maria de Albuquerque Hayasida e Gisele Cristina Resende, 2019*

39 – Protagonismo Internacional do Brasil na Agenda de Segurança Alimentar,

*Shigeaki Ueki Alves da Paixão, 2019*

40 – Serviço Social, Trabalho e Sustentabilidade

*Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Hamida Assunção Pinheiro, Lidiany de Lima Cavalcante e Marinez Gil Nogueira Cunha, 2019*

41 – Diálogos interdisciplinares em educação profissional,

*Alexandre de Oliveira e Xênia de Castro Barbosa, 2019*

42 – Corpos, sociedade e extensões.

*Artemis de Araújo Soares, Shigeaki Ueki Alves da Paixão e Ghislaine Raposo Bacelar (org.), 2020*

43 – Canumã – Memórias vivas de um povo

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020*

44 – Ticuna – Guardiões da Floresta

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020*

45 – Ticuna – Saberes e práticas educacionais,

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020*

46 – Oleiros da vida,

*Hamida Assunção Pinheiro, 2020*

47 – Estudos a partir da teoria de Norbert Elias

*Gláucio Campos Gomes de Matos, 2020*

48 – Práticas educacionais no contexto amazônico

*Tales Vinícius Marinho de Araújo, Flávia Karenine Silva da Ponte e Michel Justamand, 020*

49 – Práticas educacionais no contexto amazônico II

*Tales Vinícius Marinho de Araújo, Flávia Karenine Silva da Ponte, Vandrezza Souza dos Santos e Michel Justamand, 2020*

50 – Práticas educacionais no contexto amazônico III

*Tales Vinícius Marinho de Araújo, Vandrezza Souza dos Santos e Taciana de Carvalho Coutinho, 2020*

51 – Educação – Discursos midiáticos sobre as provas de redação do ENEM

*Fátima Aparecida Kian, 2020*

52 – Associativismo e cooperativismo rural em Parintins, *Sandra Helena da Silva e José Carlos Martins Brandão, 2020*

53 – Campo Minado: as investidas do capital contra Seguridade Social Brasileira

*Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Hamida Assunção Pinheiro e Kátia de Araújo*

*Lima Vallina, 2020*

54 – Geografia física da Amazônia, vol. 1

*Antonio Fábio Sabbá Guimarães Vieira e Deivison Carvalho Molinari, 2020*

55 – Violências vulnerabilidades e violação de direitos, vol. 1

*Carla Montefusco, Izaura Rodrigues Nascimento e Lucilene Ferreira de Melo, 2020*

56 – Violências, epistemologias, práticas e possibilidades de prevenção, vol. II

*Carla Montefusco, Izaura Rodrigues Nascimento e Lucilene Ferreira de Melo, 2020*

57 – O ser e fazer das mulheres cultivadoras nas várzeas amazônicas

*Sandra Helena da Silva, 2020*

58 – Prevenção do abuso sexual na educação infantil

*Eliane Aparecida Faria de Paiva, 2020*

59 – Leituras sobre educação – a voz do professor

*Aílton Paulo de Oliveira Junior e Fátima Aparecida Kian, 2020*

60 – COVID – 19: aspectos multidisciplinares – Educação

*Aílton Paulo de Oliveira Junior e Fátima Aparecida Kian, 2020*

61 – Serviço Social, Estado e Políticas Sociais em Angola

*Amor António Monteiro, 2020*



